



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

A LIBERDADE VIGIADA:
HISTÓRIAS DE MULHERES DE APENADOS NA CADEIA PÚBLICA DE
ARARUNA-PB (1998-2016)

NEUSA DE ALMEIDA VICTOR

CAMPINA GRANDE – PB
2017

A LIBERDADE VIGIADA:
HISTÓRIAS DE MULHERES DE APENADOS NA CADEIA PÚBLICA DE
ARARUNA-PB (1998-2016)

NEUSA DE ALMEIDA VICTOR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas.

Orientador: Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior.

CAMPINA GRANDE – PB
2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

V6421 Victor, Neusa de Almeida.
A liberdade vigiada : histórias de mulheres de apenados na cadeia pública de Araruna-PB (1998-2016) / Neusa de Almeida Victor. – Campina Grande, 2017.
98 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior".
Referências.

1. Mulheres de Apenados - História. 2. Prisão - Apenados. I. Soares Júnior, Azemar dos Santos. II. Título.

CDU 305-055.2(043)

NEUSA DE ALMEIDA VICTOR

A LIBERDADE VIGIADA:
HISTÓRIAS DE MULHERES DE APENADOS NA CADEIA PÚBLICA DE
ARARUNA-PB (1998-2016)

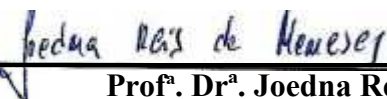
Dissertação avaliada em 02 de agosto de 2017, com o conceito de aproxada.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior – UFRN/UFCG

Orientador



Prof^ª. Dr^ª. Joedna Reis de Meneses – UEPB

Examinadora Externa



Prof^ª. Dr^ª. Eronides Câmara de Araújo – UFCG

Examinadora Interna

Prof^ª. Dr^ª. Regina Coelli Gomes Nascimento – UFCG

Suplente Interna

Dedicatória

Ao meu pai: *Antônio Victor de Abreu (In memoriam)*. Aos meus filhos e netos que carregam em seus nomes marcas de lutas e vitórias!

Agradecimentos

Às *energias positivas* do universo que, ao longo de minha existência, têm sido força geradora e combustível para minhas realizações. Às vibrações de paz e amor que, em forma de energia, têm sido meu acalento nos dias difíceis. Agradeço por colocarem em meu caminho pessoas que contribuíram para este trabalho.

Quando tudo parecia desmoronar e minhas forças estavam enfraquecidas, eu me sentia como um andarilho sem destino, batendo às portas e todas fechadas. Como num toque de mágica abriu-se uma fresta de luz que me direcionou para o grande encontro com o meu orientador: *Azemar Júnior*. Perguntei apenas se confiava em mim e se me aceitava como orientanda. Sua resposta afirmativa e sua sensibilidade foi um bálsamo para minha alma: levantei e segui, deixando para trás os desenganos. Obrigada pela paciência! Parafraseio Lenine: “A gente espera do mundo e o mundo espera de nós, um pouco mais de paciência [...]”. O tempo era pouco, eu não podia fraquejar ou me demorar, a vida tinha pressa. Mas a sua calma, *Azemar*, me fortaleceu e, juntando os cacos e rabiscando, fui desenhando, dando forma a essa escrita. Obrigada, meu querido, por ter permitido acreditar que estava criando e que só foi possível porque estava amando e sendo amada. Tens minha eterna gratidão.

A grande mulher, professora *Eronides Câmara*, a quem tenho um grande carinho, também tem sua importância neste trabalho, porque me acolheu no momento em que decidi mudar de tema e lhe disse que não sentia paixão e, por isso, precisava mudar. Ela me encorajou a seguir o caminho que eu desejava, porque eu era livre para fazer minhas escolhas. Mesmo correndo os riscos, assim fiz e não me arrependo.

À *Coordenação do Programa de Pós Graduação em História*, da UFCG, em especial ao professor *Iranilson Buriti*, pela atenção e o carinho que sempre me dispensou e o apoio incondicional. Aos professores *Gervacio Aranha*, dono de uma erudição tecida através do seu jeito de sertanejo, contador de histórias; *Luciano Queiroz*, pelo exemplo de militância e luta; *Marinalva Vilar*, por suas aulas agradáveis; à doçura da professora *Regina Nascimento*, com seu jeito manso e agradável; guardarei com carinho as lembranças do professor *Benjamim*, que pensei ser um colega, quando aguardava a entrevista, no dia da seleção.

Agradeço, também, aos professores e professoras da *Universidade Estadual da Paraíba*, Campus de Guarabira, instituição que tenho uma ligação muito forte. Lá se deu o

grande encontro com a História Cultural, apresentada pela professora *Joedna Meneses*, um ser iluminado por quem tenho um grande carinho. Bem como, *Elisa Mariana*, *Edna Nóbrega*, *Alômia Abrantes*, *Rosilda Alves* e *Waldeci Chagas*.

Àqueles que contribuíram decisivamente para este trabalho, pela insistência e incentivo a submeter-me à seleção de mestrado, os amigos *João Teixeira*, *Andrea Marques* e *Herry Charriery*, que há mais de uma década têm sido mais que amigos, têm sido presentes e fontes de energia e amor; à amiga *Givailda da Luz*, que me acompanhou nas aventuras da pesquisa de campo; *José Lima*, uma dessas figuras que colore a vida.

Às mulheres dos apenados, as protagonistas desta dissertação, pela coragem e confiança em compartilhar suas histórias comigo.

Ao meu pai, *Antônio Victor de Abreu (in memoriam)*, que durante este trabalho tive que dividir meu tempo para cuidar dele e, tantas vezes, me mandou cuidar de mim, que eu precisava mais do que ele. Tive forças e não me deixei sucumbir e, corajosamente, estive com ele até a sua passagem, bem próxima do final deste trabalho.

À minha mãe, *Lindalva Freire dos Santos*, que sempre cuidou de mim e dos meus filhos, para que eu estudasse. Aos meus filhos, que bravamente me apoiaram: *Isis*, *Luigi*, *Antônio Victor* e *Ian*.

Ao meu neto, *Luan Vinicius*, o único presente, com oito anos de idade, mas sempre ao meu lado, me apoiando. À minha nora *Edjailda Leal* que, com muita paciência, está sempre comigo nas horas difíceis.

Aos colegas de turma, eu a mais velha de todos, eles me contagiavam com a sua alegria e juventude. *Teresa Diniz*, a francesa do Ceará, agradeço pela acolhida em sua casa, pelas alegrias. Espero compartilhar de novos encontros e voos.

Hoje, sou só gratidão!

Resumo

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo analisar a memória de mulheres de apenados que vivenciaram o cotidiano da prisão de seus companheiros na Cadeia de Araruna – PB, no período que vai de 1998 a 2016. Assim, situamos esta pesquisa nas águas da História Cultural, sendo pensada através da proposta da História do Tempo Presente. Essas mulheres passaram a fazer parte do mundo prisional com a prisão de seus companheiros. A entrada no espaço prisional, através de visitas, envolve procedimentos vexatórios, que são as revistas íntimas, sendo os corpos expostos à nudez, causando constrangimento. Tais visitas são reguladas pela legislação que estabelece o dia e a hora marcada, limitando o tempo para o amor. Na prisão, além do poder institucional, há outros poderes que circulam, a exemplo do poder paralelo, que é um poder da subcultura prisional e que, em alguns casos, é um poder coercitivo, a mulher passa a ser intermediária do mundo fora dos muros, cumprindo ordens e conduzindo objetos proibidos para o interior do espaço carcerário e, em caso de insubordinação, poderão ocorrer represálias. Teoricamente, dialoguei com Michel Foucault e alguns dos conceitos historicamente construídos, a exemplo de disciplina e vigilância. A história dessas mulheres foi possível através da análise das emoções e de suas intimidades. Para tanto, acessamos suas memórias através das entrevistas possibilitadas pela História Oral.

Palavras-chave: Mulher. Prisão. Apenados.

Abstract

This dissertation aims to analyze the memory of women of distress who experienced the daily imprisonment of their companions in the Araruna - PB chain in the period from 1998 to 2016. Thus, we place this research in the waters of Cultural History, being Thought through the proposal of the History of Present Time. These women became part of the prison world, with the imprisonment of their comrades. The entrance into the prison space through visits went through vexatious procedures, which are the intimate magazines, and the bodies exposed to nudity, causing embarrassment. Such visits are regulated by the law establishing day and time, limiting the time for love. In prison beyond institutional power, there are other powers that circulate along the lines of parallel power, which is a power of the prison subculture and which in some cases is a coercive power and that the woman happens to be the intermediary of the world outside the walls fulfilling orders and Driving forbidden objects into the inner prison space, and in case of insubordination reprisals may occur. Theoretically, I spoke with Michel Foucault and some of the historically constructed concepts such as discipline and surveillance. The history of these women was made possible through the analysis of their emotions and intimacies. To do so, we access his memoirs through interviews made possible by Oral History.

Keywords: Woman. Prison. Distressed.

Lista de Imagens

Imagem I – Cela Especial	42
--------------------------------	----

Sumário

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
LISTA DE IMAGENS.....	vi
SUMÁRIO.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - O CAMINHAR PELAS PONTES EM DIREÇÃO AOS MUROS: O ENCONTRO NO MUNDO PRISIONAL.....	15
1.1 Espaços prisionais, espasmos de vida.....	16
1.1.2 A lei de Execução Penal.....	19
1.2 Homens residentes, mulheres visitantes.....	20
1.3 A intimidade se desnuda sob o olhar do poder.....	27
1.4 O dia de visita e a revista íntima: controle normativo do corpo.....	38
1.5 A prática da sexualidade no espaço público.....	22
CAPÍTULO II – “ERA UM QUARTINHO, NOSSO NINHO DE AMOR”: AS METÁFORAS DO TEMPO PARA O AMOR.....	46
2.1. Um tuco-tuco no coração: o amor que aprisiona.....	47
2.2. A aspereza da vida: O amor é caminho incerto.....	66
2.3. “Vida louca”, “vida breve”: acabou o tempo!.....	60
2.4. “O ciúme e o medo de tomarem o que é meu”: sentimentos que aprisionam.....	62
CAPÍTULO III - AS RELAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO PRISIONAL: RESISTÊNCIA E PRÁTICA INDISCIPLINAR DAS MULHERES.....	72
3.1. “Mulher de bandido”: metáfora da resistência.....	73
3.2. A invenção e reinvenção da vida: a (des)obediência da mulher.....	83
3.3. Poderosa? Bandida?: Rosa que desabrocha e perfuma o jardim da existência.....	84
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

Introdução

Dona de olhar tenso. Cabelos longos e presos. Pescoço alongado e ombros à mostra. Vestia calça jeans e blusa modelo tomara que caia extremamente justa ao seu corpo. O pingente preso ao cordão que trazia em seu pescoço tinha o formato da letra R. Em suas mãos, uma sacola com um depósito contendo o bolo feito na noite anterior à visita. Dentro do bolo, um aparelho celular. A face revelava o medo de ser pega em flagrante. Os nervos pareciam estar à flor da pele. Como ela, havia dezenas de mulheres que aguardavam em fila indiana a entrada na penitenciária para visitar seus companheiros. Donas de corações que palpitavam de medo da exposição de seus corpos, à mesma medida que pela alegria de estar próximo daqueles que tanto amavam. Elas tinham abandonado suas casas, suas vidas, seus familiares para reservar aqueles momentos de visita aos apenados. Atravessar aquela grossa porta de ferro parecia ser sintoma de muita fortaleza ou muito amor aos seus companheiros.

A personagem era Bibi. Cega de amor, enfrentou todos os limites para “salvar” da justiça seu companheiro e ajudá-lo no mundo do tráfico de drogas. A cena descrita da novela *A força do querer* foi ao ar no dia 27 de junho de 2017. Como Bibi, as mulheres que problematizamos nesta dissertação também se arrumavam, preparavam comida, se deslocavam de suas casas até os presídios, enfrentavam filas indianas, expunham seus corpos à revista vexatória, entregavam seus braços a abraços a seus companheiros, deixavam-se seduzir por aqueles que, aprisionados, também as aprisionavam. São mulheres simples. Muitas vezes chamadas de “mulher de bandido”, mas que revestiram-se de sentimentos [bons e ruins] para enfrentar o preconceito e manterem-se fieis aos seus maridos. Problematizo nesse texto essas “mulheres de bandidos”, mas que não se tornaram bandidas. Analiso suas intimidades, suas memórias. Desnudo suas histórias. Mulheres que foram esquecidas. Mulheres, donas de silêncios que gritavam para serem ouvidas. Mulheres que ganharam voz nesses escritos.

Gosto de pensar a história das mulheres como uma possibilidade aberta à História pelas mais diversas teorias (que são abrangentes e enriquecedoras). Pensar a História a partir do advento dos novos temas, novos objetos e das novas abordagens, é ampliar consideravelmente as possibilidades de problematizar o feminino criando condições, como chamou atenção Margarete Rago (2000, p. 24) “[...] para libertá-las de esquemas prévios,

fechados e redutores numa lógica da identidade que não dá conta de pensar a diferença. Libertar a História das mulheres dessa malha asfíxiante significa romper com o modo de produzir conhecimento centrado no sujeito universal, masculino, branco, ocidental”.

Assim, discuto a história de mulheres de apenados. Mulheres que aqui receberam nome de flores, não apenas pela beleza e graça que exalam, mas pela força de traçar os roteiros de suas histórias sem perder sua essência. Mulheres envolvidas com homens apenados, algumas presas não a eles, mas aos sentimentos. Mulheres que chegaram a mim num momento em que senti a necessidade de, como mulher, escrever sobre a história dessas que foram “marginalizadas” por conviverem com aqueles que optaram por uma vida à margem.

Narrativas de uma trajetória

*Todos os dias é um vai e vem / A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar / Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar / Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar / Tem gente a sorrir e a chorar*
(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Foi no vai e vem da vida que cheguei a muitos lugares, a muitas pessoas. Cidadãos que chegavam e ficavam, outros que partiam, uns sorriam, choravam, olhavam, seduziam. Foi num desses “vai e vem” que conheci as mulheres que se tornaram personagens e deram vida a esta dissertação de mestrado. Trata-se de uma escolha pessoal, dentre tantos temas a escolher, esse que esteve latente em mim há muitos anos. As palavras, muitas vezes, não dão conta de expressar sentimentos e emoções. Se fosse possível, ao invés de escrito, esse texto seria desenhado e os desenhos seriam como rabiscos, ou como fios, e caso fossem fios, seriam um emaranhado - uns sobre os outros de forma desalinhada, porque a vida não pode ser alinhada ou organizada pelas mãos de um narrador.

Inúmeras vezes me questioneei acerca do interesse em narrar a história de mulheres de apenados, que inicialmente cumpriram pena privativa de liberdade na Cadeia Pública de Araruna¹, bem como de outros que, posteriormente, foram transferidos para Guarabira, João Pessoa, Campina Grande e, ainda, de alguns que atualmente aguardam julgamento. Ao

¹ Araruna é um município brasileiro do Estado da Paraíba localizado na microrregião do Curimataú Oriental, a 165 quilômetros da capital do estado João Pessoa e cerca de 110 km de Campina Grande. O vocábulo “Araruna” significa, em língua indígena, “Arara Preta”, denominação proveniente da abundância dessa ave, de plumagem azul-escuro, na região (IBGE, 2007).

escolher trabalhar com essas mulheres fui de encontro ao pensamento de Michel Foucault (2006, p. 96-97):

Pretendi também que estas personagens fossem elas mesmas obscuras; que nada as tivesse predisposto a uma qualquer notoriedade; que não tenham sido dotadas de nenhuma das grandezas como tal estabelecidas e reconhecidas - as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do génio; que pertencessem àqueles milhões de existências que estão destinadas a não deixar rasto; que, nas suas infelicidades, nas suas paixões, naqueles amores e naqueles ódios, houvesse algo de cinzento e de ordinário aos olhos daquilo que habitualmente temos por digno de ser relatado.

Decidi contar uma história que estivesse ligada à minha trajetória de luta enquanto mulher. Era, também, uma forma de continuar a escrever sobre um tema que já tinha familiaridade. No trabalho de conclusão de curso, durante a graduação que fiz em História, na *Universidade Estadual da Paraíba*, problematizei a *Instituição Prisional de Araruna*. Naquele trabalho, analisei alguns conceitos abordados por Michel Foucault, a exemplo de *vigilância e disciplina*, discutindo a Instituição Carcerária e as relações de poder envolvendo os indivíduos que cumpriam penas privativas de liberdade. Entretanto, percebi que deixara uma lacuna a ser discutida, tendo em vista que aqueles indivíduos cumpriam suas penas no universo carcerário, que, embora aparente ser um espaço isolado e solitário em sua totalidade, é um lugar onde existem inúmeras relações, envolvendo diversos atores, e onde circula uma energia, materializada no encontro entre apenados e mulheres.

Essa energia foi capaz de revigorar, ao menos por algumas horas, e em dias marcados, corpos alquebrados por longos dias de solidão e desesperança, trazendo um colorido às paredes cinzentas, e que, como um show pirotécnico, faz explodir momentos de prazer, transformando segundos em eternidade. Eram vidas separadas e marcadas pela imprevisibilidade para os homens sem liberdade. Homens donos de um futuro que se materializa no presente e que o instante poderá transformar em um nunca mais. Apesar destes serem mencionados no decorrer desta pesquisa, foram suas companheiras o objeto do diálogo. Assim, as palavras de Michel Foucault (2006, p. 206) revelam marcas que alicerçaram minhas escolhas:

Eu quis que se tratasse sempre de existências reais; que se pudessem dar-lhes um lugar e uma data; que por trás desses nomes que não dizem mais nada, por trás dessas palavras rápidas e que bem podem ser, na maioria das vezes, falsas, mentirosas, injustas, exageradas, houvesse homens que viveram e estão mortos, sofrimentos, malvadezas, ciúmes, vociferações. Bani, portanto, tudo o que pudesse ser imaginação ou literatura: nenhum dos heróis negros que elas puderam inventar me pareceu tão intenso quanto esses remendões,

esses soldados desertores, essas vendedoras de roupas de segunda mão, esses tabeliões, esses monges vagabundos, todos enraivecidos, escandalosos ou desprezíveis; e isso pelo único fato, sem dúvida, de que sabemos que eles existiram.

A citação acima foi determinante para optar sobre essa temática, após mudar o tema que havia submetido na seleção de mestrado e que vinha estudando a um certo tempo. Foi um ato de liberdade: foi como carregar dentro de mim uma prisão e a liberdade seria dada pelos caminhos desta pesquisa. Embora consciente do grande desafio, à medida que ia formulando as ideias, estas sinalizavam para os caminhos desejados. Como se a escrita desse trabalho pudesse contribuir para a quebra de algumas amarras. É tanto que o diálogo com a liberdade estará presente nesta escrita e, embora existam tantos entraves e descaminhos, talvez esse seja o grande desafio desta pesquisa. Meia vida, meia morte e um constante renascer.

Ir ao encontro dessas mulheres foi para mim um encontro com o passado. Apropriei-me das memórias dessas mulheres. Fiz uso da oralidade, do mundo da voz, do dito, que tantas vezes é inebriante. Nem sempre pude trazer lembranças agradáveis a este estudo, pelo contrário, certas recordações causaram tanto a mim, quanto às mulheres, desconforto e inquietude. Algumas das entrevistadas, já conhecidas, pois quando se mora em cidade pequena, conhece-se quase todas as pessoas, suas histórias, seus burburinhos. No entanto, o meu contato com algumas delas se deu na *Delegacia de Polícia de Cacimba de Dentro*, onde durante alguns anos fui escrivã de polícia. Presenciei a passagem de muitos homens naquele lugar e mulheres que, no ato da prisão, e nas horas seguintes, ficavam com seus companheiros até a transferência destes para a *Cadeia de Araruna*. A cidade de Cacimba de Dentro e as demais cidades vizinhas a Araruna, não possuíam instituição carcerária. Para as prisões ocorridas nesses municípios, existiam procedimentos de rotina, a exemplo da lavratura do Inquérito Policial² e, em seguida, os presos eram encaminhados ao Poder Judiciário, bem como, para a *Cadeia de Araruna*, onde aguardavam julgamento.

Dentre as diversas prisões que presenciei, ao se tratar de indivíduos casados ou que tinham companheiras, eram essas mulheres que ficavam com eles. Algumas mulheres permaneciam silenciosas, outras constrangidas. Em muitos casos, quando se tratavam de mulheres jovens, os policiais lhes assediavam, dizendo para que estas buscassem de procurar outros homens, porque seus companheiros dificilmente voltariam para elas e, em alguns casos, poderiam até morrer dentro do espaço carcerário, devido à natureza do crime que

² É o conjunto de procedimentos investigatórios, realizados pela Polícia Judiciária, com a finalidade de colher elementos de convicção sobre a infração penal praticada, bem como sua autoria, servindo de base para instauração da respectiva ação penal.

havia cometido, ou pelo envolvimento com pessoas importantes. Um dos casos que me chamou atenção foi de uma mulher recém-casada. Seu marido foi preso, acusado de latrocínio³ e formação de quadrilha. Os policiais diziam para que ela procurasse outro homem, pois o seu marido não passaria menos de trinta anos cumprindo pena em João Pessoa, e que ela não teria condições de fazer visitas, por ser muito difícil o acesso. Em algumas cenas presenciei os papéis se invertermem no espaço da delegacia: enquanto os homens, considerados violentos ou criminosos, aguardavam a transferência para cadeia demonstrando fragilidade, suas mulheres mostravam-se corajosas e tornavam-se, a partir dali, interlocutoras que mediavam as questões judiciais junto aos seus advogados.

É a mulher, mãe ou esposa, que visita e acompanha os presos e que, invariavelmente, trata dos problemas ligados a execução penal (WOLF, 2005, apud GROSSI, 2012, p. 179). Me causava curiosidade a respeito do cotidiano dessas mulheres após a prisão de seus maridos. As mulheres dessa pesquisa tiveram um papel muito importante junto aos seus companheiros durante o período que estes foram prisioneiros. Em sua maioria, foram elas que os acompanharam no espaço carcerário e nas demais rotinas ligadas ao processo de execução penal. Entretanto, não é esse o objeto de estudo. Todavia, escrever uma história de mulheres de apenados sem refletir a respeito das relações delas com a instituição prisional e da relação com seus companheiros, seria praticamente impossível. Existe uma vasta produção historiográfica, em trabalhos envolvendo apenados, sejam homens ou mulheres, a exemplo dos trabalhos de Adriano Zago (2011), Márcia Lima (2000), Cristian Fabiano Guimarães (2000), dentre outros. Optei pelo viés da problematização dessas relações como relações de poder e como foram produzidas as táticas de vigilância pelo sistema prisional, para as mulheres dos apenados e de que forma são articuladas as práticas de resistência.

Apontamentos teórico-metodológicos

Como já foi mencionado, a escritura desse trabalho deu-se num tempo presente ou de um passado ainda muito recente. Escrever uma história do tempo presente é desafiador, porque o diálogo com pessoas que tiveram suas vidas marcadas por acontecimentos que provocaram sofrimentos, quando evocadas causam amarguras. Assim, a história do tempo presente tem o “[...] objetivo de trabalhar o passado próximo e sobre a história contemporânea

³ A palavra “Latrocínio”, do latim “*latrocinium*”, indica a conduta de um agente que pratica um roubo seguido de um homicídio, e tem como marco legal a lei Lei nº 8.072/90, que trata dos chamados Crimes Hediondos.

no sentido etimológico do termo, uma história na qual o historiador investiga um tempo que é seu tempo, com testemunhas vivas e com e com uma memória que pode ser sua” (RIOUX, 2009, p. 31). As lembranças narradas por essas mulheres vêm ao encontro das minhas. Nesse sentido, é muito próxima a fronteira que nos separa.

Quando os acontecimentos foram trazidos para mim, que apenas testemunhei por algumas horas, me causou certa tristeza, porque no passado eu apenas observava e não era me dado emitir qualquer juízo a respeito das cenas vividas por aquelas mulheres e seus companheiros. Algumas entravam na delegacia, pouco à vontade, sob o olhar dos curiosos. Quando ocorria um crime, muita gente se aglomerava em frente à delegacia, para especular a respeito do acontecido e como os companheiros dessas mulheres foram acusados ou cometeram crimes de natureza grave (assassinato, roubo, etc.), por serem primários e pertencerem a famílias que não tinham envolvimento com crime, razões que despertavam a curiosidade das pessoas. Dentre as muitas lembranças que se misturavam com as minhas, compartilhei momentos de angústia ao presenciar alguns acontecimentos da vida dessas mulheres, a exemplo:

Lembro-me de um fim de tarde, quase anoitecendo, como era de costume no final da tarde verificar o ambiente carcerário para emitir relatório das ocorrências do dia e da rotina da delegacia de polícia. Deparei-me com uma cena trágica que nunca esqueci: uma mulher aos prantos e que trazia embalada nos braços uma criança que acabara de morrer. Caro leitor, escute o depoimento de Orquídea:

[...] quando ele tava preso eu levei o menino pra delegacia pra ele ver. Quando chegou lá, o menino morreu. Saí da Delegacia com o menino morto nos braços [...] Aí o sargento foi deixar eu em casa com ele de noite [...] Eu arrumei remédio por todo o canto, mas não teve jeito, o menino morreu.

Ao me deparar com aquela cena, fiquei paralisada. Não sabia o que fazer, o que dizer, algo que pudesse confortar aquela mulher. Eu e aquela mulher estávamos em lugares opostos e na minha posição não era permitido envolvimento ou qualquer tipo de afetividade. Entretanto, após o choque inicial, reagi e procurei resolver com o policial de plantão as medidas cabíveis no momento: liberar o pai, levar a família para residência. Essa cena foi um dos quadros mais dramáticos que presenciei naquela delegacia de polícia, onde era rotina a vida ser banqueteadada por horrores, famílias destruídas por assassinatos, das mais variadas formas e crueldades.

As histórias das mulheres dos apenados, se fosse dividir por etapas, a primeira seria o contato inicial na delegacia de polícia e posterior o espaço carcerário. Entretanto, não iniciei

esse estudo pela Delegacia, considerando a brevidade da passagem por esse local. Narrar essas histórias, como historiadora, me permitiu questionar se a relação entre o narrador e sua matéria: a vida humana, não seria ela própria uma relação artesanal. Se “[...] não seria sua tarefa trabalhar a matéria prima da experiência – a sua e a dos outros - transformando-a num produto sólido, útil e único?” (BENJAMIM, 1994, p. 221). Partindo dessa premissa, me sinto como artesã, me apropriando das histórias de vidas dessas mulheres, cortadas pela navalha do tempo, vidas que, devido à força dos acontecimentos, ligadas a elas pelo laço dos relacionamentos com homens de prática de crimes, mas que, de certa forma, também envolvem suas mulheres a partilharem o espaço sombrio do mundo carcerário. Entretanto, compreendo que essa maquinaria que corrói, destrói, abre possibilidade para outros significados. As mulheres dessa pesquisa têm feito esse novo costurar de suas existências, não apenas como um cuidado sobre si, mas como uma forma de continuar a existir.

Durante as entrevistas com mulheres de apenados, percebi que elas falavam a respeito do constrangimento das visitas íntimas e como se submetiam a revistas para entrada no espaço prisional, bem como o tempo era contabilizado em dias e com hora marcada para o encontro com seus companheiros, compreendendo que havia dois tipos de visitas, uma visita social, que outros familiares podem visitar e outro tipo de visita, apenas para a mulher ou companheira. Essas relações dentro do universo prisional dão-se entre diversos atores. É possível vislumbrar que embora a instituição prisional seja um espaço de poder oficial, com aparato e regulado por lei, no espaço prisional também há um poder paralelo, que também tem suas regras, a exemplo da exigência da entrada de objetos fora do controle e permitido pelo poder institucional, como drogas e armas. Conforme relatou algumas mulheres, muitas delas conduzem esses objetos para dentro do presídio a pedido dos apenados e o não cumprimento pode acarretar represálias para seus companheiros. É possível perceber que nesse espaço, embora sob vigilância e disciplina, os poderes circulam dentro e quiçá como forma de resistência.

Algumas mulheres dessa pesquisa dizem que só foram até o encontro de seus companheiros apenados por piedade, medo, obrigações, e, poucas são as que dizem que foram por satisfação ou solidariedade. Nenhuma dessas mulheres tiveram qualquer envolvimento com o crime. Diferente dos diversos trabalhos encontrados na literatura a respeito de apenados e apenadas, a exemplo do trabalho produzido por Vanuza Silva (2014), que aborda a história de mulheres prisioneiras, inclusive algumas se envolveram no crime pela cumplicidade na prática criminosa junto com seus companheiros.

Compreendo a importância dessa pesquisa, porque traz à baila uma questão pouco abordada, a respeito de mulheres de apenados, diferentemente de uma vasta produção historiográfica a respeito de mulheres e homens apenados. É importante ressaltar o ineditismo desse trabalho: não há nenhum trabalho com mulheres de apenados na Cadeia Pública de Araruna, especialmente ao se buscar perceber suas afetividades.

Assim, essa pesquisa teve por **objetivo** discutir como foram produzidas as tecnologias de vigilância pelo Sistema Prisional, para as mulheres dos prisioneiros, problematizando as ações de resistência, como uma experiência de prática educativa indisciplinar, analisando as práticas de vigilâncias durante a revista do corpo, problematizando o sentimento de liberdade e controle, refletindo o controle disciplinar do tempo para o “amor”, a disciplina do corpo, os novos significados dados à existência dessas mulheres após a prisão de seus companheiros, suas afetividades. A escolha dos marcos temporais, pontuados para o início o ano de 1998 deu-se devido ao fato de ser o ano do início das visitas de Margarida, mais antiga entrevistada a frequentar as filas indianas para adentrar a *Cadeia de Araruna* para estar com seu companheiro, bem como, o início da reivindicação pela visita íntima que já era assegurada por lei desde 1984; o ponto de chegada foi o ano de 2016, primeiro por ter sido o ano da realização das entrevistas, bem como, por ser o momento em que uma das nove entrevistadas, Lavanda, ainda frequentava a cadeia realizando o mesmo ritual de visita íntima.

Não pretendo fazer nessa altura do trabalho discussão teórica mais aprofundada de conceitos, visto que eles estarão dispostos ao longo do trabalho, devido à importância de constantemente dialogar com as fontes. Mesmo assim, considero o conceito de disciplina fundamental para a compreensão desse texto. Percebi, ao longo das entrevistas, como o conceito de disciplina, aquele postulado por Michel Foucault (2014, p. 189), em que “[...] indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação ideológica da sociedade, mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia de poder que se chama disciplina”, podia ser constantemente vislumbrado. A disciplina aparecia na fala das entrevistadas através do entendimento da legislação da visitação, de quem poderia ou não ter acesso ao presídio, como se daria esse acesso, a que teriam que se submeter, as roupas que poderiam usar, o comportamento permitido, os encontros íntimos, as burlas, resistências. Os corpos eram disciplinados, submetidos às normas.

Neste sentido, compreendo que os sujeitos são construídos, fabricados através de mecanismos que os tornaram sujeitos disciplinados. Outro conceito que facilitou a compreensão das relações dos indivíduos em sociedade é o conceito de *dispositivo*:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

São essas redes que organizaram a sociedade e através delas se dão as relações de *poder*, também conceituado por Michel Foucault (1979, p. 219) como uma “[...] máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. Isto me parece ser a característica das sociedades que se instauraram no século XIX”. Portanto, o poder não é único e exercido por um único indivíduo. São micro poderes que circulam no corpo social.

Dentre os conceitos fundamentais para entender a disciplina dos corpos das mulheres, repousei certa atenção ao conceito de *vigilância distribuída*, problematizada por Fernanda Bruno (2013, p. 22): “A vigilância distribuída é a vigilância em sua atualidade e, para tanto, ressaltarei as tensões entre a vigilância disciplinar moderna e a vigilância contemporânea”. Nesse sentido, a vigilância é uma forma mais abrangente, ela se manifesta na sociedade e a sua função estratégica se exerce em três principais circuitos, que buscam legitimar suas práticas: o circuito de segurança e controle, o circuito de visibilidade midiática e os circuitos de eficácia informacional.

Foi lendo sobre o sistema prisional, estudo realizado por Michel Foucault, bem como por outros autores que se apropriam do conceito de vigilância, que passei a ressignificar o conceito para compreender um tipo de vigilância específica que é a *vigilância distribuída*. Essa nova modalidade de vigilância se faz presente em toda sociedade, através de mecanismos de controle, a exemplo das câmeras de vigilância em setores públicos e privados. No que se refere às prisões, o controle se dá através do uso de tecnologia, a exemplo de detector de metais, câmeras ou da revista dos corpos, para a entrada de visitas no espaço carcerário.

A legislação penal, desde o início do século XIX e de forma cada vez mais rápida e acelerada durante todo o século, vai se desviar do que podemos chamar de utilidade social; ela não procurara mais visar ao que é socialmente útil, mas pelo contrário, procurará ajustar-se ao indivíduo (FOUCAULT, 2002, p. 84).

Compreendo que esta nova modalidade de punir não se limita ao indivíduo que cometeu o crime e está encarcerado. A pena perpassa a vida do sujeito e estende-se à sua

família. A mulher do apenado também se enquadrava na tecnologia do poder de punir, uma vez que a relação dela com seu companheiro é uma relação que não se limita por trás dos muros. Ela é o elo da prisão e a liberdade, e por isso, também, seu corpo é disciplinado. O mundo prisional é muito mais que a execução da ordem judicial.

O modo em que a privação da liberdade se conjuga com essas práticas disciplinares de normatização dos indivíduos que em si mesmo já assinalamos, não são uma consequência imediata e necessária da aplicação da lei. A relevância do cárcere reside em que de maneira paradigmática ela nos mostra a superposição entre a lei e a norma que define as sociedades modernas (CASTRO, 2015, p. 91).

Compreendo a destituição da lei e da norma. A lei não se aplica à mulher porque ela não cometeu crime, enquanto a norma também se estende a ela, porque a norma é o código de conduta que faz funcionar a instituição punitiva. E todos os atores estão sujeitos a estas normas, que são regras a serem cumpridas dentro do espaço carcerário. Nesse sentido, enquanto a lei é para o homem a norma se aplica tanto ao homem como à mulher do apenado. Entretanto, a norma não é explícita e sofre alguns abusos, a exemplo do abuso de poder que se dá na revista íntima, por parte dos agentes penitenciários.

Privilégio o circuito de segurança e controle e o de eficácia informacional, considerando que estas formas de vigilância são formas presentes no controle disciplinar das mulheres. Entretanto, não é apenas essa forma de vigilância que está presente no espaço carcerário. No espaço prisional já é utilizada tecnologia de vigilância com detectores de metais na revista das mulheres, bem como relatório informacional. Em caso de insurreição, tentativa de fuga ou rebelião, era proibida a visita.

Dessa forma, realizei uma análise historiográfica das produções que tratam da temática e dos relatos orais, a partir dos recursos técnicos das entrevistas com as mulheres dos apenados. Deste modo, optei pela metodologia da **História Oral**, entrevistando as mulheres dos apenados no decorrer do recorte escolhido. Acredito que as entrevistas possibilitam uma maior liberdade ao entrevistado, bem como, permite ao entrevistador filtrar o que contribui para o estudo.

Escrever a história dessas mulheres só foi possível graças ao advento da História Oral enquanto metodologia de suma importância para problematizar temas propostos pela História Cultural, que é plural, eclética. Assim, acredito que as entrevistas foram imprescindíveis para a produção de sentidos que norteou a escrita dessa dissertação. Para tanto, esclareço os passos seguidos, de cunho técnico, mas importantes no processo de análise das fontes orais.

Após o recolhimento das entrevistas, iniciei a análise dos discursos, fato que demandou tempo e atenção, especialmente por adotar as etapas sugeridas por Lucília Delgado (2006, p. 28-29): transcrição das entrevistas e análise das entrevistas.

Para dar visibilidade às pausas, silêncios, frases interrompidas e esquecimentos que o discurso possui fez-se importante deixá-los à mostra, daí a necessidade de seguir as orientações de Verena Alberti (2005, p.179-180), quanto às marcações de silêncio, optando-se, geralmente, pelas reticências para indicar os silêncios, os esquecimentos e as interrupções de pensamento. As pausas curtas, comuns na linguagem falada, foram marcadas pela pontuação usual da linguagem escrita, como vírgula, ponto e ponto-e-vírgula; reservando-se a marcação [silêncio] apenas aos casos em que a duração da pausa foi maior, chamando a atenção do ouvinte. Por isso, a entrevistadora utilizou como técnica de apoio, no decorrer das entrevistas, anotações de palavras, nomes próprios, acontecimentos, detalhes, gestuais e expressões faciais.

A História Oral sempre me causou fascínio e emoção. Suas possibilidades de pensar que cada fragmentação das narrativas remonta a uma história vivida e com significações múltiplas. Segundo Verena Alberti (2004, p.17), o importante “[...] dentro desse universo, é a noção de círculo hermenêutico. A ideia de que o todo fornece sentido às partes é vice versa. Por exemplo: no processo de compreensão de um texto, a palavra ganha sentido na frase ao mesmo tempo em que a frase ganhe sentido com as palavras”. Dessa forma, é possível construir um texto com a narrativa oral, alinhando com a teoria.

Ainda a respeito do fascínio da História Oral, Verena Alberti (2004, p, 18-19) afirma que o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de entendimento, de interpretação. No caso de entrevistas de história oral, também requer uma preparação criteriosa, que nos transforma em interlocutores à altura de nossos entrevistados, capazes de entender suas expressões de vida e acompanhar seus relatos. Ademais, compreendo que é importante considerar certos aspectos que, ao meu ver, são importantes a serem observados, quando se referem à oralidade, como pontua Alistair Thomson (2000, p. 50):

[...] é igualmente necessário que o historiador oral esteja atento as mudanças culturais quando realiza entrevistas dentro de sua própria sociedade, que dificilmente será culturalmente homogênea. Os entrevistadores precisam ter sensibilidade para com os padrões de relacionamentos e comunicações de subcultura definidos por gênero, classe, raça e etnia, região, sexualidade, etc...

Por tratar-se de mulheres de apenas a dar abordagem no campo da sexualidade, estive o tempo todo atenta a esses aspectos e procurei usar da sensibilidade e compreensão durante as entrevistas. No sentido de entender o que disserta Michael Pollak (1989, p.13), a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral, tentamos estabelecer certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos chaves que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada. A percepção sinalizava para um cuidado maior e compreensão com essas mulheres uma vez que elas se enquadram num grupo de pessoas que são estereotipadas na sociedade como “mulheres de bandidos e que, por isso, são suscetíveis ao mundo do crime”.

Pude perceber algumas reticências em suas falas, ou interrupções, acompanhadas de uma pausa silenciosa, segundo Michael Pollak (1989, p.13), nem sempre as interrupções numa fala é resultante em “brancos da memória” ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar ou transmitir o seu passado. Nesse sentido, o trabalho com a história oral tem seus desafios e envolve o entrevistador e o entrevistado, como pontua Selma Leydesdorff (2000, p. 78) “[...] quando ouvimos história de vida, ouvimos a maneira como as pessoas pensam e experimentam suas vidas e certos eventos, tantas são as transformações que dependem de quem está falando e com quem”. Contudo, a escolha pela história oral foi pautada por acreditar na importância para a escrita desse trabalho, assim como informa Anne Kaminsky (2000, p. 146) “[...] aqui interessam dois pontos: o destino pessoal, o sentir e trabalhar subjetivos e os ‘dados objetivos’, informações concretas que podem ajudar a reconstruir o que estes campos representam para o indivíduo e para a sociedade”.

As mulheres dessa pesquisa tiveram seus nomes substituídos, a pedido delas, visando preservar as suas identidades. Assim, tomei a medida de batizar as entrevistadas com nomes de flores. Dez mulheres foram entrevistadas. Nove companheiras de apenas e uma agente penitenciária, conforme quadro abaixo:

**Quadro I:
Entrevistas Realizadas**

	Lista por ordem de entrevista	Nomes fictícios
01	Entrevistada 1 (Companheira de apenas)	Rosa
02	Entrevistada 2 (Companheira de apenas)	Violeta
03	Entrevistada 3 (Companheira de apenas)	Margarida
04	Entrevistada 4 (Companheira de apenas)	Orquídea
05	Entrevistada 5 (Companheira de apenas)	Jasmim

06	Entrevistada 6 (Companheira de apenado)	Hortência
07	Entrevistada 7 (Companheira de apenado)	Lavanda
08	Entrevistada 8 (Companheira de apenado)	Dália
09	Entrevistada 9 (Companheira de apenado)	Tulipa
10	Entrevistada 10 (Agente penitenciária)	Girassol

Fonte: Quadro elaborado pela autora dessa dissertação a partir dos dados das entrevistas realizadas.

Foi sobre a história de vida dessas mulheres que debrucei minha atenção para produzir esse trabalho de conclusão do curso de mestrado na Linha de História Cultural das Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Foi através da História Cultural, responsável por alargar as fontes e as possibilidades temáticas que essa pesquisa se fez possível. São escritos banhados nas águas das sensibilidades, das práticas educativas, da história cultural. Foi navegando nesse mar, que é diverso, que cheguei aos escritos de Michel Foucault, teórico norteador do meu pensamento.

Apresentado o caminho teórico-metodológico trilhado, passo a apresentar a organização dessa dissertação: após essa discussão inicial, apresento ao leitor três capítulos e as considerações finais.

No *primeiro capítulo*, intitulado “**O caminhar pelas pontes em direção aos muros: o encontro no mundo prisional**”, propus fazer uma apresentação do espaço prisional, da legislação que normatiza a vida dessas pessoas e das mulheres objeto dessa pesquisa. No propósito de traçar este perfil, levo em consideração as diferentes experiências vivenciadas por elas, destacando as mudanças significativas que aconteceram em suas existências, durante suas visitas ao espaço prisional habitado por seus companheiros. Destaco a visita íntima como controle normativo e o desejo como forma de liberdade vigiada, bem como o controle disciplinar dos corpos através das tecnologias de vigilâncias, que se manifestam através de vários mecanismos, a exemplo da revista dos corpos para entrada no espaço carcerário. Analiso a construção da culpa e da inocência no universo prisional e a defesa da mulher do companheiro apenado.

No *segundo capítulo* “**Era um quartinho, nosso ninho de amor’: as metáforas do tempo para o amor**”, problematizo o controle do tempo para o amor. O tempo se refere ao tempo que a mulher tem para a visita íntima, considerando a disciplina que é aplicada e o controle das regras da instituição penal. Analiso, como em algumas situações, a aspereza da vida, que afasta o amor.

Já no *terceiro capítulo*, batizado de “**As relações de poder no espaço prisional: resistência e prática indisciplinar das mulheres**” problematizo as ações indisciplinadas das

mulheres às tecnologias de vigilância. Quando confrontei com os relatos orais não foi possível a construção da narrativa, nem alinhar o objetivo com os discursos produzidos pelas mulheres dos apenados. Para encerrar o capítulo, apresento ao leitor uma história de vida, uma das mulheres, daquelas que em sua trajetória tornou possível retirar do silêncio tantas outras.

A arte de inventar o passado. Assim, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007, p. 64) define a História. Inventar no sentido de recriar, reconstruir, dar sentido. O historiador atribui significados aos materiais dispersos deixados por homens e mulheres ao longo do tempo. Claro, a tarefa de inventar se solidifica nas regras de produção do saber, na dimensão científica que o nosso ofício possui. Os lugares de fala dizem muito de cada pesquisador/historiador. Assim, concordo com Sandra Pesavento (2005, p. 15) ao afirmar que a História Cultural está dando uma nova forma de trabalhar a cultura, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. Apresento nas linhas que se seguem, uma forma de apresentar o mundo, nem que seja aquele que pertence às consideradas “mulheres de bandidos”.

Capítulo I

O caminhar pelas pontes em direção aos muros: “o encontro no mundo prisional”

“[...] Não tinha nenhuma dificuldade para entrar na cadeia. Nesse tempo, a polícia era conhecida demais de mim, muitos davam era em cima de mim, e falava – eita, você vai ter que deixar ele, você é uma mulher bonita, de família, por que você é envolvida com um homem desse? Mulher, cai fora, ele não sai nunca daí da cadeia - Aí eu chegava a ficar triste, né? Eles permitiam que eu entrasse, mesmo sem ser casada, não tinha filhos com ele”.

(Tulipa, 2016)

1.1 Espaços prisionais, espasmos da vida

Início este capítulo abrindo uma janela, não em direção ao que há de vir ou ao cenário colorido de um pôr de sol, numa tarde ensolarada de verão no presente. As janelas a que me refiro são frestas por onde passam as lembranças do passado, que são ferramentas importantes para construção desse trabalho. Durante anos, essas lembranças me fazem recordar das inúmeras idas à Cadeia de Araruna, como já mencionei anteriormente.

Os primeiros contatos com aquele lugar se deu nos fins da década de 1990, quando trabalhei na condução dos presos, que eram autuados em flagrante e encaminhados àquela Casa de Custódia. É importante ressaltar que havia muitos presos do Município de Cacimba de Dentro, muitos deles conhecidos meus. Ao chegar à cadeia, eram frequentes os questionamentos sobre o mundo de fora. A maioria deles perguntavam por seus conhecidos, amigos, parentes, namoradas, companheiras. As breves conversas eram direcionadas a perguntas sobre suas companheiras. A primeira pergunta, que saltava de seus lábios, era sobre fidelidade. Eles queriam saber se suas companheiras permaneciam em fidelidade, se tinham outros namorados. Para Dráuzio Varela (2008, p. 01) “[...] nem sempre a dedicação é espontânea, no entanto, uma das leis do mundo do crime é a exigência de fidelidade absoluta da mulher ao homem preso. Caso não o faça: correm risco de morte, ela e o atrevido que dela se aproximou”. Assim, percebíamos em seus rostos a expressão de alívio ao receber notícias da permanência da fidelidade, como também era possível imaginar trejeitos raivosos diante uma possível narrativa de infidelidade.

As primeiras impressões que tive daquele lugar estavam diretamente ligadas à sua localização. A *Cadeia de Araruna*, na década de 1990, era muito afastada do centro, o que contribuía para o seu isolamento. A respeito do isolamento das Unidades prisionais, há uma larga discussão na literatura, Francisco Carvalho (2002), num estudo sobre as prisões, faz referência à construção das primeiras penitenciárias do Brasil, no Rio de Janeiro e São Paulo, que inicialmente eram afastadas do Centro da Cidade, com o avanço das construções imobiliárias, essas unidades prisionais passaram a ocupar áreas urbanas e bastante povoadas, colocando em risco a população próxima ao local dessas unidades carcerárias.

No livro *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (2014) analisa as medidas disciplinares adotadas para a separação dos indivíduos adoecidos, no final do Século XVII. Na concepção do autor, essas medidas serviram de modelo, no Século XIX, como meio regulamentador das populações. Ainda conforme Michel Foucault (2014, p. 193),

projetar recortes finos da disciplina sobre o espaço confuso do internamento, trabalha-lo com os métodos de repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões-isso é o que foi regularmente realizado pelo poder disciplinar desde o começo do século XIX: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual, funcional num duplo modo: o da divisão binária.

É possível vislumbrar as semelhanças que Michel Foucault aponta com relação às instituições criadas na Modernidade, as escolas, os hospitais, as prisões, que têm por finalidade a correção dos indivíduos, através de disciplinalização dos corpos. Ainda com relação ao estudo de Michel Foucault sobre as prisões no Século XIX, Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2014) corrobora com esse pensamento: ao estudar a prisão, outra instituição moderna vai chamar atenção para o fato de que, desde que surgiu, a prisão é contestada quanto à sua eficácia, quanto à sua capacidade de atender aos seus objetivos. Desde que a prisão surgiu como forma privilegiada de punir no ocidente, que já se anuncia o seu fracasso e se propõe a sua reforma.

No Brasil não foi diferente. Até 1830, o Brasil não possuía um Código Penal Próprio, ficando submetido às *Ordenações Filipinas*, que dispunha dos crimes que seriam aplicados, das punições determinadas. Figuravam as aplicações de penas corporais (açoites, degredos para galés, mutilações, queimaduras, etc.). As reformas do *Sistema de Penas* ocorreram na Europa e nos Estados Unidos durante fins do século XVII. No Brasil, foi com a *Constituição de 1824*, que deu-se início às modificações no Sistema Punitivo, banindo do texto constitucional as penas citadas acima. Entretanto, por ser um país que adotava o regime de escravidão, práticas de punições corporais foram mantidas. Só a partir de 1890 foi adotado pelo *Código Penal*, o *Sistema Punitivo Irlandês*.

Vale destacar uma breve exposição dos principais sistemas adotados nos Estados Unidos e Europa, a partir do Século XVIII. Voltando ao *Vigiar e Punir* (2014, p. 194), Michel Foucault destaca o modelo “Panóptico de Bentham”, como sendo uma

[...] figura arquitetural dessa composição: na periferia uma construção em anel, no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face inteira do anel, a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção, elas tem duas janelas, uma para o interior, correspondendo as janelas da torre, outra que da para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário, ou um escolar.

Nesse sentido, a construção arquitetônica serviria para todos aqueles que estivessem sob a vigilância e necessitassem de correção. Esse modelo de vigilância “onipresente” foi adotado para construção das primeiras penitenciárias que surgiram no Século XVII, na Filadélfia. Nesse sistema, adotado como “Sistema Filadélfia, os prisioneiros ficavam reclusos de forma total, eles eram isolados do mundo externo e dos outros presos, em celas individuais. Além do repouso, havia a obrigação de trabalhar e praticar exercícios físicos. Assim, pontua Michel Foucault (2014, p. 225):

Em suma, o encarceramento penal desde o início do Século XIX recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos [...] o encarceramento nunca se confunde com a simples privação da liberdade. É, ou deve ser em todo caso um mecanismo diferenciado e finalizado [...] não deve ter a mesma forma, consonante se trate de um indiciado ou de um condenado [...] realizar um castigo só graduado em intensidade, mas diversificado em seus objetivos.

Nessa propositura, foram criados outros modelos de prisões e encarceramento, a exemplo do *Sistema de Auburn*, nos Estados Unidos, semelhante ao da Filadélfia. Nesse último, o recluso também permanecia no isolamento absoluto, apenas no período noturno. Durante o dia, as refeições e os trabalhos eram coletivos, entretanto, a regra era o silêncio total, não sendo permitidos a comunicação ou olhares entre si. A vigilância e a disciplinarização era absoluta. Outro sistema desenvolvido, o *Norfolk*, nos Estados Unidos, adotou, também, o modelo dos sistemas da Filadélfia e de Auburn.

Nesse sistema era adotada uma espécie de progressão, o prisioneiro acumulava uma espécie de “vale”, com essa acumulação poderia passar para um novo estágio, semelhante ao regime hoje conhecido como “liberdade condicional” e, posteriormente, à liberdade definitiva. Esse sistema foi levado para Inglaterra e, depois, sofreu modificações na Irlanda. Nesse modelo, o preso passava por diversas fases, como o sistema de *Norfolk*, acrescido de uma nova etapa, nessa etapa era permitido ao preso trabalhar em local aberto e sem restrições. Novos modelos foram surgindo com elementos desses modelos citados. O Brasil adotou o modelo do *Sistema Irlandês*, entretanto, devido às condições deficitárias das construções das Unidades prisionais, desde a sua implantação, os estabelecimentos prisionais não ofereceram condições para a aplicação desse sistema. Em Araruna, as condições não eram diferentes das demais unidades prisionais existente no Brasil.

Hoje, quase vinte anos após, há algumas construções residenciais, entretanto, algumas referências não mudaram, a exemplo da proximidade do cemitério público. Realizar o trajeto centro da cidade em direção à Unidade Prisional, obrigatoriamente, o transeunte passa em

frente ao cemitério. A paisagem sombria do cemitério se contrasta com uma paisagem verde, com árvores frondosas, vento forte. Alguns metros adiante do lugar reservado aos mortos, está o lugar reservado aos presos. Seu prédio cercado de muros altos possui acesso através de um grande portão. A única identificação é uma inscrição na fachada, escrita em letras consonantais: “CADEIA PÚBLICA DE ARARUNA”. Durante os seis anos que frequentei aquele local, convivi com a distância, a aridez, o vazio afetivo, uma geografia do abandono, o medo atribuído àquelas paredes, colocava-se ali aqueles que a sociedade não mais desejava em seu meio. Era um lugar praticamente deserto. Apesar de existir uma estrada que tem destino à zona rural do município, há pouca movimentação. Raramente passavam automóveis ou pessoas.

Chegando a Cadeia, seguia-se um ritual quase litúrgico: tocava-se a campainha; um policial ou um agente penitenciário abria uma janela pequena. Ali era realizada a identificação inicial. O portão era aberto após o primeiro contato. A entrada era concedida por policiais, agentes ou funcionários. Por ali entravam os visitantes nos dias destinados às visitas. Atualmente, as visitas são feitas aos domingos, no horário das 13h às 15h. São as chamadas visitas sociais, concedidas aos familiares (pais, irmãos, esposas, filhos, companheiras, dentre outros). Cada preso tem direito a duas visitas por semana e as visitas íntimas destinadas às esposas ou companheiras, realizadas nas quartas feiras, das 10h às 14h30. Tais visitas são as pontes que ligam o apenado ao mundo livre e é regulado por lei - a Lei de Execução Penal (LEP).

1.1.2 A lei de Execução penal

A Lei de Execução Penal, de número 7.210, promulgada em 11 de julho de 1984, tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Em seu artigo 41, parágrafo X, estão timbrados os direitos do preso: visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados. É o marco legal responsável pela classificação dos estabelecimentos penais onde serão cumpridas as penas aplicadas aos autores de práticas ilícitas. Essa lei também estabelece as diretrizes para o cumprimento das penas.

A *Unidade Prisional de Araruna*, segundo a legislação, é classificada como Cadeia Pública, destinada a presos que cumprem prisão provisória. Júlio Mirabete (1996, p. 254) defende ser recomendável que o provisório esteja próximo de onde se desenvolve o inquérito

policial e do juízo onde corre o processo penal pelo crime que é acusado. Assim, seguindo a recomendação da lei, a *Cadeia de Araruna* se inscreve como uma Unidade Prisional destinada a presos provisórios, aqueles que ali permanecem por um curto espaço de tempo enquanto aguardam julgamento. A estadia nessa unidade prisional depende de como será cumprida a pena. Em casos de penas em que o apenado for condenado ao regime fechado, o mesmo será transferido à outra Unidade Prisional. No caso específico, os apenados, companheiros das mulheres entrevistadas nessa pesquisa, ficaram em Araruna, em média, de oito meses a dois anos.

A visita íntima no ordenamento jurídico teve sua efetivação recente: tornou-se um aparato legal na década de 1980, contemplado pela LEP. O texto original dispunha apenas o direito a presos do sexo masculino, entretanto, só teve sua aplicação efetivamente a partir de 1999, com a resolução número 1, do *Conselho Nacional de Política Criminal*⁴, que recomendava aos departamentos penitenciários ou órgãos congêneres que fosse assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, recolhidos nos estabelecimentos prisionais.

1.2 Homens residentes, mulheres visitantes

Para efeito de compreensão, delimitei dois espaços para as mulheres de apenados: o primeiro, no qual denomino de *espaço social*, como sendo o lugar onde as mulheres vivem ou viveram com seus companheiros antes da prisão. O segundo, chamo de *espaço prisional*, onde os encarcerados passaram a habitar. Pra eles, lugar “novo”, lugar de moradia, para elas, lugar de visitas. Assim, o espaço prisional não se configura para as mulheres enquanto um espaço de residência, no sentido de morar, ir, vir, cuidar dos seus afazeres, trabalhar, isto é, de suas práticas cotidianas ou de compartilhamento. Para elas, o *espaço prisional* é um lugar de visitas, de passagens breves, de contatos rápidos com o companheiro e com outros atores que fazem parte do mundo prisional. É o local em que o apenado cumpre a pena que lhe foi imputada ou mesmo no período de espera do julgamento.

⁴ Art.71 da Lei de Execução Penal criou o Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, e é o órgão executivo da Política Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e penitenciária.

Na *Cadeia de Araruna*, como muitas outras existentes, não há o cumprimento da lei como preceitua a da *Lei de Execução Penal*⁵, no sentido de diferenciar os diversos espaços, para presos específicos. A trajetória de um preso seria, *a priori*, levado para Delegacia de Polícia, em seguida, transferido para cadeia ou casa de detenção e após o julgamento para um estabelecimento específico para apenados condenados, segundo os requisitos da LEP. Em Araruna, não há essa distinção, até presos albergados ocupam o mesmo espaço carcerário. Esse indivíduo é privado de sua liberdade, por um tempo indeterminado, por dois motivos, ficará preso até o julgamento e, se condenado, terá que cumprir a pena, ou será transferido para outra unidade prisional, de acordo com a pena a que lhe foi imputada.

Os apenados, companheiros das mulheres desse estudo, em sua maioria, foram condenados e tiveram penas longas, cumpridas em penitenciárias de outras cidades, alguns deles já faleceram, outros ainda aguardam julgamento, na *Cadeia de Araruna*. Nesse processo de acompanhamento da execução da pena, a mulher tem sua liberdade limitada pela vigilância e disciplinalização dos corpos, porque os modos de subjetivação e sujeição desses corpos estão presentes no Sistema Penitenciário e este não é um sistema destinado apenas ao homem. Segundo Michel Foucault (2014, p. 262) “A prisão fabrica indiretamente delinquentes, ao fazer cair na miséria a família do detento”.

A miséria atinge os familiares, de forma que em alguns casos, a situação de pobreza transforma a vida dessas famílias em penúria e miserabilidade. Essa realidade não se aplica apenas à *Cadeia de Araruna*. Na literatura existem vários estudos a respeito da situação prisional no Brasil, que abordam mulheres de apenados. Em trabalho intitulado “*Um estudo sobre a escolha amorosa de mulheres por homens na condição de presidiários*” (2013), Adriano Zago problematizou um Centro de Detenção do ABC Paulista, que recebe presos da Região Metropolitana de São Paulo. A população carcerária advinda da periferia dos grandes centros urbanos, e, as companheiras, em sua maioria, conheciam os apenados no presídio. São mulheres que, por opção, se envolviam com homens apenados. Em alguns casos elas conheceram esses homens no espaço prisional. São mulheres de pouca escolaridade, desempregadas e, nesse aspecto, se assemelham com as mulheres dessa pesquisa, apenas diferindo na forma pela qual conheceram seus companheiros. Todas as interlocutoras entrevistadas para essa pesquisa conheceram seus parceiros antes destes adentrarem ao mundo do crime. Tomo como exemplo Orquídea, que era casada, como já mencionado anteriormente. Durante o período em que seu marido esteve preso, ela passou a viver da mendicância, pois

5 A Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 – Lei de Execução Penal, trata das disposições de sentença ou decisão criminal, proporcionando condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

não tinha como trabalhar para sustentar os três filhos pequenos. Sobre essa condição, Orquídea afirmou: “Deus dava um jeito [...] pra não morrer de fome, eu pedia nesse tempo... Ele só passou um ano e oito meses, mas é muito tempo, né? Pra vista que eu passei, quem sabe do sofrimento que eu passei nesse tempo todinho”.

A vida desprovida de recursos e a religiosidade aparecem como uma forma de vitalidade, de continuar a existir. Orquídea é uma dessas mulheres simples. O lugar onde vive é marcado pela escassez de água e alimento. A vida para ela é uma constante luta pela sobrevivência, fazendo-a adaptar-se às inúmeras adversidades. Quando o marido foi preso, ela passou a cuidar da família sozinha. Uma das formas de resistência encontradas foi o ato de pedir alimentos para si e seus filhos.

“Não há como se manter indiferente quando nos colocamos na situação de escuta e nos defrontamos com vidas dilaceradas, submetidas as mais torpes atrocidades e cuja existência é permanentemente negociada” (ADORNO, 1991, p. 4). Entendo por existência negociada as saídas encontradas por essas mulheres para sobreviverem sem a presença de seus companheiros e ainda mediar as relações com o meio exterior. Isso se evidencia no acompanhamento da execução penal, nas visitas ao apenado, no enfrentamento ao preconceito, dentre outras questões. Neste sentido, a mulher vive em trânsito entre o mundo de fora e o universo prisional.

O espaço prisional é um lugar de constantes conflitos: rebeliões, tentativas de fugas e, vez em quando, alguns casos de morte. É um espaço que nem sempre é um lugar fixo. A exemplo de quando o apenado passa por algum tipo de enfermidade e é conduzido a um hospital, continua na condição de prisioneiro, vigiado. Neste sentido, a mulher torna-se itinerante desses espaços, conforme o depoimento de Margarida transcrito abaixo:

Ai quando foi um tempo ele tentou fugir do presídio e levou um tiro de fuzil. Ele ficou no hospital e fez muita cirurgia e aí quando vi que ele tava muito mal, que ele não ia escapar mesmo, eu cheguei lá no hospital [...] ele tava algemado aos pés, as mãos pra trás na cama e tinha um buraco tão feio na barriga. Ele tava muito roxo, a gente viu que ele não ia escapar... cheio de polícia ao redor dele.

É possível perceber nessa narrativa que há uma relação de poderes: o poder institucional e o poder do indivíduo preso. E mesmo havendo desigualdade nesse embate de forças, a Instituição monta um aparato de vigilância, que se contrapõe à resistência do apenado. Isso pode ser percebido na fala de Margarida, ao afirmar que seu marido, mesmo ferido, encontrava-se algemado pelos pés, com as mãos para trás, condição que certamente

dificultaria qualquer tentativa de fuga. Nessa perspectiva, é possível vislumbrar que há sinais de resistência do apenado. Como pontua Michel Foucault (2014, p. 232), não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder a resistência ao poder. Desta forma, quanto maior a resistência ao poder, percebe-se que há uma maior tentativa de dominação. Compreendo que não há submissão de poder entre os atores envolvidos nessas situações. Entre esses espaços, a mulher do apenado também não se deixa dominar e mesmo como visitante no espaço do hospital, segue sendo vigiada, ao dizer que há policiais presentes junto ao leito do marido, um indivíduo moribundo, que aparentemente não demonstra forças de reação. Nesse sentido, compreendo que a vigilância é um mecanismo que é usado pelo poder para marcar limites e diferenciar o grau de intensidade daqueles que oferecem uma maior resistência ao poder. Na situação vivida no hospital, a mulher tinha um poder de força e resistência maior que seu marido. Essa afirmativa se firma nas palavras de Michel Foucault (2014, p. 257):

[...] em algumas situações a penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. [...] Toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação.

É perceptível através dos relatos de Margarida, que seu marido, durante todo o tempo em que esteve encarcerado, travou embates de forças com os poderes, seja em tentativa de fuga ou em conflitos dentro da instituição carcerária. E ela, como sua companheira, esteve ligada a essa dinâmica se contrapondo às ações que minavam as resistências de seu companheiro. Margarida se contradiz em alguns pontos. Num momento, afirmara que seu marido fora condenado a trinta anos de prisão em regime fechado. Noutro, relatou com veemência sobre a certeza de que ele não sairia da prisão e que, inclusive, a família dele também tinha conhecimento disso. Não pude compreender o que ocorreu de fato. Quando retornei a essa questão, Margarida esquivou-se, mudou de assunto, apesar de minha insistência. Vejamos o relato abaixo:

[...] ele foi condenado a trinta anos [...] numa dessas fugas levou um tiro de fuzil, ficou no hospital e fez muitas cirurgias. Aí vi que ele tava muito mal, que ele não ia escapar mesmo. Mas foi feita uma cirurgia, colocaram uma tela para segurar os órgãos que estava de fora e levaram de volta para o presidio [...] a gente sabia que ele não ia sair não porque já tinham avisado ao pai dele que eles iam fazer por tudo por onde ele não saísse.

Por tratar-se de uma relação de poder explícita, o enfiamento era uma forma de resistir - subverter as regras - mesmo tendo certeza que a luta seria inglória. O apenado havia sido condenado a trinta anos de cadeia e durante sete anos esteve preso. As técnicas de disciplina como forma de poder se diluíam em cada tentativa de fuga. Como aduz Michel Foucault (2006, p. 32),

[...] as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem possibilidade de uma resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência.

Compreendo que o investimento de vigilância e disciplina não impede que o apenado tente a fuga, mesmo correndo os riscos de ser capturado ou morto. O corpo do apenado se aventura em busca do espaço de liberdade e o da mulher além da liberdade, tenta se livrar do controle externo. Margarida buscou um controle invisível e negocia com outro poder que ela acredita que seria capaz de trazer as respostas para o seu desejo e alimentava esperança para suportar a espera, a cura do marido doente e a possível saída da prisão. Ouçamos o discurso da entrevistada:

[...] eu falei pra Deus assim, se ele curasse meu marido, nunca mais deixaria a palavra de Jesus, ia servir a ele até o fim de minha vida. Aí ele fez assim como eu pedi, ele me atendeu, e eu só em pensamento, aí do meu jeito aconteceu [...] O senhor curou ele e ele ficou bom, porque o médico falou: eu vou fazer a cirurgia, mas ele não vai espancar não [...] Só vou fazer porque a senhora está muito aflita, falou para, mãe dele.

Acredito que os cortes na vida dessas pessoas causam rachaduras, cicatrizes que nem o tempo conseguiu apagar. As lembranças de Margarida são carregadas de emoções, de sonhos. Ela fala de um tempo passado de espera pelo marido e do presente, onde nada mais lhe interessava. Insiste em voltar para lembranças do tempo antes da prisão.

[...] vivi sete anos. Eu morava numa casa com ele e com meus dois filhos. Trabalhador [...] não sei, até hoje tem hora que eu penso assim, como foi que aconteceu tudo aquilo, porque ele era uma pessoa tão [...] era do trabalho pra casa, pra escola [...] ele estudava, era trabalho, casa e escola.

É visível na fala de Margarida o efeito negativo da prisão do marido em sua vida e na de sua família. Ela não dá referências sobre o que o levou ao universo carcerário. Contudo, mostra que o habitar nesse novo espaço quebra a rotina de vida de todos.

Compreendo a prisão como sendo uma máquina destrutiva. Nas palavras de Julita Lemgruber (1999, p. 13), é impossível passar por uma prisão e sair sem marcas e feridas.

Assim, acontecia a todos os envolvidos que por ali passavam: com os que para lá são mandados, para cumprir pena; com os funcionários; com os visitantes. E porque não com os pesquisadores? Posso falar que sentimentos de inquietude, angústia, emoções, estiveram presentes durante as entrevistas com essas mulheres.

Ainda com relação aos espaços habitados e visitados, Tulipa, outra mulher de prisioneiro, também narrou a experiência vivida nesses espaços e momentos que viveu antes da prisão. Leiam:

[...] viajei para São Paulo com ele [...] lá a gente teve umas briguinhas bestas, aí eu vim embora e deixei ele lá. Aí ele veio atrás de mim, aí eu disse: se você for lá pra Paraíba, você vai pra cadeia, porque você é procurado. Realmente, quando eu cheguei aqui com três dias a polícia pegou ele e ele foi preso. Ele passou seis anos de cadeia.

Ela sabia que o seu companheiro já havia cometido crimes. A prisão, porém, ocorreu quando este, foragido em São Paulo, retornava à Paraíba. Além de ser procurado pela Justiça para cumprimento de uma pena que, certamente, não fora concluída, ele sofria outros tipos de ameaças. No entanto, Tulipa preferiu não aprofundar a fala, apenas desabafou:

[...] disseram que ele pagou a pena. Mas o povo comentava que ele andava fugido, que ele saiu da cadeia fugido de Guarabira, mas eu não sei porque não tive mais contato com ele. Aí foi tempo que mataram ele. Só que o pessoal falava em matar ele, porque ele devia crime, por aí, aí tinha que matar [...] Aí eu não sei [...] mataram ele com faca, bala, cortaram o pescoço dele.

A narrativa acima permite perceber a complexidade do universo prisional e a relação do indivíduo que esteve cumprindo pena, ou que cumpriu a sentença determinada pela justiça ou que efetuou fuga. Nesse sentido, é possível observar que a vivência incerta do delinquente afeta a vida da mulher, uma vez que as relações vividas na prisão são relações de constante tensão. A entrevistada foi incisiva ao afirmar que “vivia tensa”; que sabia que, “por qualquer coisa, ou cisma ou desobediência de um preso, os outros presos podem até matar, em Araruna eu não sei, mas em Campina Grande era assim”. A fala dessa mulher corrobora com a citação transcrita abaixo:

[...] os internos de unidades prisionais desenvolvem organizações próprias formam uma espécie de “sociedade dos cativos”. Esse tipo de sociedade articula distintas “políticas”, “agressores”, “comerciantes”, etc. que só não orientam os comportamentos individuais, como também se canalizam com vistas à manutenção de compromissos coletivos dentro das penitenciárias. Formam-se códigos de conduta, cuja função é prescrever o recurso às “autoridades” informais para a resolução dos conflitos entre os presos

institucionalizados o uso da força e da violência entre eles (SYKES, 1999, apud. DUARTE, 2013, p. 623).

A autora se refere a poderes existentes nas prisões. Assim, entendo que o indivíduo encarcerado faz uso de formas de resistência, ganha na organização de um poder paralelo, que se contrapõe ao poder oficial da instituição, a exemplo do poder do fundo da cadeia⁶, que vai além dos muros da cadeia e faz valer sua lei. Em alguns casos, ex-presidiários são mortos a mando desse poder. Nesse sentido, o poder é um jogo, pode ser comparado ao que diz Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2004, p. 93): “[...] esses jogos são frutos de um jogo permanente, jogo de ‘esconde-esconde’, uma brincadeira de máscara, um carnaval organizado e submetido a um emaranhado de regras”. Essas regras não são claras, são complexas e de difícil compreensão, são difusas entre esses poderes, são transitórias, variam de cadeia a cadeia ou de quem a governa de forma paralela. O poder paralelo subverte as normas do poder oficial e esse não reconhece a sua existência, entretanto, os apenados usam dessas táticas⁷ durante as ações de fuga ou na entrada de armas nos presídios.

Nesse sentido, é possível compreender que o poder circula nessas relações, adotando estratégias que resultam na ação de disciplina como meio de sujeitar os corpos, objetivando a normatização do apenado e da mulher, dentro e fora do espaço prisional, a exemplo dos meios coercitivos que são empregados na visita íntima. No entanto, o apenado e a mulher usam táticas de resistência, em suas relações cotidianas, e, embora o controle seja rígido, em alguns casos a mulher burla a vigilância, quer seja trazendo objetos de uso proibido ou deixando de cumprir o regulamento exigido para adentrar no presídio. Tulipa esteve durante seis meses fazendo visitas íntimas, e nestas ocasiões não se exigiu comprovação de que tivesse filhos ou união estável com seu companheiro, diferentemente de outras entrevistadas que, para realizar tal procedimento, tiveram que formalizar união estável. Quando a questioneei acerca da entrada na penitenciária, ela respondeu que apenas era revistada, e que sofria assédio moral e sexual por parte dos policiais. Sua intimidade estava desnuda, sem roupas, exposta, frágil, envergonhada, observada, invadida.

⁶ Fundo da Cadeia são formas de controle sutis camuflados pelos grupos de poder informal que fazem parte de uma rede de micro poderes prisionais (GUINDANI, 2001 apud GROSSI, 2012, p.180).

⁷ Enquanto as táticas podem ser observadas como o poder dos apenados, as estratégias funcionam como o poder da instituição. Conforme Michel de Certeau (2012, p. 180), a tática é a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. A tática não tem por lugar senão o outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha; a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”.

1.3 Visita íntima: A intimidade se desnuda sob o olho do poder

Embora fosse lei e destinada a todos que cumpriam pena, em Araruna, a visita não era concedida. Ouçamos a narrativa de Orquídea, esposa de um apenado preso no final da década de 90: “Não tinha direito, não. Nesse tempo não tinha essas coisas, não. Era você chegar e sair na mesma hora. Só olhar para ele e voltar... Ele só passou um ano e oito meses, mas é muito tempo, né?”. O “olhar pra ele e voltar” revela o desagrado com o corpo não tocado sexualmente, o desejo reprimido, o sexo silenciado. Por quase dois anos, sexo tornava-se proibido para esse casal.

Não há registro preciso de concessão para visitas íntimas na *Cadeia de Araruna*. Entretanto, em entrevista concedida pela agente penitenciária, ao se referir à visita íntima, já no início dos anos 2000, afirma:

Quando eu cheguei lá, já no início dos anos dois mil, tinha a visita íntima. A mulher vem visitar, depois ele desce pra o pátio e já tão com a cela lá pronta. Como tem a grade eles colocam um colchão, um lençol ou uma coxa pra eles lá, aí eles passam duas horas, depois de duas horas ela sobe. (GIRASSOL, 2016).

O relato parece desolador quando se pensa a relação sexual realizada no espaço privado. A visita íntima desnuda a intimidade. Viola os corpos expostos ao prazer sexual em espaços públicos. As selas são fechadas por grades capazes de revelar aquilo que está no interior do espaço. A fala da interlocutora torna dizível aquilo que, aos olhos da sociedade, poderia ser considerado imoral: uma sela, um colchão coberto com um lençol, corpos desnudos entregues ao prazer. Fica notório ainda o “pudor” referente à relação sexual: “[...] aí eles passam duas horas, depois de duas horas ela sobe”. O sexo não é mencionado. Fica oculto, nas entrelinhas, subentendido.

Compreendo a relevância do questionamento a respeito da visita íntima, que figura como um direito do apenado. Entretanto, para a mulher ou companheira, é um elemento novo que passou a fazer parte do relacionamento com a prisão do homem. E como veremos no decorrer dessa pesquisa, é uma decisão imposta, dada como algo que tem caráter obrigatório. De um lado o direito do homem de ser visitado, do outro encontra-se a mulher subjugada a esse direito, sem ser ouvida quanto à aceitação.

A discussão a respeito da visita íntima no espaço carcerário ganhou visibilidade no momento de sua implantação, como sendo importante para o apenado receber visitas íntimas, no sentido de acreditar que era um meio de socializar o indivíduo que estava cumprindo pena.

Contudo, faz-se necessário refletir a respeito dos embates de forças que foram travadas entre diferentes atores sociais e institucionais que contribuíram para o arcabouço legal a este tipo de visitação. É salutar compreender que mesmo não reconhecidas oficialmente pelas instituições prisionais, as visitas ocorriam, conforme pontua Guilherme Nucci (2011, p. 995) “[...] o direito à visita íntima não se encontra, ainda previsto em lei, originando-se do costume adaptado pelas direções dos presídios”. Esse autor apresenta como num dado passado as prisões organizavam suas visitas íntimas, mesmo não sendo contempladas pelo diploma legal. Nesse sentido, torna-se relevante a análise do cenário em que vivenciavam os apenados no universo carcerário na década de 1980, que provocou uma visibilidade sobre si, e foi determinante para que a instituição adotasse medidas para legalizar o encontro íntimo no espaço carcerário.

Alguns presos improvisavam barracas nos pátios dos pavilhões nos dias de visitas, sendo que as autoridades faziam vistas grossas, convencidos de que aqueles momentos de privacidade acalmavam a violência da semana. Com o tempo, a situação foi ficando insustentável, pela algazarra que gerava, pelos incidentes de adolescentes grávidas, sobretudo pelo fato da visita íntima transformou-se em reivindicação maciça dos apenados (VARELLA, 1999, p. 78).

Dessa forma, é possível afirmar que o encontro íntimo já existia dentro de alguns espaços carcerários, de forma improvisada pelos detentos. Em Araruna também ocorriam visitas sociais no pátio, o que algumas vezes causavam atritos entre familiares. Por outro lado, não existem referências de visitas íntimas no pátio, uma vez que aquele espaço da Cadeia de Araruna era muito pequeno. Sobre a visita nesses espaços, a agente penitenciária (2016) afirma:

[...] no pátio. Fica conversando com eles no pé da grade. Tinha vez que ficava tudo tumultuado, porque quando tinha muito preso, que entravam as famílias, aí um queria conversar e o outro queria também e ficava aquele problema, sabe? Eles não podiam nem conversar direito.

Considero importante pensar a regulamentação da visita íntima como um mecanismo de controle ligado ao poder sobre a vida dos indivíduos. A partir do século XX o poder sobre a vida, o *biopoder* torna-se o grande responsável pelas organizações das sociedades capitalistas, permitindo o direito à vida, o controle de quem poderá viver ou morrer, um poder que, concomitantemente, permite àqueles que vivem a garantia de viver com saúde, enquanto os outros são eliminados, ou seja, um racismo de Estado, entretanto, não centrado na cor da pele ou na etnia, mas num corte da população. Como aduz Michel Foucault (2005, p. 303):

“[...] quanto mais espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados... mais fortemente serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”.

Nesse contexto, é possível compreender o espaço carcerário como um espaço de racismo de Estado, que segrega um tipo de indivíduo que, em sua maioria, advém de um espaço de exclusão da sociedade. A prisão é uma das estratégias usadas pelo *biopoder* para controle desses indivíduos. Para Michel Foucault (2006, p. 157), os delinquentes têm ainda outra excelente função no mecanismo de poder: a classe no poder se serve da criminalidade como álibi contínuo para endurecer o controle da sociedade. A prisão não serve para quem está dentro dela, mas àqueles que estão fora de seus muros.

A delinquência provocava o medo que passava a ser cultivado. Tal sentimento, quando transmitido pela instituição à sociedade, consiste numa forma de justificar a necessidade de endurecimento do poder de punir. Mas o poder de punir também tem suas estratégias para tornar o espaço de punição, se não aceitáveis, mas suportáveis. É possível perceber que o encontro íntimo dentro das unidades prisionais, antes de sua legalização, não tinha o controle da instituição, na falta de uma norma que regresse o comportamento, se tornava difícil delinear e uniformizar o modo de se conduzir, ou até mesmo de liberar ou proibir as visitas, como veremos em seguida. Para Michel Foucault (2014, p. 21) “[...] há um fundo de suplício nos mecanismos modernos da justiça criminal-fundo que está inteiramente sob controle, mas envolvido, cada vez mais amplamente, por uma penalidade do incorporal”. Entendo que o suplício moderno vivido pelo apenado está ligado à vida cotidiana no espaço carcerário, que além da privação da liberdade, se submete a uma rotina desprovida de utilidade.

As relações de socialização, a exemplo da visita dos familiares e as visitas íntimas, podem ser compreendidas como rupturas do isolamento e partilha de instantes do privado. Mesmo acontecendo num espaço compartilhado por outros indivíduos, o encontro esporádico entre homem e mulher pode ter uma certa magnitude, mesmo sendo passageiro e com dia marcado, poderá ser uma viagem numa embarcação insegura. Para Zygmunt Bauman (2004, p. 47), “[...] viver juntos pode significar dividir o barco, a ração e o leito da cabine. Pode significar navegar juntos e compartilhar as alegrias”. As mulheres dessa pesquisa tiveram seus momentos de “viver juntos”, nas cabanas improvisadas por seus companheiros, para o encontro amoroso no dia das visitas íntimas. A exemplo da prática do sexo nas visitas íntimas, como são calculados os gestos, a fala, o que se pode dizer ou sentir. Quando perguntei o que seria ficar “pianinha”, ela responde que é o mesmo que ficar repetindo a mesma coisa e com

pouco barulho. Silenciar os gemidos, o prazer. Silêncio rompido na queixa de Hortência: “Acalma. O sexo relaxa [...] eu tenho que focar ali, naquele negócio que eu tô fazendo, mas é diferente de casa, porque em casa a gente geme alto, a gente bate, a gente brinca, e faz tudinho. Mas aqui eu mordo ele e fico pianinha”.

Hortência descreveu a importância do sexo tanto em sua vida, quanto na do seu companheiro, dando ênfase ao efeito de tranquilizar. “Ambos se acalmam, não aguentaria passar um ano sem *tchaca tchaca*⁸” afirma a interlocutora. A liberação das visitas íntimas dentro do espaço carcerário possuiu um caráter regulador, que visava o controle da população envolvida com o mundo prisional. Nesse sentido, não só o homem apenado está sob o controle, a mulher também passa por um dispositivo de uma relação de aliança, no sentido de ser constituído com base no casamento, na união estável⁹ ou que tenha filhos com o apenado. Essa exigência remete a pensar que entre as mulheres de apenados há diferenças no tratamento entre elas ao que se refere à permissão para entrada no espaço prisional de Araruna.

Alguns elementos são pontuais com relação à visita da mulher ao espaço prisional. Estas eram submetidas às regras e técnicas de poder que são normas do sistema e que incidem sobre a mulher. Para ter direito à visita íntima é exigido que a mulher apresente uma ficha de antecedentes criminais¹⁰. Ação comum a toda mulher de preso, como revela a interlocutora Jasmim: “Quando eu fui fazer a ficha para a permissão de entrada na cadeia de Araruna, tive que ir no Fórum pedir uma ficha de Antecedentes Criminais”. Há uma presunção preconceituosa na exigência da ficha de antecedentes criminais, como sendo um dos requisitos para entrada da mulher no mundo prisional, uma vez que recai sobre ela a suspeita de também ser uma agente de práticas delituosas.

Suspeita vigiada: “Eu sempre tinha a impressão que estava sendo seguida, a polícia foi várias vezes lá em casa e me perguntava onde era que eu guardava as armas, se eu tava com ele no dia do roubo”, afirmou Jasmim. Mesmo que no ato da busca de provas materiais não sejam encontrados elementos que as associem à cumplicidade ao crime, e que o seu cadastro na justiça criminal seja favorável a uma conduta de licitude, ainda assim, não é o suficiente

⁸ A expressão *tchaca-tchaca* é utilizada como sinônimo do ato sexual. A referência é associada ao barulho do movimento dos corpos durante o ato sexual.

⁹ O art. 1.723 do Código Civil de 2002, por sua vez, estabelece: “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

¹⁰ Os antecedentes criminais dizem respeito a qualquer envolvimento que a pessoa já teve com o Poder Judiciário na esfera penal. São os fatos anteriores de sua vida, incluindo-se tanto os antecedentes bons como os maus. Serve este componente especialmente para verificar se o delito foi um episódio esporádico na vida do sujeito ou se ele, com frequência ou mesmo habitualmente, infringe a lei (Cf.: DELMANTO, 2010, p. 274).

para tirar o estigma de que mulher que tem relacionamento com criminoso também é criminosa. Ademais, somado a estas exigências, entra a necessidade de oficialização do relacionamento como união estável.

[...] Ele falou para mim: Leticia vamos fazer uma união estável. Os meninos que fica na minha cela falou que se eu não tiver filho, não for casado, tem que fazer uma união estável, que dá direito a gente ter de quinze em quinze dias um momento juntos, você quer? Eu falei: quero. Fiz a união estável e tive direito a visita já na outra semana (LETICIA, 2016).

É possível vislumbrar que a oficialização não tem o caráter de otimizar a relação ou proporcionar direitos concedidos a uma relação reconhecida no diploma jurídico. A finalidade é a permissão da entrada no espaço prisional. Nesse sentido, é uma prática imposta e, portanto, coercitiva que inibe o poder de decisão do casal de poder optar por um relacionamento esporádico ou aberto. O não consentimento em fazer a união estável priva o apenado de receber a visita íntima.

No mundo prisional as manifestações de liberdade não existem, até mesmo quando se trata do que deveria ser o privado, ser decidido pelo homem ou a mulher. No espaço prisional as relações são ilhadas e coercitivas. Ou o relacionamento é reconhecido estável ou não é permitida a visitação íntima. Só é permitido o que o Estado considera “normal”. Rosa, interlocutora dessa pesquisa afirma: “Você tem que declarar quanto tempo tá com ele. A união estável é um tipo de casamento civil, só não muda o nome”. A alegação diz respeito a um fator considerado de segurança, é como se o tempo de vivência, a formalização da união estável ou do matrimônio assegurasse uma pretensa “normalidade”, segurança, confiança.

O policiamento do sexo não deve ser encarado como interdição ou repressão, mas como regulado. A prática de uma sexualidade vigiada, como se dá no universo carcerário vai ao encontro do pensamento de Michel Foucault (1988), “[...] esse dispositivo que institui o sexo como verdade maior sobre o indivíduo, transpôs o controle da carne, dos corpos, para os prazeres e com isso o dispositivo da aliança, que define o proibido e o permitido”. Nessa perspectiva, a prática de uma sexualidade no espaço carcerário objetiva uma ordem e essa ordem deve ser monogâmica e reconhecida como uma sexualidade regular. Nesse sentido, a agente penitenciária em diálogo revelou que “[...] se for casada basta trazer o registro de casamento, se for companheira e tiver filho, é direito, se for menor, tem que ir pra um juiz, pra fazer a documentação permitida”.

Entretanto, percebo que nas regras que concedem a entrada para visita íntima há uma certa flexibilidade, a exemplo da experiência de Lavanda:

[...] Eu sou viúva e estou aguardando a pensão do meu marido, por isso tenho medo de fazer algum documento, mas até que tentei, mas o meu companheiro é casado, não posso fazer a união estável, mas fui no cartório, com duas testemunhas declarando que vivo com ele há muito tempo e agora vou ter direito a visita.

Mesmo a norma exigindo um diploma jurídico, o diretor da Cadeia de Araruna aceitou apenas uma declaração feita em cartório, concedendo o direito da mulher de um apenado à visita íntima. Apesar de existirem normas na legislação, o sistema prisional tem suas falhas, “acordos” que endurecem as exigências para uns, enquanto para outros negligenciam ou dão pouca importância ao que deveria ser regra para todos. Alguns funcionários parecem desobedecer a lei, adotando “dois pesos, duas medidas”. Ouçamos a fala de Tulipa:

[...] Não tinha nenhuma dificuldade para entrar na cadeia. Nesse tempo, a polícia era conhecida demais de mim, muitos davam era em cima de mim, e falava – eita, você vai ter que deixar ele, você é uma mulher bonita, de família, por que você é envolvida com um homem desse? Mulher, cai fora, ele não sai nunca daí da cadeia - Aí eu chegava a ficar triste, né? Eles permitiam que eu entrasse, mesmo sem ser casada, não tinha filhos com ele.

É possível compreender a existência dos “acordos” na fala de Tulipa, quando a sua entrada no espaço prisional deu-se a partir das “amizades” que tinha com os policiais. Nota-se que existia uma relação de amizade ou até mesmo de assédio, no momento em que a entrevistada afirma “davam em cima de mim”, referindo-se a demonstração de interesse por parte dos policiais, seguido de elogios à sua beleza. O assédio ainda aparece em expressões do tipo: “mulher, cai fora, ele não sai daí nunca mais”. Tal discurso representa uma tentativa de chamar a interlocutora a uma “realidade”, na qual a razão seria o norte das decisões. “Cair fora” representa aquilo que os policiais chamariam sair da “marginalidade”, seria largar o estigma de “mulher de bandido”. É possível, ainda, inferir que a postura de Tulipa aparece como marca de resistência: primeiro por, mesmo não sendo casada e nem tendo filhos com o apenado, continuar a manter os encontros íntimos na prisão tendo seu corpo exposto em nome do sentimento de fidelidade; segundo, por se submeter ao assédio dos policiais, enfrentá-los, ouvi-los e se entristecer para manter a “amizade”, cartão de acesso ao interior do presídio; terceiro por, “em nome do sentimento”, enfrentar ainda a sociedade que a estigmatizou como vadia, bandida, ao manter vínculo amoroso com um presidiário.

A liberação para uma prática de sexualidade no espaço prisional é regulada. Como pontua Michel Foucault (1988, p. 212), a sexualidade passa a ser controlada, não no sentido de uma prática individual, mas como um controle da espécie e, portanto, regulamentação.

Desta forma, o controle e liberação sai da esfera da disciplina do corpo, para o homem espécie. É, ao mesmo tempo, disciplinar e regulamentador, e se destina ao corpo social.

Ainda de acordo com esse autor, “o biopoder é um mecanismo regulador que mantém o equilíbrio da população. O controle da população no espaço prisional é também um controle sobre a vida, a saúde, a natalidade” (FOUCAULT, 1988, p.213). Esse controle que tem alegação ao bem estar dos apenados é um paradoxo. O poder priva a liberdade do direito sobre o corpo individual e circula num espaço circunscrito, incidindo sobre o “corpo coletivo”, e a sexualidade passa de uma atividade livre e de escolha privada, para o caráter de controle público.

Compreendo a entrada no espaço prisional como a materialização de um exercício de poder que se manifesta como prática de vigilância corporal que, além de fortalecer o processo de controle e disciplina, limita o sentimento de intimidade e privacidade, embora tenha a designação “íntima”. Na literatura, a abordagem a respeito da visita íntima no espaço prisional é extensa. Existem várias publicações a respeito em diversas áreas do conhecimento. Thaís Duarte (2014), estudando acerca do funcionamento das visitas no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, identificou que, a partir de 2011, foram estabelecidos quatro tipos de visitas previstas às unidades prisionais do Estado, e a visita íntima, um desses tipos de visitas, passou a ser concedida apenas a presos que apresentassem bom comportamento. Nesse sentido, o encontro íntimo não era considerado direito, mas privilégio concedido apenas àqueles que tivessem boas condutas determinadas pela administração penitenciária. Entretanto, o comportamento não incidia apenas ao apenado. Mesmo que ele tivesse o comportamento exigido pelas normas da cadeia, se houvesse algum ato de insubordinação com outros presos, ou tentativa de fuga, todos eram punidos quanto à visita íntima. Nesses termos, Lavanda afirma:

[...] quando meu marido foi preso, eu demorei a fazer visita íntima, porque estava proibido, porque antes dele ser preso tinha acontecido uma tentativa de fuga e os presos não tava recebendo visitas a mais de um mês, a gente só conversava através das grades, mas não podia entrar [...].

A punição pela tentativa de fuga do companheiro de Lavanda antecedeu a sua entrada na prisão. Não obstante, há de se reconhecer que a punição não é individual. Assim, sendo coletiva, envolve os sujeitos que estão presos e suas mulheres. Todos os envolvidos na cadeia acabam sendo punidos, seus direitos são vetados, os desejos sexuais precisavam ser camuflados até o fim da penalidade.

Para os presidiários e suas companheiras, o sexo saía da esfera privada e tornava-se público e de caráter negociável. Objeto de troca entre a administração e os apenados. A mulher do prisioneiro não faz parte dessa negociação. Nesse sentido, ela não tem poder de decisão de aceitar ou se rebelar. A mulher nessa relação não é ouvida à espera do que é permitido, liberado. Não possui direito de voz. Ela apenas se submete à norma, à imposição, aquilo que nem sempre é consentido.

Recordo-me da reclamação de Hortência sobre o tempo que estava sem fazer visitas ao companheiro: “[...] as agentes se aposentaram e agora estão recebendo do governo, e os presos se lascando sem visita, sem porra nenhuma”. Observo, através da insatisfação da interlocutora, a privação da visita íntima. Uma fala que revela revolta em relação ao não acesso à cadeia, uma forma de bradar o direito do apenado a visita.

Por outro lado, isto não é um consenso, uma vez que a visita íntima é objeto de concepções diferentes entre as entrevistadas, enquanto que para algumas é relevante visitar seus companheiros na prisão, para outras trata-se apenas do cumprimento de uma exigência dos mesmos, como sinaliza Girassol em sua narrativa abaixo:

[...] porque se não virem, o marido fica bravo, fica reclamando, e acha que ela pode ter arranjado outro. Outras não, que vem porque não tá nem ai, acha que a coisa é normal, é simples, vem também porque não quer deixar “faltar ao marido”, mas tem outras que não veem, ou vem com medo deles acharem que elas possam tá traindo. Pra aquelas que não é agradável, lá o ambiente só é de homem, de mulher só tinha a pessoa que faz a revista, elas desciam muito chateadas.

Percebe-se a diversidade de comportamento e opiniões a respeito da visita íntima aos companheiros apenados. Num estudo de Márcia Lima (2014), a autora relata que entre as mulheres dos apenados, há um controle a respeito da assiduidade de visitas e aquelas que não o fazem semanalmente eram criticadas. Ainda a respeito da ausência de visita, em alguns casos são táticas adotadas por essas mulheres para tornar os companheiros dependentes de sua presença. É possível vislumbrar que a prisão do companheiro permite um questionamento a respeito das posições de “mando”, no qual “[...] o macho é considerado o provedor das necessidades da família, não é permitido fracassar” (SAFFIOTI, 1987, p. 61). Entretanto, em alguns casos, com a prisão, essa relação é enfraquecida e os papéis de poder poderão se inverterem. Com a prisão do companheiro, quando este é o único responsável e provedor da família, a mulher passava a necessariamente buscar outros meios de sobrevivência. Contudo, são poucas as mulheres que se colocavam como sendo esse o grande problema da vida delas após a prisão do companheiro.

Conforme o relato de uma das entrevistadas é possível perceber as mudanças ocorridas em seu cotidiano, ao ser incorporada à visitação ao companheiro na prisão. Ela passava a buscar elementos que custeavam a sobrevivência e administração da família: “Eu ia visitá-lo e criava meus filhos sozinha [...] eu bordava, costurava, fazia artesanato”, afirma Ana. Essa interlocutora passou sete anos visitando o companheiro, perambulando entre unidades prisionais do Estado (João Pessoa e Campina Grande). Ela relatou que “Nunca ia deixar de visitá-lo, só deixei porque ele morreu na cadeia”. Entretanto, outras relações passaram por mudanças significativas, como a de Tulipa: “[...] no começo foi difícil, né? Mas depois eu fiquei me acostumando... Só que depois eu vi que cansei. Aí eu pensei não vai dar certo pra mim. Arrumei outro namorado e saí fora”.

Tulipa falava da relação conflituosa que viveu com seu companheiro, sobretudo, durante o tempo em que fez visitas no espaço carcerário. Ela se sentia estranha àquele ambiente, e quase sempre o ato de visitar era movido pelo sentimento de paixão que sentia, além do temor das ameaças feitas por ele. A falta de perspectivas de um futuro melhor contribuiu para o fim do seu relacionamento. Em depoimento, Tulipa revelou:

[...] eu passei quase um ano com ele. Aí depois que ele foi preso, eu só passei seis meses, aí eu deixei... Cansei porque tinha pena de ver ele lá dentro, tá entendendo? Eu sentia que ali não era minha vida... Aí eu disse: vou deixar você. Aí eu conversei com ele, arrumei outro e deixei ele... Eu tinha medo, mas mesmo assim eu enfrentava. Às vezes ele dizia que se eu arrumasse outro ia me matar, mandava matar eu.

É possível perceber na narrativa acima como a prisão aumentou a vulnerabilidade dessa mulher com relação à expectativa de um relacionamento com um apenado, e de como uma relação mais duradoura implicaria na cumplicidade envolvendo suas vidas, fazendo esta demonstrar que não estava disposta, e mesmo com as ameaças de ser morta por ele, preferiu correr os riscos e o abandonou. O sentimento de Tulipa cedeu lugar àquilo que a sociedade chamaria de uma pretensa “racionalidade”: “Mesmo gostando demais eu o abandonei, hoje eu tenho certeza que mesmo se ele tivesse vivo, hoje eu não estava mais com ele”. Entretanto, para outras mulheres, a exemplo de Lavanda, a prisão do companheiro deu um significado positivo na sua relação:

[...] ele nunca foi ruim para mim, cheguei até sair com ele, ter relações sexuais, até mesmo com ele bêbado, quando estava solto. Depois que ele foi preso ficou mais carinhoso, mais atencioso e a maior preocupação é estar preso e não poder me ajudar financeiramente, como ele é casado com outra não tenho direito a nada. Não vou abandona-lo, enquanto tiver preso, não seria uma coisa certa, deixar uma pessoa abandonada, só porque tá preso.

Lavanda reforça o compromisso e a confiança que tem no companheiro e se refere ao carinho como uma forma de ficar junto, mesmo tendo que enfrentar as adversidades e o desconforto do espaço prisional. Reafirma, ainda, que mesmo diante das adversidades da vida, ela se submete a todas as exigências da norma carcerária para estar junto de seu companheiro. Não abandoná-lo significa se adequar às regras, à rotina imposta, ao corpo vigiado, aos espaços públicos para a concretização da intimidade. Segue contendo que:

[...] tem vergonha de chegar lá na cadeia, vergonha de tudo, mas quando chega ao local para se encontrar com meu companheiro eu esquecia tudo, ficava a vontade, porque eu sabia que não era eu sozinha que tava ali, outras mulheres também tavam com seus maridos, o que separava a gente era só os lençóis, eu não imaginava nunca que um dia ele fosse preso. No dia que ele ligou para mim dizendo que tinha sido preso, eu não acreditei, ele passou o telefone para o policial, ai eu acreditei. (ROSA, 2016).

Diferente das mulheres pesquisadas por Adriano Zago (2011), que, em sua maioria, escolheram homens apenados para manter um relacionamento amoroso, as mulheres dessa pesquisa mantinham um relacionamento ou eram casadas com homens antes de ir parar atrás das grades. A grande maioria dos homens das mulheres dessa pesquisa foram acusados de cometer pequenos furtos, outro por formação de quadrilha e apenas um foi acusado de cometer.

Apesar dessas mulheres não terem envolvimento em nenhuma infração penal, elas figuravam como autoras submetidas à sujeição criminal, pelo fato de estarem envolvidas no relacionamento afetivo com indivíduos de práticas de crimes. Dessa forma, entendemos que a “[...] sujeição criminal engloba processos de rotulação, estimação e tipificação numa única identidade social especificamente ligada ao processo de incriminação e não como um caso particular de desvio” (MISSE, 2010, p. 22).

A mulher do apenado carregava o estereótipo como de uma possível agente do crime. Era ela quem mediava as vivências “intermuros”, e sob ela era levantada a suspeita de carregar para dentro dos presídios objetos ilícitos. No entanto, a fala de Violeta, uma das entrevistadas, foi bastante enfática:

[...] eu não sei como a gente entra dentro de um presídio daquele, a gente é revistada, fica pelada, do jeito que nasceu, e com tudo lá dentro. Até hoje eu fico me perguntando o que acontece pra ter isso lá. Você vai num presídio tem droga, tem celular, tem arma. E como é que entra tudo isso lá? Deve ser através dos mandantes que convivem lá, porque... se a mulher é revistada, comida é revistada, tira a roupa, fica nua, quem é que tá dando? Deve ser alguém de lá.

O depoimento de Violeta se apresenta enquanto uma arma discursiva: deixa claro a indignação com a forma com que é tratada, com o fato de despir suas roupas, ter a intimidade de seu corpo invadida; bem como faz a denúncia da existência de armas, drogas e aparelhos celulares que não são levados pelas visitantes. O discurso de Violeta faz a defesa dela e de suas companheiras, ao serem vistas e/ou acusadas de conduzirem até o interior do presídio algum tipo de material ilícito; na mesma medida que faz a acusação: “Deve ser através dos mandantes que convivem lá”, alegando a existência de outras formas daquilo que é proibido. E continua: “[...] se a mulher é revistada, tira a roupa, fica nua, quem é que tá dando? Deve ser alguém de lá”.

Nos depoimentos das mulheres dos apenados, há relatos de que elas foram abordadas por policiais e tiveram suas casas revistadas. Vamos ouvir o depoimento de Jasmim:

[...] a polícia entrou na minha casa, a procura de armas e me perguntou se eu tava com ele. Ele não sai comigo e nem eu sabia o que ele tava fazendo a noite. Quando a polícia saiu eu encontrei uma arma e quando os policiaos voltaram eu entreguei não tenho nada a ver com a vida errada dele.

Conforme pode ser observado no relato acima, Jasmim revela que para a polícia há uma ligação que envolve a mulher às práticas delituosas do seu companheiro, que se baseia apenas em suposições. Pelo posicionamento dos policiais, parece que “mulher de bandido” também é. Importante atentar para a fala das mulheres desse estudo quando dizem que mantinham relacionamento ou eram casadas quando seus maridos se envolveram no crime e foram presos e que elas abominavam as práticas do crime e que não estiveram por nenhum momento envolvidas com os feitos dos seus companheiros.

A partir da prisão do companheiro a mulher iniciava o caminho tortuoso da visitação ao universo prisional. Dava-se início ao processo de Execução Penal¹¹. Esse processo se dá com atores diversos, como pontua Ariel Dotti (2003, p. 421) “[...] a execução das sanções penais não pode ficar submetida ao poder de arbítrio dos direitos, dos funcionários das instituições penitenciárias, como se a intervenção do juiz, do Ministério Público, e de outros órgãos fosse algo alheio aos hábitos do estabelecimento”. Contudo, num mundo fechado, onde o medo e a insegurança têm o poder de muitas vezes calar vozes que pouco são ouvidas,

¹¹ A execução penal é um procedimento destinado à efetiva aplicação da pena ou da medida de segurança que fora fixado anteriormente por sentença. Trata-se de processo autônomo que é regulamentado pela lei de execução penal nº 7.210/1984, serão juntadas as cópias imprescindíveis do processo penal para acompanhar o cumprimento da pena e da concessão de benefícios do apenado (MOURA, 2012).

é de se imaginar que a integridade moral da mulher é violada todas as vezes que ela se dirigia à Cadeia Pública e se submetia à revista vexatória para adentrar no espaço carcerário.

A revista que desnuda, que maltrata, que envergonha. A revista invasiva. Aquela tão temida. É sobre essa abordagem arbitrária e vexatória, obrigatória às mulheres que adentram a cadeia que discuto no tópico seguinte. O vexame do corpo aberto, desprotegido na entrada do espaço prisional.

1.4 O dia de visita e a revista íntima: controle normativo do corpo

Dentre as tecnologias de controle no universo carcerário a *revista íntima* é uma das práticas adotadas para entrada nos espaços prisionais que causa um grande desconforto nas mulheres dos apenados. Na literatura, a abordagem sobre a revista corporal é extensa: Adriano Zago, (2011), Márcia Lima (2000), Fabiano Guimarães (2006). Conforme esses autores, há uma grande discussão a respeito da forma evasiva em que eram feitas as revistas nas mulheres para entrada nas unidades prisionais. No Estado da Paraíba, o ordenamento jurídico estadual, sob a Lei 6.081 de 18 de abril de 2000, reza sob a proibição da *revista íntima* em mulheres para entrada nas unidades carcerárias do Estado e a implantação de objetos para detectores de metais. Entretanto, das setenta e nove unidades prisionais do Estado, apenas três unidades adotaram o controle através de scanner de corpos periféricos. Esses equipamentos alcançam as cavidades corporais, emitindo imagens geradas em computador. Tornava assim dispensável a revista corporal invasiva. Realidade que ainda não chegou aos muros da Cadeia de Araruna, como descreve Girassol:

[...] na Cadeia de Araruna, a revista é feita por agentes penitenciárias, que além de fazer a revista nas mulheres, fazem nas bolsas, comidas, etc. A comida também é revista [...] assim a gente manda ela se abaixar, olha os cabelos bem direitinho, aí tira a roupa totalmente. Aí a gente vai olhando pecinha por pecinha, sem pressa. Umas chegam e dizem, que não podem ser revistas porque são evangélicas, aí eu respondo, não tem nada a ver minha filha, você pode ser evangélica, você pode ser católica, mas eu não lhe conheço e se lhe conhecesse não dava permissão, porque pra eu fazer com você tenho que fazer com todas, aí ficava aquele problema.

A interlocutora acima retrata minuciosamente como era feita a revista nas mulheres para que essas entrassem no espaço prisional. A sua fala é rica de detalhes no que se refere à incursão aos corpos das mulheres que se submetiam à revista íntima. Bem como a descrição a respeito do constrangimento sofrido pelas mulheres ao serem submetidas à invasão vexatória. Como já foi falado anteriormente a respeito dessas práticas adotadas em unidades prisionais,

que são consideradas práticas vexatórias e coercitivas e que são proibidas pelo ordenamento jurídico, entretanto, são feitas como rotina nas unidades prisionais. Em Araruna, mesmo com uma legislação que proibia tais práticas, não parecia surtir efeito, uma vez que as mulheres faziam referência a esse procedimento.

As mulheres dessa pesquisa, em sua maioria, afirmaram que a *revista íntima* para entrada no espaço carcerário era algo constrangedor, uma exposição que provocava vergonha e desconforto. Vergonha timbrada nas palavras de Lavanda:

[...] o que mais me deixava constrangida era a revista íntima, porque a mulher tem que tirar a roupa, ser revistada. Tirava toda parte de cima, sutiã, eu ficava só de calcinha, e a agente penitenciária fazia a revista por todo o corpo, olhava os cabelos, mandava tirar o sapato.

A forma sobre como as mulheres eram tratadas no ato da revista não era regra geral. Uma das mulheres dessa pesquisa se refere à *revista íntima* como sendo algo que a deixava mais constrangida. As recordações dos dias em que ia visitar seu companheiro, durante os oito meses em que este esteve preso, passando por tal constrangimento, fizeram com que ela não voltasse a visitá-lo. Jasmim afirmou que “[...] revista íntima é muita humilhação”, e prosseguiu afirmando: “[...] a gente tem que tirar toda a roupa, fica sem calcinha, enquanto a agente penitenciária revista tudo, como se a pessoa carregasse alguma coisa escondida, mesmo você dizendo que não trazia nada”.

A justificativa da *revista íntima* para entrada no espaço prisional recaía sobre a suspeita de que a mulher poderia levar para o local objetos proibidos, a exemplo de drogas e armas. Ainda a respeito do desconforto da *revista íntima*, o relato de Tulipa reafirma o sentimento das demais mulheres envolvidas na pesquisa:

[...] eu achava muito ruim, ficava morta de vergonha, porque eu não queria ter passado por aquilo né, aí eu dizia, vixe Maria como é difícil, aí quando eu chegava lá dentro, eu começava a falar com ele, aí eu dizia assim, não isso me mata de vergonha, isso não é normal, mas ele dizia que era.

A naturalização por parte do homem sustentava a vulnerabilidade da mulher em relação ao descaso do companheiro com a exposição do seu corpo para *revista íntima*. Elas eram induzidas por seus companheiros a aceitar o procedimento como algo “normal”, a vergonha a qual elas eram submetidas parecia não ser levada em conta.

[...] para o poderoso macho importa, em primeiro lugar, seu próprio desejo. Comporta-se, pois como sujeito desejante em busca de sua presa. Esta é o

objeto de seu desejo. Para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consista em ser usada enquanto objeto (SAFFIOTI, 1987, p. 18).

A mulher encarava a revista como algo degradante, que violava sua privacidade, por outro lado, o homem encarava o ato com naturalidade e não demonstrava nenhum descontentamento. Percebe-se, ainda, o estranhamento por parte da mulher ao submeter-se à revista vexatória. A exposição do corpo da mulher à *revista íntima* era considerado por elas como humilhação, como um estado de desvalorização. Nas entrevistas realizadas, era bastante comum ouvir das interlocutoras expressões como “nunca cheguei a esse ponto!”. Que ponto seria esse, que a deixa tão envergonhada? Fala como essa apontava para os conflitos que eram travados entre si e o seu companheiro. O que para ele é encarado com naturalidade, para ela é um rebaixamento de sua condição enquanto um sujeito de vontade. Ir ao encontro de um homem num espaço prisional e masculino não deixa de ser uma forma de controle sobre o corpo da mulher. Dessa forma, esse controle sobre a sexualidade passa pelo controle do Estado. Segundo Michel Foucault (1988, p. 45) diz, frequentemente, a sociedade moderna tentou reduzir a sexualidade ao casal heterossexual e, se possível, legítimo. Poder-se-ia também dizer que ela inventou, ou pelo menos organizou cuidadosamente.

A permissão da entrada no espaço carcerário valida o discurso do casal heterossexual e legítimo. A respeito das questões sobre a prática do sexo dentro das unidades prisionais eram comuns discursos que reforçavam a prática de uma sexualidade controlada no espaço carcerário direcionada à manutenção e continuidade da relação do casal antes da prisão do companheiro ou, em alguns casos, exigia-se que o casal que mantivesse uma relação sem vínculo institucional, legalizasse a relação. É possível compreender que as relações dentro do espaço prisional são mediadas pelo poder institucional e que não há escolhas ou opções para outras decisões entre o casal. E nesse sentido determinante, ou aceita as regras da instituição ou fica fora do que é oferecido como direito do apenado. É uma regra que envolve o homem e a mulher, mas não é feito para mulher, nem oferece outras opções. A fala de Violeta retrata como era difícil para si aceitar a visita íntima:

[...] é péssimo, terrível. Eu acho que isso pra uma mulher... é porque, se o homem tivesse vergonha, jamais ele queria isso com a mulher... ele respeitaria e não queria. Eu acho que o homem é muito canalha em querer isso com sua mulher ali dentro. Porque todo mundo geralmente fica pensando no que aconteceu. Até as pessoas daqui de fora, geralmente quando a gente chega fica criticando...Falar a verdade, a gente vai porque vai, porque a gente toma um compromisso é pra o que der e vier... e eu tinha que visitar ele, como eu era casada com ele, tinha por obrigação.

A narrativa de Violeta é carregada de revolta, mas também de resignação. Quando ela se refere dizendo “obrigação”, é possível estabelecer a relação com o pensamento de Pierre Bourdieu (1990, p. 121): “[...] esse discurso representa uma espécie de ‘destino inevitável’, que não pode ser questionado, e seria resultado de um arranjo social que organiza os papéis de gênero de maneira estável, estabelecendo a naturalização de um ‘sentido do jogo’”. No jogo ao qual foi submetida a relação é o homem quem está na posição de mando, mesmo estando preso. Nesse sentido, a mulher subjetiva esse discurso e mesmo contra a sua vontade, em alguns casos, continua mantendo o relacionamento com o companheiro preso. Encontrei em outras falas de mulheres que entrevistei para essa pesquisa, a exemplo da narrativa da agente penitenciária. Vejamos:

[...] tem umas que dizem que vem por obrigação. Tem umas que dizem lá fora, “eu que não ia”. Outras se não virem, o marido fica bravo, fica reclamando, ne, e acha que ela pode ter arranjado outro... Outras não, que vem porque tá nem aí, acha que a coisa é normal, é simples, outras vem também porque não quer deixar faltar ao marido, mas tem outras que não vem... ou vem com medo, deles acharem que elas possam tá traíndo eles.

São inúmeros os sentimentos que envolvem estas relações. O medo tem sido apontado por todas as entrevistadas. Embora enfrentando o desafio de superar o medo e a vergonha, a visita íntima passa a ser rotina para essas mulheres. O universo prisional é um palco imprevisível em que a rotina pode ser interrompida por motins, tentativas de fuga e outras possibilidades que chegam como surpresas. A mulher do apenado transita nesse campo. A resistência muitas vezes ganha forma em suas existências com os fios que tecem a sua vida e a de seu companheiro. “Elas não têm gosto ou vontade, nem defeito, nem qualidade. Têm medo apenas. Não têm sonho, só têm presságios” (HOLANDA; BOAL, 1976, p. ?).

Durante a entrevista, uma dessas mulheres foi acometida por uma crise de choro e desabafou:

[...] o que eu tenho mais medo na minha vida é isso, de eu ficar com ele e a gente continuar mais anos pra frente, e depois se eu quiser deixar, ele tiver alguma reação assim... porque eu sei que ele me ama... eu tenho medo da loucura da paixão... Eu tenho medo assim, de depois eu querer sair, arrumar outra pessoa, e ele não aceitar.

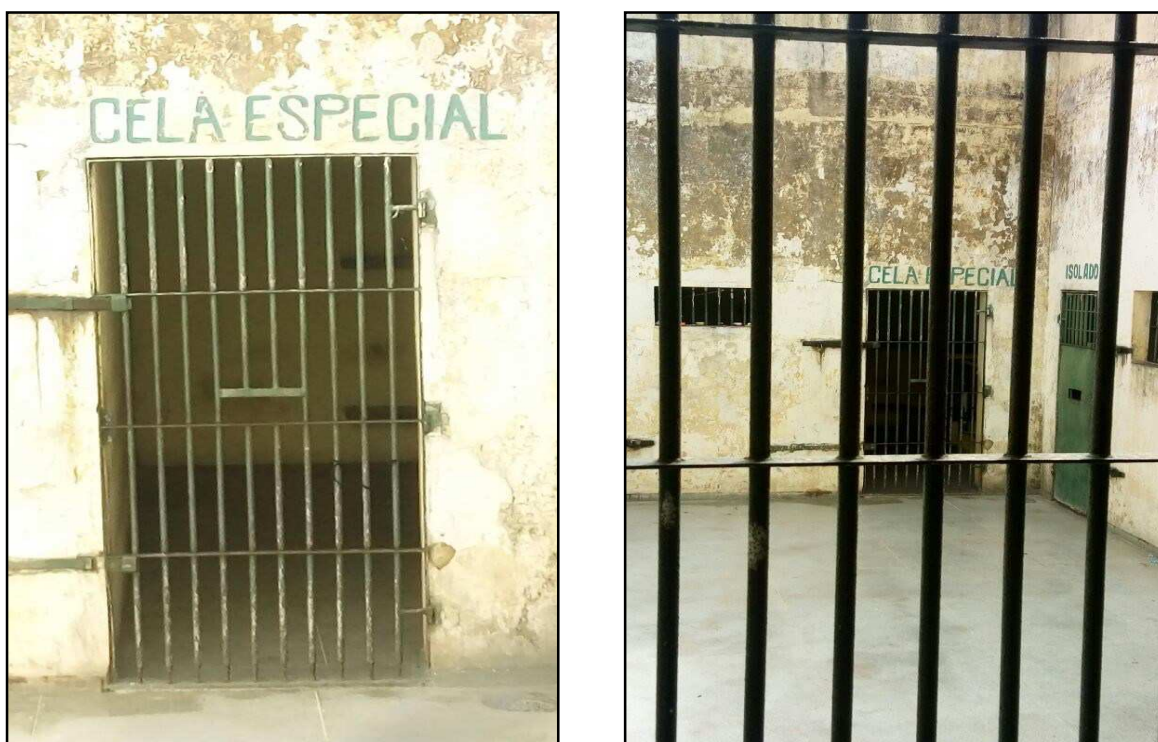
A prisão do companheiro para algumas mulheres aprisiona também a relação, limita as possibilidades de outros encantos, ou novas descobertas. Como aponta a fala da entrevistada acima, que afirma que está com o companheiro “[...] por ele amá-la demais e temer pela transformação da paixão sentida noutro sentimento”, caso ela venha deixá-lo. Entretanto, a

narrativa de uma outra mulher diz que esta sentia-se segura: “Quando ele tava preso, eu sabia que ele não ia aprontar. Durante oito meses na cadeia, quando eu ia visitar, ele era atencioso e fazia muitos planos para a vida da gente depois que saísse da prisão”, afirmou Jasmim. No entanto, após a saída, apenas durante alguns dias ele cumpriu o que prometera, logo começou a sair de casa, e dar pouca importância a ela e passou a cometer os mesmos atos que o levou à prisão. Isso o levou à detenção novamente e atualmente ela se nega a visitá-lo, mesmo sentindo desejo de vê-lo.

1.5 A prática da sexualidade no espaço público

Há um local específico destinado ao encontro dos casais na *Cadeia de Araruna*. A cela onde acontece a visita íntima tem uma identificação de “Cela Especial”. Ao visitar a *Cadeia de Araruna* identifiquei condições inóspitas: fachada suja, corredor mal cheiroso, contudo, a atribuição de “especial” ao lugar destinado aos encontros íntimos chamou a minha atenção. Por outro lado, ao adentrar o espaço destinado ao encontro íntimo não vi nenhum elemento que pudesse associar a uma especialidade diferenciada ou algum cuidado especial, o que vai de encontro ao relato de Rosa: “Lá é sujo, o banheiro é sujo”. Vejamos a fotografia abaixo:

Imagem I: “Cela Especial”



Fonte: Fotografias feitas pela autora desta dissertação.

Como afirmamos anteriormente, essa pesquisa fala de um tempo presente. Assim, as falas das entrevistadas falam de um passado muito próximo. Uma das entrevistadas, Lavanda, referiu-se às mudanças ocorridas na *Cadeia de Araruna*, no que diz respeito às visitas íntimas. As visitas são feitas nas quartas-feiras e o espaço anteriormente destinado à visita íntima não é mais o mesmo. Até então havia visitado mulheres com companheiros presos até dezembro de 2016, em que o encontro íntimo era quinzenal e apenas com um casal por vez. Porém, a última entrevista, concedida por Lavanda, foi realizada no início de 2017, em que as condições mudaram. Como revela sua narrativa:

[...] a gente antes se encontrava numa cela só com o marido, agora mudou, o encontro é na mesma cela em que ele tá preso. No dia da visita, os presos que não vão receber visitas vão para outra cela e os outros que recebem ficam na cela. Chega a ficar até três casais, e são separados por uma cortina de lençóis improvisados.

Essas mudanças ocorridas no espaço prisional de Araruna vão de encontro ao regulamento das *Unidades Prisionais*. A direção da cadeia podia alterar a rotina do universo prisional, haja vista que a legislação é de competência do órgão gestor do sistema penitenciário estadual, vinculado à respectiva *Secretaria de Segurança Pública*. Essas alterações do espaço sofreram modificações, entretanto, não havia referência que tenha sido uma decisão em que os apenados tenham sido consultados. O que figura é que foi uma determinação do diretor da Cadeia, que estabeleceu que os casais passariam a encontrar-se para visita íntima semanalmente, e que poderiam improvisar sua individualidade, usando o espaço da cela onde ficavam presos durante a semana, para o encontro íntimo. Como nem todos os presos recebiam visitas íntimas, aqueles que não recebiam eram conduzidos para outra cela, ficando apenas aqueles que iriam encontrar-se com suas companheiras. De acordo com a interlocutora Lavanda,

[...] eles nem desmancham mais as cabanas, deixam assim para o encontro na outra semana. As cabanas são feitas com lençóis, parecido com um circo, cada preso faz a sua, em sua cama, na cela tem oito camas. Já fiz visita que tinha até três casais. A gente fica cada um com seu companheiro, a televisão ligada alta, para nenhum ouvir barulho. A gente leva comida e almoço junto com ele. Fica de dez horas até três da tarde.

As cabanas são as separações feitas pelos presos para individualizar os espaços dentro da cela. A permissão para entrada no espaço prisional, como já foi citado, em alguns casos, deixa excluída as mulheres que não têm filhos da relação com o companheiro preso ou não

são casadas ou fizeram união estável. A aliança é feita apenas para aqueles que estão dentro do regulamento exigido pelo sistema prisional.

Nesse sistema centrado na aliança legítima, a explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX provocou duas modificações. Em primeiro lugar, um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual. Evidentemente, o campo das práticas e dos prazeres continua a apontá-la como sua regra interna à monogamia heterossexual. Evidentemente, o campo das práticas e dos prazeres continua a aponta-la como uma regra interna [...]O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito à maior discricção, tende a funcionar como uma norma mais rigorosa talvez, porém mais silenciosa (FOUCAULT, 1988, p. 30).

Nesse sentido, um espaço destinado à prática da sexualidade monogâmica permanece inalterado, e é um dos direitos reservados aos presos, que estão em cumprimento de penas privativas de liberdade. Ademais, encontram-se na literatura jurídica discursos que reforçam essa prática normativa de sexualidade monogâmica e heterossexual, como meio de reprimir ou coibir outras manifestações.

A questão sexual é reconhecidamente um dos mais graves problemas que afetam o cotidiano das prisões especificamente daquelas que predominam a promiscuidade das relações interpessoais aliado ao seu ambiente familiar e social, o preso imerso num mundo peculiar imposta pela massa carcerária, poderá conter seus desejos, reprimir seus impulsos sexuais ou envolver-se voluntariamente ou sob coação, em práticas homossexuais (LEAL, 2000, p. 41).

Esse controle se estendia, também, aos apenados que têm mais de um relacionamento amoroso. A lei decide pelo relacionamento reconhecido como legal, ficando de fora as relações consideradas ilícitas, mesmo assim, a Cadeia já vivenciou conflitos relativos à fuga da monogamia, como afirma Girassol:

[...] lá já deu muitos problemas com essas coisas, porque às vezes tem homens que tem duas. Aí uma diz, eu visito fulano e se fulana chegar não deixe descer. Aí tá o problema. Já chegou tempo aí que desceu as duas, ficou a maior confusão, uma briga lá no pátio, parece que uma mentiu dizendo que era parente dele e tinha uma que vinha de longe e aí eles ficavam esperando a mulher sair e a gente consentir, para quando a esposa saísse, elas fazerem a visita social.

Há uma correlação da fala de Girassol com o pensamento de Michel Foucault (1988, p.47):

Trata-se, antes de mais nada, do tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo, um poder que justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da

interdição: ao contrário, que procede mediante a redução das sexualidades singulares. Não opõe uma barreira, organiza lugares de máxima saturação...A sociedade moderna é perversa, não a despeito de seu puritanismo ou como reação á sua hipocrisia: é perversa real e diretamente (FOUCAULT, 1988, p. 47).

Ademais, com relação à permissão da entrada apenas de mulheres que tenham filhos, ou façam união estável, isso vai de encontro à exigência da relação monogâmica reconhecida pelo Estado, deixando de fora o casal que vive outro tipo de relacionamento. Lavanda é uma das interlocutoras que enfrenta dentre tantos preconceitos a acusação de ser a “outra”:

[...] ele é separado há dezesseis anos, mas nunca se divorciou, teve outras mulheres e eu estou com ele há dois anos. Antes de estar com ele bateu e tentou manter relação sexual com a mulher dele, que tava separado esse tempo todo, por isso foi preso. Enquanto tava em Araruna, por eu conhecer um policial daqui o diretor me deixou entrar, com uma declaração de que eu vivia com ele, feita em cartório e assinada por duas testemunhas.

A regulamentação da prática de sexualidade no espaço carcerário figura como elemento importante para as relações dos sujeitos. A narrativa do Girassol corrobora com essa assertiva: “Porque quando eles estão recebendo a esposa, recebendo visita, o pessoal lá nota que eles ficam calmos, e quando não recebem visitas não, fica agitado demais, ficam nervosos. O diretor dizia que eles ficavam melhor quando tinha visita”. Há uma convergência entre essa fala e o que relata Michel Foucault (1988, p. 147):

Atualmente, nossa tarefa é compreender a sexualidade. Hoje em dia, a compreensão plenamente consciente do instinto sexual importa mais do que o ato sexual. Talvez um dia cause surpresa. Não se compreenderá que uma civilização tão voltada, por outro lado, para o desenvolvimento de imensos aparelhos de produção e de destituição tenha achado tempo e infinita paciência para se interrogar com tanta ansiedade sobre o que é do sexo (FOUCAULT, 1988, p. 147).

Diante dessa complexidade, entender a permissão de uma prática de sexualidade fomentada por um discurso que tem no sexo um meio de provocar “calma”, em quem o faz, mesmo num espaço de privação de liberdade como o mundo carcerário, demonstra que necessitamos nos debruçar para mergulhar esse mistério que é o sexo, se não para entender, ao menos aceitá-lo em suas diferentes expressões.

Capítulo II

“Era um quartinho, nosso ninho de amor”: as metáforas do tempo para o amor

“[...] eu gostava dele, ele gostava de mim. Até hoje ele fala pra mim que me ama [...] eu tenho muito medo desse tipo de amor, mas ele fala que me ama”.

(Rosa)

2.1 Um “tuco-tuco no coração”: o amor que aprisiona

No decorrer das entrevistas, as narrativas sinalizavam para o campo das sensibilidades. O sentimento de amor ligava as mulheres a seus companheiros. Me questionava como um sentimento pode ser tão forte a ponto de mudar o roteiro da vidas dessas mulheres. Assim, senti-me motivada a dedicar um capítulo desse estudo para discutir esse sentimento capaz de superar as dificuldades e preconceitos e unir mulheres livres, mas que, ao mesmo tempo, se permitiam aprisionar por um sentimento. A inquietação sobre como as mulheres elaboravam o amor enquanto propulsor das decisões tomadas mediante seus companheiros apenas me perseguia! Precisava entender. Recorri àqueles que tentaram problematizar os sentimentos!

Para Roland Barthes (2007, p. 201), o amor é explicado pelo código da linguagem, entretanto, não é pensado como essência, mas como uma forma de existência. Nesse sentido, o amor não se explica por teorias ou conceitos, é apenas resultado prático de experiências cotidianas, algo que faz parte do cotidiano dessas mulheres, que é sentido, que é vivido, nesse caso, intensamente. Assim descreveu Rosa: “[...] amor é aquilo que vem de dentro [...] aquela dor assim no coração, aquela pancada [...] toda vez que eu vejo ele, eu já sinto aquele negócio que faz ‘tuco-tuco’ no meu coração, dá aquela frieza em mim [...] Eu sou feliz não é em ficar com ele, é em ver ele”. A fala de Rosa reproduz a sentimentalidade e o ideal do amor romântico¹². Um sentimento que se mostrou capaz de desafiar a racionalidade. Ainda segundo Roland Barthes (2007, p. 269),

[...] viver em perigo é algo desacreditado pela opinião moderna, a sentimentalidade do amor deve ser assumida pelo sujeito amoroso como uma transgressão forte, que a deixa sozinho e exposto por uma reviravolta de valores, é justamente essa sentimentalidade que constitui hoje o obscuro do amor.

O amor vivido por algumas mulheres tem dessa transgressão. Amar um sujeito apenas causa uma inquietação em quem está vivendo essa relação, além de uma certa perplexidade às pessoas, como afirma Lavanda: “[...] as pessoas me perguntavam porque eu

¹² O amor romântico quando se estabilizou enquanto norma de conduta emocional na Europa, respondeu a anseios de autonomia e felicidades pessoais inequivocamente criativas e enriquecedoras. Sua íntima associação com a vida privada burguesa o transformou em um elemento de equilíbrio indispensável entre o desejo individual e o compromisso com ideais coletivos (COSTA, 1999, P. 19). Dessa forma, o amor romântico ou amor-paixão, no final do século XVIII e início do século XIX, enfatizou a tragédia do amor e acaba por não romper com o fundamento idealista, à medida que é vivido de forma passiva e infeliz, sendo entendido predominantemente como sofrimento que recompensa a vida, uma vez que é sempre bom e justo. O amor ganhou ainda mais centralidade para a existência do sujeito (Cf.: PRETTO et al., 2009).

queria um homem que tava preso e porque eu já não tinha deixado ele. Mas eu acho que seria injusto eu deixar ele agora, na hora que ele mais precisa de mim, isso seria uma falta de amor”. O amor a que ela se refere prioriza o cuidar do outro como uma manifestação de amor, em detrimento do amor romântico ou transgressor. Nesse último sentido, se posiciona Tulipa: “[...] o nosso amor era uma loucura, eu enfrentei o perigo e o riscos de visitá-lo na cadeia, só porque eu amava demais”. Nessa fala, é possível vislumbrar que o ideal de amor é associado ao amor romântico, como aduz Jurandir Costa (1998, p. 17): “A imagem do amor transgressor e livre de amarras é mais uma peça do ideário romântico destinado a ocultar a evidência de que os amantes, socialmente falando, são na maioria sensatas, obedientes, conformistas e conservadores”. Entretanto, vale refletir a respeito do lugar de fala dessas mulheres e como estas se percebem. Identificar nas narrativas a percepção sobre si enquanto mulheres e mulheres de apenados.

As mulheres dessa pesquisa advém dessa sociedade em que se estabeleceu o domínio do homem. Sociedade dona de uma

[...] estrutura de dominação masculina é o princípio último dessas inúmeras relações de dominação, submersas, singulares que, diferentes em sua forma, segundo a posição, no espaço social, dos agentes envolvidos, diferenças as vezes enormes e visíveis, outras infinitésimas e quase invisíveis, mas homologas e unidas, por isso mesmo separam e unem, em cada um dos universos sociais, os homens e mulheres (BOURDIEU, 1990 p. 23).

É possível vislumbrar a dominação e o assujeitamento da mulher através das narrativas. A fala de Violeta sinaliza a sujeição, quando se refere às visitas que fez a cadeia e ao ato sexual enquanto obrigação: “[...] a gente não conseguia porque o homem quer, mas a mulher não quer, né? Geralmente a gente não quer. A gente faz quase por uma obrigação [...] a gente se sente com vergonha, e eles querem, porque querem”. A relação de Violeta com o marido evidencia a dominação masculina e a subordinação feminina, mesmo na prisão, onde o homem não cumpre o papel de provedor do lar, devido a condição do encarceramento, ele impõe a sua vontade, uma vez que esse sujeito no mundo livre tinha o comando da relação. A mulher se submete a esse domínio, em alguns casos, contra a sua própria vontade. Assim,

[...] o macho é considerado o provedor das necessidades da família. Logo, que seja o único provedor das necessidades familiares, quer seja o principal deles, não é permitido o fracasso. [...] Mas ser macho não significa somente ter êxito econômico. Ao macho estão sempre associados valores tais como: força, razão, coragem (SAFFIOTI, 1987, p. 24-25).

Nessa relação o homem se fixa no lugar de apenado, enquanto para mulher, ela é impulsionada a procurar significados para dar providências à organização da família. Não é dado a si escolhas. Nesse sentido, Orquídea segue afirmando: “[...] porque você não compara uma pessoa com marido com uma pessoa sozinha dentro de casa pra fazer muita coisa, é muita despesa [...] ele só passou um ano e oito meses preso, mas é muito tempo, né?”. Como se pode observar na fala de Orquídea, após a prisão do marido ela passou a dirigir a casa e gerenciar os gastos. Nesse sentido, o tempo da mulher e do homem se fragmentou entre o espaço prisional e o espaço do cotidiano livre.

A sociedade desnuda-se em seus fragmentos e põe a mostra sua complexidade, seus múltiplos cenários, os diferentes atores que intervêm com suas forças e suas falas, os estilos de ação, as regras que fazem funcionar o aparato institucional, repressivo e jurídico, as emoções que experimentam aqueles que vivem o drama na condição de protagonistas ou de espectadores (ADORNO, 1991, p. 10).

A meu ver, essas relações são desiguais e hierarquizadas. A mulher transita em espaços múltiplos. Além dos desafios da vida fora do espaço carcerário sem o companheiro, ela também transita no espaço vivido pelo companheiro, espaço controlado por regras e limitações.

Outro aspecto que compreendo como importante trata-se dos limites impostos ao tempo para o amor. Compreendo esse amor limitado aos amores clandestinos, conforme expõe Durval Muniz Albuquerque Júnior (2010, p. 50):

Na maioria das vidas que são clandestinas, se constrói um estilo de vida, uma estética da existência baseada na maximização do uso do tempo, quando se trata da realização dos atos que são considerados fora da norma. Fazer o mais rápido possível, consumir o quanto antes o ato sexual, como forma de evitar que algumas das inúmeras forças que operam no social, no sentido de tornar este ato impossível, venham se manifestar.

Esse tempo para o ato sexual é dividido com outras demandas, as conversas, a discussão a respeito da relação, dos projetos futuros. Conforme a fala de Jasmim: “[...] a gente tem que conversar um pouco para entrar no ‘clima’ e depois ‘fazer’, porque sabe que o tempo passa rápido”. O ato sexual no espaço prisional tem hora para começar e terminar, é o que descreve Violeta: “[...] ele dá até duas horas para você ficar. A gente chega e os homens já sabiam que era o dia da visita, já ficava tudo ajeitado [...] terrível, já imaginou? É igual você estar fazendo uma coisa escondida, sabendo que alguém vai chegar naquela hora”. O ato amoroso nesses casos não é despertado pelo desejo dos dois, ocorre como uma

imposição do homem. Essa imposição advém de relações que historicamente foram sendo construídas, sendo determinadas. De acordo com Joan Scott (1990, p. 14), são perceptíveis os elementos constitutivos das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, isso fica evidente nas diferenças entre homem e mulher na relação prisional. A narrativa de Violeta, exposta abaixo, ilustra o quanto causava insatisfação e revolta o encontro no espaço prisional:

[...] se o homem tivesse vergonha, jamais ele queria isso com a mulher [...] ele respeitaria e não queria. Eu acho que o homem é muito canalha em querer isso com a sua mulher ali dentro, o tempo que você fica com o marido, é diferente do de casa, porque lá é contado até pelos que fica fora, porque todo mundo geralmente fica pensando no que aconteceu. Até as pessoas daqui de fora, geralmente quando a gente chega fica criticando.

O tempo é apontado como um inconveniente e se apresenta como ponte do momento em que a mulher está com o companheiro, do vivenciado em sua casa. Nesse sentido, o tempo é o divisor do mundo livre com o mundo da prisão. O tempo é o muro que separa vidas, que serve de obstáculo ao amor livre. Trata-se de um tempo que deixa seus registros como lembranças do vivido. Tempo descrito por Gilles Deleuze (1974, p. 6):

O tempo deve ser aprendido duas vezes, de duas maneiras exclusivas uma da outra: inteiro como presente vivo nos corpos que agem e padecem, mas inteiro também como instância infinitamente divisível com passado-futuro nos efeitos incorporais que resultam dos corpos, de suas ações e suas paixões.

O tempo é também o divisor da vida de Violeta. Este tempo vivido no espaço prisional deixou marcas e provocou a ruptura do relacionamento com seu marido: “[...] depois que saiu eu fiquei com aquele medo, não confiava mais nele [...] medo e vergonha. Se não fosse isso, hoje eu ainda continuaria com ele [...] ele me perturbou por alguns dias, mas eu decidi que não queria e pronto”. A fala da entrevistada sinaliza para o fim do relacionamento, como uma decisão sem volta, motivado por elementos importantes que se perderam durante o tempo em que ele ficou preso: o medo e a vergonha. Sentimentos que também eram sentidos por Tulipa: “[...] eu tinha medo e vergonha, mas o amor que sentia por ele, me fazia esquecer”. Durante o tempo que viveu esse relacionamento, a paixão se fazia presente impossibilitando possíveis saídas. Viver aquele amor era o grande desafio para sua vida, o amor se emaranhava à loucura, fazia com que essa mulher realizasse

[...] coisas loucas, sou a única testemunha da minha loucura. O que o amor descobre em mim, é a energia. Tudo que faço tem um sentido, posso viver sem me queixar, mas esse sentido é uma finalidade inatingível: é somente o sentido da minha força (BARTHES, 2007, p. 36).

Ainda sobre o amor vivido, Tulipa justificava como algo novo, que nunca havia experimentado antes, e por isso a intensidade e o apego: “[...] um amor assim obcecado [...] eu não era muito acostumada a namorar, aí eu acho que foi tudo, porque era a primeira vez, né? [...] eu queria deixar ele, mas não tinha como, era uma paixão”. Deste modo, o tempo para Tulipa era inimigo ao impor limitações aos desejos dos dois, mesmo na cadeia: “[...] eu sentia prazer normal. A gente pensava que estava numa pousada [...] quando estava menstruada, eu ficava nem que seja conversando, mas estava com ele. Nada era difícil”. O amor para Tulipa tinha um encantamento, e o estar junto de seu companheiro fazia parte do encanto que se tem quando se vive uma paixão. Aquilo que Roland Barthes (2007, p. 36) afirmou como uma atividade em que “[...] os parceiros sabem que o confronto ao qual se entregam e que não os separa, é tão inconsequentemente quanto um gozo perverso”. Assim, percebo que há tempo para o amor de Tulipa, assim como outros amores vividos por mulheres de apenados.

Enquanto vive, o amor paira à beira do malogro. Dissolve seu passado à medida que prossegue. Não deixa trincheiras onde possa buscar abrigo em caso de emergência. E não sabe o que está pela frente e o que o futuro pode trazer. Nunca terá confiança suficiente para dispersar as nuvens e abafar a ansiedade. O amor é uma hipoteca baseada num futuro incerto e inescrutável rosa sem espinhos nunca está muito longe, e é sempre difícil de resistir (BAUMAN, 2004, p. 23).

O amor de Tulipa por seu companheiro, embora fascinante, é comparável com a beleza, e o perfume de uma rosa, em que os espinhos ferem aqueles que se descuidam ao tocá-la. Tulipa vivenciava esses desafios e incertezas do amor, ainda que a insatisfação sinalizasse para a busca de outros caminhos, de outros encontros com um amor livre, que pudesse devolver-lhe a liberdade: “[...] eu tive que arrumar um novo amor, e eu arrumei no caminho do presídio. Ele foi preso, e passou seis anos na cadeia. Aí, durante esses anos eu deixei ele [...] aí eu deixei ele porque arrumei outro parceiro, aí acabei deixando”.

A fala de Tulipa reporta para o estado de aprisionamento de seu companheiro: “[...] na verdade era muito vigiado, e mesmo quando estava livre, ainda não estava de verdade, pois estava foragido”. Uma situação amorosa possível de ser considerada “aprisionada”, ao tempo, ao pudor, à falta de vontade, à loucura. Situações vividas através da “inconveniência de viver esse amor” autorizando, em alguns casos, as mulheres a se

permitirem buscar outras experiências. Um fim anunciado, questionado, perigoso: “Como termina um amor? O que termina? Em suma, ninguém - exceto os outros - nunca sabe disso, uma espécie de inocência mascara o fim dessa coisa concebida, arrumada, vivida como se fosse eterna (BARTHES, 2007, p. 86-87)”. Tulipa, em toda sua narrativa colocou em evidência o relacionamento amoroso que teve com o companheiro apenas como uma grande paixão, que não é visto como elemento negativo.

Como pontua Zygmunt Bauman (2004, p. 19), pressionadas, a maioria das pessoas poderiam enumerar momentos em que se sentem apaixonadas e, de fato, devem estar. Pode-se supor - mas será uma suposição fundamentada - que em nossa época cresce rapidamente o número de pessoas que tendem a chamar de amor mais de uma de suas experiências de vida, que não garantiriam que o amor que atualmente vivenciam é o último e que têm a expectativa de viver outras experiências como essa no futuro. A fala de Tulipa corrobora com a ideia defendida por Zygmunt Bauman. No sentido de sentir-se apaixonada, de viver uma experiência de amor com seu companheiro, mas não é satisfatória e nem garante que ela não sairá em busca de novas experiências. Nesse sentido, o amor de Tulipa tem a brevidade de um tempo previsto para o fim e nem o encantamento do vivido, da erotização do lugar para viver o amor é suficiente para manter o relacionamento.

Tulipa descreve a erotização dos encontros, abordando acerca das características do local dos encontros: “[...] era um quartinho, nosso ninho de amor, já tinha um colchãozinho [...] ele botava na pedra lá e a gente ficava deitado [...] a gente chegava lá de oito horas da manhã, eles mandavam eu entrar e ficava só nós dois [...] quando dava três horas eu saía, vinha embora”. Percebe-se que a fala de Tulipa é carregada de emoção ao descrever o lugar preparado por seu companheiro. Referiu-se como sendo um “ninho”, e que esse lugar era construído por ele, para o encontro dos dois. No espaço prisional, onde a liberdade não existe, o lugar do encontro amoroso, construído para o tempo do amor, há uma trégua mútua, que possibilita aos dois viverem instantes de prazer.

O sujeito amoroso só pode obter o reconhecimento de um outro sujeito, mas que abdique, como ele o fez, da intenção de dominar. Ele entrega livremente sua liberdade a um dono que lhe entrega igualmente a sua, coincidindo com ele um ato de livre alienação indefinidamente afirmado (através da repetição, sem redundância, do “eu te amo”). Ele vivencia como um criador quase divino que faz, *ex nihilo*, a pessoa amada através do poder que esta lhe concede (sobretudo o poder de nomeação manifesto em todas as nossas únicas e conhecidos apenas de ambos que os apaixonados se dão mutuamente) (BOURDIEU, 2012, p. 132).

Na relação de Tulipa com seu companheiro não havia a preocupação de dominar ou ser dominado. Ele abdicava do seu poder de mando e de domínio, ela também se entregava com a mesma intensidade. O espaço carcerário no momento do amor se transformava em liberdade. A liberdade anistiada pelo amor. Nesse embate de forças não havia vencidos. Apenas a linguagem do amor, do prazer, do gozo.

Quando ele assume a forma do amor marcado pelo destino, do amor fatal, a julgar amável e chegar a amar aquele que o destino social lhes designava, o amor é dominação aceita, não percebida como tal e praticamente reconhecida na paixão feliz ou infeliz (BOURDIEU, 2012, p. 129).

As mulheres dos apenados viviam o tempo do amor e do desejo entre fronteiras, carregando seus desejos aprisionados e escondidos. A mulher, ao sair do mundo livre para o mundo dos muros, percorria uma travessia sujeita às adversidades e surpresas. Nunca há certeza do encontro, pois o indivíduo preso não tem o menor controle dos seus atos. O dia e o tempo para o encontro poderá ser desfeito, por exemplo, ao acontecer algum incidente ou por insubordinação de outros apenados. Isso gera uma indecisão para a mulher, que não sabe se aquele será mesmo o dia do encontro com o objeto desejado, conforme declarou Lavanda: “Se tiver tentativa de fuga, ou alguma coisa lá dentro, eles suspendem as visitas”. Assim como a prisão, o amor de um apenado aprisiona a relação e está constantemente ameaçado pelas dificuldades.

Tal como o desejo, o amor é uma ameaça ao objeto. O desejo destrói seu objeto, destruindo a si mesmo nesse processo a rede protetora carinhosamente tecida pelo amor em torno de seu objeto. O amor aprisiona e coloca o dito sob custódia. Ele prende para proteger o prisioneiro (BAUMAN, 2003, p. 25).

O amor e o desejo tecia uma armadilha que aprisionava “[...] eu gostava dele, ele gostava de mim. Até hoje ele fala pra mim que me ama [...] eu tenho muito medo desse tipo de amor, mas ele fala me ama”, afirmou Rosa. Nessa necessidade de dizer do amor, de apontar as diferenças ou estar num estado de amor, mesmo sendo outra pessoa, o amor continua como uma extensão do outro. Rosa fala como o amor pode acontecer em momentos diferentes, mas com a mesma intensidade: “[...] agora amar é quando você ama uma pessoa [...] e amar é pra sempre. Ele falou para mim que tinha certeza [...] já eu amei outra pessoa, ai eu transferei para ele, porque ele transava igual. Praticamente era uma coisa que eu nem sei o que dizer, parece obra do demônio, era igual”. Percebo na fala da

interlocutora que o amor está diretamente associado ao sexo, o dispositivo para provocar o amor parece ser o sexo do bom, além da presença de uma identidade cristã em que também associa o sexo ao pecado, como sendo obra do demônio.

Pressionados, a maioria de nós poderia enumerar momentos em que nos sentimos apaixonados e de fato estávamos. Pode-se supor (mas será uma suposição fundamentada) que em nossa época cresce rapidamente o número de pessoas que tendem a chamar de amor mais de uma de suas experiências de vida, que noção garantiriam que o amor que atualmente vivenciam é o último e que tem a expectativa de viver outras experiências como essa no futuro (BAUMAN, 2004, p. 19).

O amor vivido pela mulher no espaço prisional alarga um distanciamento do tempo e das perspectivas para o futuro, ou projeto de vida em comum, tal como sugere Carvalho Filho (2006, p. 120):

O tempo da prisão é diferente do tempo da rua ou da casa, e sua singularidade reside na dissociação [...] A dissociação diz respeito a uma característica do tempo de prisão: é um tempo determinado a ser cumprido, dissociado de qualquer interesse ou projeto, não se subdivide em programações, é um tempo constante. Na rua o tempo se fraciona, associa-se a um projeto de vida, equivale a dinheiro, a produtividade: a zona de fronteira estabelecida com a saída entre estar preso e estar solto também é determinado por essa representação do tempo.

O tempo da prisão é um tempo igual, com cenários fixos, em que o cansaço e o tédio arruína a vida e os sonhos. Lugar em que “[...] o tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência [...] o menor sussurro nas folhagens o assusta” (BENJAMIM, 1994, p. 204-205). É exatamente contra esse tempo interminável que o amor de algumas mulheres perece e sai em busca da liberdade. Vejamos o depoimento de Rosa:

[...] aí hoje eu digo [...] mas o que eu tenho medo mais na minha vida é isso, de eu ficar com ele e a gente continuar mais anos pra frente e depois se eu quiser deixar, ele tiver reação, assim, porque eu sei que ele me ama [...] eu tenho medo da loucura, da paixão [...] eu tenho medo de depois querer sair, arrumar outra pessoa e ele não aceitar. Porque ele fala que me ama, ele chora nos meus pés direto.

A fala de Rosa expressa uma visão de certeza do futuro, de uma vivência eterna com a pessoa que ela acredita que lhe escolheu, ou que ela fez a escolha. Mas na vida e no amor não há certezas de eternidade e essa inquietação transforma o sentimento, provocando infelicidade. Conforme Octávio Paz (1994, p. 188), o amor não nos protege dos riscos e desgraças da existência. Nenhum amor, sem excluir os mais tranquilos e felizes, escapa dos

desastres e desventuras do tempo. O amor, qualquer amor, é fruto do tempo e nenhum amante pode evitar a grande calamidade: a pessoa amada está sujeita.

O amor de Rosa está longe de ser um amor tranquilo, pelo contrário, é vivido sobre a constante ameaça da distância intramuros, da incerteza do amor dele por ela.

Sem entraves ao amor não há “romance”, ora o que amamos ó romance, isto é, a consciência, a intensidade, as variações e os adiantamentos da paixão, seu crescendo até a catástrofe- e não sua chama fugaz. [...] a felicidade dos amantes só nos comove pela expectativa da infelicidade que os ronda. É necessária esta ameaça da vida e das realidades que a afastam para longe. A saudade, a lembrança, e não a presença nos comove (ROUGEMONT, 2003, p. 117).

É possível sonhar junto com Rosa por um final feliz de sua história de amor, pelo brilho e a suavidade de sua fala ao se referir ao seu amor, e do amor dele por ela, embora cheio de apreensões. Porém, como é sabido, a vida e o tempo no universo prisional tem um tempo talvez menor, para se viver um amor. Considerando as adversidades e surpresas do cotidiano, o tempo para o amor vivido por Tulipa, foi curto e teve começo e fim: “[...] visitando ele eu só passei seis meses [...] era um ambiente bem pequenininho, mas era como se tivesse dentro de uma pousada. Eu me sentia bem [...] era uma paixão louca”. Tulipa tinha um fetiche, uma fantasia de viver seu romance dentro da cadeia. Para algumas mulheres a visita íntima era constrangedora e algumas não sentiam prazer, ou sentiam-se ofendidas por seus companheiros ao se submeterem à prática de sexo em condições tão adversas. Para Tulipa, o encontro na cadeia era alimentado, e pela fantasia e a erotização do lugar para o encontro, ela sempre se refere a um lugar acolhedor, em que os dois ficavam a sós e que ali não havia a menor possibilidade de serem interrompidos. Era um lugar de encontro dos dois, e que seu companheiro procurava tornar um lugar agradável, mesmo dentro da cadeia. Tulipa se sentia bem e deixava fluir sua paixão: “Ele na véspera já arrumava, deixava o lugar limpo, e a gente se encontrava ali, bem coladinho, o mundo parecia parar ele era só meu”. É possível vislumbrar que a inconveniência do espaço carcerário era deixado de lado e outro sentimento deixava aflorar, a erotização do lugar, como uma espécie de domínio dela na relação.

Erotizado, na medida em que a instituição permite um lugar de poder sobre a mulher sobre o homem preso, seja pela fantasia de posse e fidelidade que o aprisionamento favorece, que o homem está “preso, seguro”, lá dentro, ou pela ativação do desejo sexual do parceiro. Fetichizado, porque permite a conexão simbólica com objetos sexuais dentro da prisão: a cela, a subversão

do ato criminoso, o proibido, a transgressão as normas como sentido de potência, o ato sexual publicitado (GUIMARÃES et al., 2006, p. 14).

Embora estivessem a sós, a prática do ato sexual era no lugar público com tempo marcado e permitido. Essa interdição invadia a privacidade dos casais. Entretanto, para alguns casais, se transformava numa potência erótica. Desejos, medos, ciúmes, amores... sentimentos que se faziam constantes na história dos envolvidos nessa pesquisa. Afetividades que precisam de atenção!

2.2 A aspereza da vida: o amor é caminho incerto

As mulheres dessa pesquisa, em sua maioria, possuem narrativas que falam de amor, destinos flechados pelo cupido que aprisiona. Mulheres que afirmaram que, por algum tempo, estiveram presas aos seus companheiros por amarem, razão que enfrentaram situações de desconforto, vergonha, medo. Mulheres que continuaram a visitar seus companheiros de forma íntima, durante o tempo em que eles estiveram presos, motivadas pelo sentimento de amor que acreditavam sentir por eles. Um destino que separava os corpos do convívio através dos muros e das grades, mas que unia os corações pelo amor. Um destino que Deleuze (1974, p. 02) chamou de

[...] um presente cósmico que envolve o universo: só os corpos existem no espaço e só o presente no tempo. Não há causas e efeitos entre os corpos: todos os corpos são causas, uns em relações aos outros, uns para os outros. A unidade das causas entre si, se chama destino, na extensão do presente cósmico.

O que uniu a vida de mulheres com seus companheiros? Seria o destino que reservava surpresas para as pessoas? O que seria o destino? Como entender esse magnetismo que unia e afastava pessoas? Seria possível dizer que tais indivíduos viveram experiências de encontro com o amor? De acordo com Octávio Paz (1994, p. 35), os amantes experimentam uma atração involuntária, e a partir disso, nasce um magnetismo secreto e poderoso, que ao mesmo tempo é uma escolha, em que os poderes objetivos e os subjetivos, o destino e a liberdade se cruzam no amor. Neste sentido, o território do amor é um espaço imantado pelo encontro de duas pessoas. Historicamente, várias pessoas acreditam que o destino foi o responsável por unir corpos e sentimentos, como revela Rosa:

[...] a gente continuava transando gotoso [...] Mudou assim [...] porque a gente se dava muito bem na cama, eu achava que a gente ia ficar morando

muito tempo junto, e ele sempre diz, ele fala assim - Rosa, tu já imaginou nós dois bem velhinho? Só que eu nunca amei ele, ficava só por transar. Se fosse para nós transar no escuro ou só transar tava ótimo, mas eu fui colocar ele dentro de casa. Eu não o amava, era só atração sexual [...] era só transar.

Rosa é uma dessas mulheres que já teve vários amantes - foi casada duas vezes e seu companheiro foi o último amante. Moravam juntos, quando ele foi preso. Segundo a entrevistada,

[...] hoje em dia depois que ele está preso, sei lá, eu fico olhando, meu Deus do céu, pelo amor de Deus [...] se ele descobrir que eu vou deixar ele, que eu vou trair ele, porque eu vou. Eu não vou ficar com uma pessoa que eu não amo, desse jeito nenhum.

Há uma insistência em afirmar que faltava amor para suportar o afastamento, a ausência do companheiro. A fala de Rosa negava que o amava com a mesma intensidade de outros amores que já teve. No entanto, continuava com ele. Tinha desejo, faltava amor. Sobre esse último sentimento, Octávio Paz (1994, p. 34) afirmou que:

[...] o amor é atração por um a única pessoa. Por um corpo e uma alma. O amor é escolha, o erotismo, a aceitação. Sem erotismo, sem forma visível que entra pelos sentidos-não há amor, mas este atravessa o corpo desejado e procura a alma no corpo e na alma o corpo a pessoa inteira.

Entretanto, nos caminhos do amor que levaram Rosa ao seu companheiro, há entraves que dificultaram o encontro de “corpo e alma”, pela falta de erotismo e desejo: “Eu não sinto prazer na cadeia”. Daí a insatisfação, a falta de completude entre os dois. Ela já se preparava para um novo amor, outra história. Ela se impunha como uma mulher aventureira, tinha por característica a busca pela felicidade e dos prazeres que poderão vir com o amor, enquanto ele está em desvantagem, a prisão lhe tirou a liberdade para viver outros amores. As posições se inverteram, antes da prisão ela temia as ameaças de separação. Assim, a interlocutora descreveu:

[...] ele falava pra mim, no dia que tu me perder, tu vai ver. Eu tinha medo da gente se separar, como ele é muito bonito, eu tinha medo de uma coisa, de eu não arrumar outra pessoa [...] Assim, porque a idade passa, eu já tô com trinta e dois anos [...] eu tenho muito medo e ele é jovem.

Esse vai e vem da vida, amores, lutas cotidianas, muitos caminhos sem chegadas, enfraqueceram os corpos e deixaram cicatrizes nas almas. Almas que alquebradas vão se tornando insensíveis ao apelo do amor. O amor convidando para o encontro de corpos e as

almas se afastando. Os corpos, apenas corpos perambulando, mendigando o sopro da vida, vida, mas que vida? A vida de desencontros, a vida de pessoas que se separam por um instante. Instantes que se tornam dias, anos, comparados à rotina do cotidiano. Um sentimento que altera os roteiros das vidas.

O tempo para Rosa e seu companheiro foi o tempo presente, o tempo que seu companheiro saiu sem despedir-se, sem um até logo, tempo que deixou cicatriz na alma de Rosa e foi aos poucos tirando o colorido da paixão. Foi necessário que esta criasse forças para o primeiro encontro. Na delegacia, ela narrou:

[...] no dia que ele foi preso eu vi meu filho chorando, ele falou, mãe é com aquele cara que a senhora mora? [...] e eu criando força, pra mim chegar na delegacia. Pra mim olhar para ele tive que inventar uma mentira pra entrar lá dentro da delegacia pra mim ver ele, mas meu filho acabou descobrindo, ele tem dezesseis anos, como é que eu ia olhar pra um cara que morava com ele e estava preso. Gosto dele, é uma pessoa boa. Eu sei que ele não tem culpa do que está acontecendo.

Ela precisava dizer para si e para os outros, precisava acreditar na perda da felicidade que acabara de chegar em sua vida.

Há sempre a suspeita - mesmo que apaziguada e inativa por algum tempo - de que se esteja vivendo uma mentira ou um equívoco, de que algo de importância crucial foi esquecido, perdido negligenciado, permanecendo não ensaiado e inexplorado; de que não se cumpriu uma obrigação vital para o eu autêntico da própria pessoa, ou de que algumas oportunidades de felicidade de um tipo desconhecido, completamente diferentes do que se vivenciou antes, ainda não foram aproveitadas e tendem a se perder para sempre se continuarem desconsideradas (BAUMAN, 2004, p. 73).

A partir daquele momento, um mundo novo se abriu a sua frente. Precisava começar a trilhar um caminho, e, assim o fez, mas precisou mentir para seu filho, porque a prisão do seu companheiro também lhe deixou confusa, as informações eram parcas. Enquanto mulher, se submetia a estar naquele lugar porque gostava do seu companheiro. Pouco falou para os outros e para si. Dizia-se pouco por razões diversas, ora para silenciar sobre o que não se quer falar, talvez as palavras monossilábicas fossem a melhor forma de calar ou de não permitir que se falasse mais daquele momento vivido.

Certas coisas marcam as histórias das pessoas. Marcas que nem sempre deixam cicatrizes timbradas nos corpos, marcas que muitas vezes atravessam o tangível e se alojam na alma e, quiçá, não seja esse um dos motivos do afastamento do amor ou da paixão como Rosa descreve: “[...] eu dei amor, eu dei carinho, coloquei ele dentro de casa, eu fazia tudo

certinho, aí ele acha que isso é amor, transar, ele acha que isso é amor. Mas isso não é amor, isso e atração sexual, eu falei para ele”. Contudo, nessas circunstâncias, não é possível limitar ou diferenciar paixão, amor, sexo. É o que afirma Octávio Paz (1994, p. 15):

Sexo, erotismo e amor são aspectos do mesmo fenômeno, manifestações do que chamamos de vida. O mais antigo dos três, o mais amplo e básico, é o sexo. É a fonte primordial. O erotismo e o amor são formas derivadas do instinto sexual, cristalizações, sublimações, perversões e convulsões que transformam a sexualidade e a tornam, muitas vezes incognoscível.

A fala de Leticia enfatiza que desses sentimentos, o mais importante e duradouro é o amor e, por isso, mais importante que os outros, mesmo estando presente no relacionamento vivido por ela antes do companheiro estar preso. Ainda sobre esse sentimento que causa tantas discussões, Zygmunt Bauman (2004, p. 25) afirma que se o desejo quer consumir, o amor quer possuir. Enquanto a realização do desejo coincide com a aniquilação de seu objeto, o amor cresce com a aquisição desse e se realiza na sua durabilidade. Se o desejo se autodestrói, o amor se atopeia. Desejo e amor encontram-se em campos opostos. O amor é uma rede lançada sobre a eternidade, o desejo é um estratagema para livrar-se da faina de tecer redes. Fiéis à sua natureza, o amor se empenharia em perpetuar o desejo, enquanto este se esquivaria aos grilhões do amor.

O alto valor atribuído ao amor está presente em vários momentos da fala de Leticia como uma força superior, mas não era esse sentimento que mantinha ligada ao seu companheiro: “[...] tu é novo, bonito, eu sinto atração, gosto de transar contigo. Mas não sinto aquele amor que vem de dentro [...] tu faz os meus gostos na cama, pronto é isso que acontece entre a gente. Amar é diferente”. Ela sublima o ato sexual, em detrimento do amor. Entretanto, Zygmunt Bauman (2004, p. 71) pontua que o encontro sexual pode ser isolado dos demais propósitos da vida, ou será nele que vai (tender a, ganhar espaço para) esparramar-se pelo resto da existência, saturando-a e transformando-a? Para as mulheres desse estudo, não.

A vida delas ganharam outros significados com a prisão de seus companheiros e o encontro amoroso ganhou outro sentido. Rosa seguiu afirmando: “[...] eu acho aquele negócio é tão chato você tá lá dentro de um quarto, você [...] eu nunca senti nada dentro de um presídio. Ele falava tu gostou? Tu acha o quê? Que eu gosto do que aqui? Eu não gosto de nada. Não sinto prazer lá, não”. O cenário preparado para o encontro amoroso se tornava hostil para essa mulher, não há desejo de vivê-lo em situação adversa. Um ato vez em quando desejado por um, realizado por obrigação por outro. Um tempo curto. Um tempo seco. Um tempo que acaba. Um tempo que passo a problematizar.

2.3 “Vida louca, vida breve”: acabou o tempo!

O tempo para o amor num espaço hermético como a prisão e o espaço para o encontro amoroso, para algumas mulheres tem seus encantos. O lugar do amor foi descrito pelas interlocutoras num dado momento como o espaço para o “*tchaca-tchaca*”. O lugar da intimidade. O lugar do controle: o amor e o sexo limitados, vigiados, com hora para começar e terminar. Vejamos a narrativa de Tulipa:

[...] era um lugar bem pequenininho, mas era como se tivesse dentro de uma pousada. Eu me sentia bem. Ninguém ficava vendo ou *brechando*, nada disso era um quartinho, já tinha um colchãozinho [...] ele botava na pedra lá, e a gente ficava deitado.

A entrevistada se refere ao lugar com certo carinho. Acompanhei sua fala com atenção: o seu rosto expressava uma certa nostalgia, ao se referir ao tempo que viveu com seu companheiro e manteve um relacionamento dentro da Cadeia.

Há trabalhos a respeito de mulheres que mantêm relacionamentos com homens apenados, a exemplo de Adriano Zago (2011, p.38). Algumas dessas mulheres conheceram os companheiros nos presídios ou foram apresentadas por parentes. Nesses casos, há uma discussão a respeito do que levaria essas mulheres ao interesse por homens apenados, e, em alguns casos, isso se atribui a certo fetiche de tais mulheres nesse tipo de envolvimento dentro de um espaço tão adverso, como expressa Fernanda Bassani (2017, p. 273): “A estabilização do veículo afetivo no (e a partir do), território carcerário abre margem para o enfoque fetichista da prisão, que pode significar erotização para a mulher por sua sensação de poder e controle”.

As falas das mulheres dessa pesquisa não sinalizam para erotização ou algum fetiche com relação ao encontro no ambiente carcerário. Elas silenciam. Limitam o que dizem a respeito do prazer ou orgasmo, algumas dizem que sentem como se estivessem em casa, outras que não sentem prazer, devido acharem o ambiente hostil. Entretanto, a sensação de poder sobre os corpos dos companheiros esteve presente na fala de algumas das entrevistadas, a exemplo de Jasmim: “[...] agora, ele preso, não vai fazer nada de errado, enquanto tiver ali, vai depender de mim, por isso vou dar um castigo, tem que fazer o que eu quero”.

É possível perceber como há uma imposição por parte da mulher que faz suas exigências e ameaças de punição se não for cumprida. Desta forma, ela impõe o seu querer.

Como os encontros eram breves e havia a necessidade de aproveitarem juntos, não havia tempo a perder: “[...] a gente tinha que dividir o tempo de conversar, o tempo para falar da vida, do amor da gente e de fazer sexo, tudo tinha que ser muito ligeiro”, afirmou Jasmim.

O tempo fracionado para o encontro também limitava e reduzia os riscos de encontros insatisfatórios, daí a necessidade de aproveitar a disponibilidade existente, abrindo a possibilidade das vivências de momentos agradáveis. Assim, Violeta descreveu:

[...] enquanto eu estava lá, até que não me preocupava, o difícil era quando saía, para enfrentar o povo aqui de fora, eu imaginava que todo mundo tava pensando no que eu tinha feito, o que ia fazer no dia que ia fazer visita íntima. É uma coisa muito ruim mesmo.

Nesse sentido, é possível vislumbrar que a mulher é lançada a um mundo que não escolheu para si e, para viver nessa nova existência, exige-se dela uma nova adaptação, que muitas vezes não ocorre: “[...] no dia que eu ia fazer a visita, à noite, eu já ficava pensando, como ia ser, já não dormia direito, nunca me acostumei com isso, e olha que foram oito meses. Por isso não vou mais lá, me separei”, relatou Jasmim. Como se observa, a exigência de vivência compartilhada no espaço prisional causou a sua separação. Gilles Lipovetsky (2010, p. 160) enxerga as relações na forma do casal como algo cada vez menos eterno ou estável: “Hoje em dia, os elementos do casal querem-se autônomos. Os casais separam-se e são cada vez mais frequentes as separações por iniciativa da mulher, a separação dá-se, na maioria dos casos, por decisão da mulher”.

Algumas mulheres dessa pesquisa terminaram seus relacionamentos indecisas sobre essa decisão. Tulipa foi um desses casos: “[...] eu o amava demais, mas sabia que esse tipo de vida não servia para mim, sabia que ele não ia deixar o crime, terminei, mesmo com medo, arranjei outro”. A sua insatisfação para com o companheiro advém do tipo de vida que ele levava e que ela não queria compartilhar. A aventura do amor, em muitas situações, requer de quem participa, alguns elementos para continuar existindo. A insegurança motivada pela prisão do companheiro fragiliza e torna vulnerável a relação. Segundo Zygmunt Bauman (2004, p. 31), “[...] quando a insegurança sobe a bordo, perde-se a confiança, a ponderação e a estabilidade da navegação. Chocar-se contra uma dessas rochas afundaria até mesmo uma boa embarcação com tripulação qualificada”. Assim é a relação entre mulher e apenado, uma embarcação em meio a águas turbulentas. O tempo do amor no universo carcerário é o tempo de um instante, como uma nuvem passageira. Não

há noites ou luar para celebração - quando a noite chega, os casais já estão separados pelos muros, que os limita o tempo de viver juntos o amor.

2.4 “O ciúme e o medo de tomarem o que é meu”: sentimentos que aprisionam

Era uma noite fria de quinta-feira do mês de fevereiro. Provavelmente, os ventos uivavam pelas frestas nas celas dos prisioneiros. Tomado pela saudade, pelo medo da perda e por certo ciúme, um dos prisioneiros pegou um pedaço de papel e com uma caneta tentou materializar na escrita as afetividades que gritavam no silêncio do seu interior. Com uma caneta de tinta azul, escreveu:

Rezo por você e sua todos os dias. Também fiquei sabendo que sua mãe está rezando por mim agradeço muito a ela por essa força ae. Muda de vida você tão nova tá numa vida dessa. É mais quem sou eu pra te dar esses conselhos e boa sorte na tua vida e quem sabe que algum dia as pedras se batem. Mando um abraço para vocês todos ai e fiquem com Deus que aqui estou com ele firme e forte. Aê nunca esqueça onde você for você levar minha marca. Valeu tchau.

Beijos pra vocês todos aí.

Com Deus no comando sempre.

Saudades desse teu rosto lindo.

Por não vai embora não linda.

Amor infinito.

Fevereiro, 03/02/2017. Quinta-feira¹³.

O silêncio da noite, sinônimo de solidão, provocou nesse apenado o desejo de transpor em palavras sentimentos historicamente construídos e que faziam parte do seu cotidiano. Palavras que revelam a revolta de um amor intenso, mas não é vivido de forma plena. Um pedido de partida por reconhecer que sua companheira não merecia viver uma relação nessas circunstâncias, à mesma medida que pedia para que ela não o abandonasse. Expressões como “[...] não vai embora não linda”, revela o desejo/pedido para que sua amada não o deixasse na solidão. As afetividades são aquelas que moviam a vida dessas pessoas. Parecia ser mola propulsora para manter a permanência dos vínculos das mulheres com seus companheiros apenados e vice-versa. Emoções que direcionam a história da vida desses homens e mulheres.

No livro *Uma história das emoções* (2007, p. 14), Stuart Walton toma como referência a obra de Charles Darwin, *Expressão das emoções nos homens e nos animais*. Esta teoria se fundamenta a respeito da evolução e seleção natural, em que os seres humanos descendem de

¹³ Carta que o companheiro de Orquídea emitiu e ela me repassou quando a entrevistei em maio de 2017.

um ancestral comum. Nesse sentido, as emoções derivam dessa herança genética e mesmo sofrendo influência cultural, há uma essência imutável em relação à herança biológica. Assim, Stuart Walton (2007, p. 15), sugere que

Embora os muitos detalhes de uma vida cultural, da forma como nos vestimos, do que comemos e os tipos de cerimonia [...] possam variar imensamente na distância geográfica, todos ainda nascemos com as mesmas estruturas e todos estamos sujeitos, em momentos periódicos de nossa vida, ao fluxo descontrolado da atividade emocional.

Nesse sentido, essa teoria se fundamenta na herança biológica como resultado das manifestações emocionais nos humanos. Entretanto, acrescenta o autor que Darwin postulou emoções consideradas básicas de fácil interpretação como, felicidade, tristeza, raiva, medo, desgosto ou repulsa e surpresa. Essas emoções são perceptíveis nas expressões do corpo, são fisicamente percebidas.

O ciúme não está entre as emoções estudadas ou apresentadas por Darwin. Contudo, outros estudiosos acrescentaram o ciúme como emoção humana. Para Stuart Walton (2014, p. 16), o ciúme como emoção se aproxima de sentimentos como ódio e amor, sendo que esses últimos

[...] parecem ser ligas complexas de várias outras emoções, todas aumentando o estado composto do sentimento que sobrevive ao impacto inicial das próprias emoções. Ainda sobre amor e emoção. E é o conceito de um impacto inicial que deve ser decisivo quando passamos a definir o que exatamente são as emoções. Pode-se experimentar toda uma vida de amor não respondido, um estado que pode ser pautado regularmente por picos emocionais, e no entanto o amor não correspondido não é em si uma emoção, é mais uma atitude.

Na concepção do autor, a emoção é o estado instantâneo de manifestação, o agora, ou seja, os picos emocionais. Nesse sentido, a emoção é uma reação neurológica passageira e o estar amando, é uma atitude que poderá ter uma curta ou longa duração e ser acometida por picos emocionais momentâneos. Como pontua Stuart Walton (2014, p. 20), “[...] as emoções não são apenas aqueles surtos espasmódicos de sentimentos que surgem em resposta a estímulos externos. Elas são os alicerces sobre os quais repousa grande parte de nossa vida social e cultural, se não toda ela”.

Os estudos a respeito do ciúme são abordados no campo do conhecimento científico, numa vasta abordagem na área da Psicologia. Para Maria Costa (2009, p. 23), “[...] o ciúme evolui, como qualquer outra adaptação psicológica, em função de contingências específicas do mundo vivido por nossos ancestrais caçadores-coletores, sendo por esse motivo que ainda

encontramos no design computacional de homens e mulheres de hoje”. Já para os defensores da teoria cognitiva, o ciúme é entendido como uma emoção discreta ou uma combinação de emoções ocorrendo simultaneamente, ou uma série de diferentes emoções eliciadas por mudanças de reavaliação do curso de um único episódio (HARRIS, 2000 apud COSTA, 2009, p. 23).

Noutro artigo intitulado “Contribuições da Psicologia Evolutiva e da análise do comportamento acerca do ciúme”, Marta Costa (2007, p. 14) analisa dois conceitos de ciúme: o ciúme *normal* conhecido como aquele que é baseado em fatos reais, que poderia ser provocado por comprovação de uma traição ou até mesmo pelo fantasioso, em que o indivíduo passaria a criar uma situação imaginária; e o ciúme *patológico*, que, por sua vez, procura fatos e/ou sofre influência de delírios. Enquanto o ciúme “normal” ocorre em função de uma ameaça real, o ciúme “patológico” persiste a despeito da ausência de qualquer ameaça real ou provável (PINES, 1992 apud COSTA, 2005, p. 06). Na concepção desses autores, o ciúme é uma emoção que decorre de situações diversas. Ainda a respeito do ciúme, Robert Bringle (apud CENTEVILLE; ALMEIDA, 2007, p. 75), destaca um tipo de ciúme, conceituado como *ciúme romântico*:

O ciúme romântico, isto é, aquele que ocorre em relacionamentos amorosos, é um dos que tem despertado maior atenção de psicólogos e leigos. Segundo alguns teóricos, ele seria inerente, isto é, constitutivo da natureza humana, de modo que todos nós seríamos ciumentos em maior ou em menor grau. Ele pode ocorrer em quaisquer tipos de relacionamentos, mas está comumente associado aos relacionamentos amorosos.

Por tratar-se das manifestações de ciúmes nas relações amorosas, a minha escolha por analisar o ciúme nessa perspectiva tem dois pontos que se cruzam, um por tratar de relacionamentos amorosos entre mulher e seus companheiros apenados, e outro ponto diz respeito ao sentimento despertado numa circunstância em que o casal se encontra separado em decorrência da situação de prisão do cônjuge.

Nesse sentido, o ciúme é despertado a partir de uma situação adversa. Segundo Adélia Menezes e Fabiano Castro (2001, p. 20):

[...] o ciúme é observado como um sentimento que emerge em uma situação sinalizadora de possível perda de um estímulo reforçador para outro indivíduo, podendo envolver a emissão de respostas coercitivas que visam evitar esta perda e a produção de consequências reforçadoras e \ ou punitivas para o comportamento dos indivíduos.

Partindo dessa premissa, é possível vislumbrar que uma das condições motivacionais que despertaram ciúmes nos companheiros apenados das mulheres dessa pesquisa foi o estado de privação da liberdade e o afastamento do ambiente público, haja vista que em suas narrativas, elas afirmam que o ciúme dos companheiros se deu a partir da inserção no espaço prisional. Com frequência, as interlocutoras dessa pesquisa narraram falas de ciúmes de seus companheiros apenados: “[...] Oxente, home! Pare com essas coisa! [...] você nunca teve esse mau costume, tá me estranhando? Esse tempo todo que tamo juntos, com namoro e casamento, quase cinco ano, tu nunca tivesse ciúme de mim”, narrou Violeta. Como a fala sinaliza, o ciúme só passou a existir à medida que o homem sentiu-se ameaçado, com a liberdade da mulher em meio à sua prisão.

O ciúme também direcionou outros elementos ameaçadores da relação. Conforme Violeta, “[...] ele chegou a me ameaçar dizendo se eu arranjasse um macho, coisa mais feia, eu lá sou rapariga, ele ficava sabendo, porque tinha gente me espiando, disse até que era capaz de me matar ou mandar alguém”. Há uma correlação na fala de Violeta, com a proposição do autor, a respeito das ameaças coercitivas, da vigilância e das outras consequências que poderiam acontecer, caso fosse confirmada a traição.

É possível perceber que o companheiro de Violeta não tinha elementos concretos a respeito do ciúme que estava demonstrando sentir, a não ser a concretude da separação, por estar preso. Daí o ciúme, justificado por Violeta como infundado: “[...] me dava uma raiva danada, aquelas besteiras, aquele ciúme todo”. Havia um estranhamento por parte de Violeta a respeito do ciúme sentido pelo marido, e que ela deu pouca importância, contudo, vale ressaltar que o ciúme despertado por ele vinha carregado de ameaças e, em algumas situações, o ciúme romântico podia ter relação com a violência, sofrida por algumas mulheres.

O ciúme veio em forma de ameaça para Tulipa: “[...] ele chegou a ameaçar de me bater, para eu dizer se eu tinha saído de casa para alguma festa e se estava pensando em arranjar outra pessoa”. A relação desta mulher com seu companheiro sinalizava para um estado de desconforto, porque o ciúme dele se materializava sempre em ameaças: “[...] eu ia me encontrar, fazendo sacrificio e quando chegava o home ainda ficava perdendo tempo com aquelas cena de ciúme”.

Com relação aos conflitos do relacionamento provocado pelo ciúme, Tulipa justificou que permaneceu naquele relacionamento porque se sentia atraída, ligada por um sentimento mais forte do que o ciúme: “[...] eu gostava dele, amava, senão logo tinha deixado, um grande

abismo era aquele amor”. Nesse sentido, a narrativa se aproximava do pensamento de Roland Barthes (2007, p. 16):

A lufada do abismo pode vir de uma magia, mas também de uma fusão: morremos juntos de tanto amor, morte aberta, por diluição etérea, morte fechada de tumulto comum [...] Apesar das dificuldades de minha história, apesar das perturbações, das dúvidas, dos desesperos, apesar da vontade de me livrar disso, não paro de afirmar em mim mesmo o amor como um valor.

Reconhecer esse abismo e mesmo assim permanecer, me parece ser uma cumplicidade vivida por esses amantes. Contudo, numa fala mais adiante, Tulipa voltou a reclamar do sentimento do companheiro: “[...] eu não aguento mais, não dá pra viver com um homem que ainda preso vive brigando por ciúme, quem mandou ele ir pra cadeia?”. A interlocutora apontou a demonstração de insegurança como um dos inconvenientes da relação.

É possível vislumbrar que o ciúme só foi mencionado como um inconveniente da relação após o companheiro ter sido preso. Enquanto os dois viviam em liberdade não havia nenhuma demonstração de desconfiança. Afirmou Tulipa que “[...] ele nunca pegou no meu pé, às vezes eu sentia ciúme, mais ele nunca! E ainda diz que tem porque me ama e tem medo de me perder”, assim o ciúme também se configura como o medo da perda.

Desse modo, na fala de Tulipa, há uma correlação com o pensamento de Maria Costa (2014, p. 47), sobre o fato de que

É importante destacar que a relação estabelecida pela cultura entre amor e ciúme e a conseqüente aceitação e incentivo a emissão de comportamentos emocionais ciumentos podem gerar problemas nas relações amorosas quando, em algumas situações alguém diz que ama e não sente ciúme do parceiro. A relação inclusive pode ser desfeita se o parceiro (que concebe o ciúme como sinal de amor), ficar apenas sob o controle dessa regra.

É possível vislumbrar que nessas relações de amor em que o ciúme de um e a alegação do outro de não senti-lo não é regra geral, como também não é determinante para todos os casais, a exemplo do que relatou Rosa:

[...] ele é ciumento demais, e diz que seu ciúme é por me amar demais já me disse que não é para mim ir, no médico ginecologista se for homem, e também se for mulher, só quando ele tiver solto. Me admiro, ele não se importar quando eu venho para aqui e fico toda nua para uma mulher me revistar, ele podia ter ciúme também e não querer que venha visitar ele.

Entretanto, associar o ciúme ao amor é o argumento usado pelo companheiro de Rosa, entretanto, o argumento não se aplica quando a mesma situação de nudez é vivenciada em

locais e situações distintas, em que é para favorecer o companheiro, uma vez que a revista íntima é vexatória e constrangedora para ela, como já afirmei anteriormente. A respeito desse comportamento, disserta Maria Costa (2014, p. 47):

Apesar da comunidade verbal relacionar ciúme e amor à luz do referencial da análise de comportamento, tal formulação não se sustentaria, uma vez que um sentimento (evento comportamental), não se explica a partir do outro, desse modo, essa relação pode trazer prejuízos, já que quando um sentimento é arbitrariamente associado a outro ele, poderá assumir a mesma função a qual foi relacionado.

A concepção da autora com relação ao ciúme se refere à relação que é associada ao amor e ao ciúme, no sentido da afirmação de “que o ciúme é sinal de amor”, expressões que são retratadas por algumas pessoas. Para Rosa, o ciúme do companheiro também não é justificado, como não é regra para todas as situações vivenciadas, a exemplo do ciúme que ele tem de algumas pessoas e outras não. Rosa acrescenta:

[...] quando é para ficar com ele, ele não tem ciúme, porque eu para entrar na cadeia, tenho que ficar sem roupa e quando vou no medico, não fico só, é o médico e a enfermeira, e você sabe né? É um doutor, a gente vai porque precisa, é uma necessidade da mulher e na cadeia não. Eu vou mais para ele não ficar só e ele nem entende isso.

Pensar o ciúme como uma emoção, como uma ameaça de perda da pessoa amada, se contradiz com a atitude do companheiro de Rosa. O ciúme de um profissional de saúde não é uma ameaça de um comportamento suspeito de traição da mulher, no entanto, é possível perceber que o ciúme do companheiro de Rosa era despertado pela nudez exposta durante a visita íntima, já em outra situação, o ciúme era manifestado, como ela afirmara anteriormente.

Nesse sentido, é possível associar o ciúme como um mecanismo regulador do relacionamento em algumas situações e outras não. Destarte, não é o comportamento da mulher que provoca o ciúme, mas a situação imaginada pelo homem. Percebe-se que o ciúme não é da nudez da mulher, ou da exposição do corpo, porque em duas situações de nudez, uma ele se recusa a aceitar a ida dela ao médico, outra ele aceita sem contestar, a nudez vexatória da revista íntima.

Percorrer esses labirintos das relações afetivas abre muitas lacunas, entretanto, é possível vislumbrar que mesmo as relações afetivas e de envolvimento emocional entre homens e mulheres são relações de poderes, como pontua Michel Foucault (2003 p. 231):

As relações de poder existem entre homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe [...] na sociedade, há milhares de relações de poder e por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, micro lutas de algum modo.

Nesse contexto, o ciúme, na relação descrita, também não deixa de fazer parte das lutas na tentativa de domínio e imposição da vontade de poder do homem e o cumprimento ou não da imposição como um enfrentamento de aceitação ou resistência.

Na outra narrativa a respeito do ciúme, uma das mulheres desse estudo descreve como o amor e o ciúme estão presentes na relação vivida com seu companheiro, antes e depois da prisão. Ouçamos o depoimento de Jasmim: “[...] ele me disse que o ciúme é do tamanho do amor que sente por mim, e que sofre muito por estar longe de mim. Mas é conversa dele, ele sempre foi ciumento, só queria que eu vivesse dentro de casa, só pela ciumeira besta e agora tá preso. Mas eu não tenho culpa dele tá preso”. É possível vislumbrar que o amor e o ciúme se entrelaçam numa tentativa de aprisionar o outro. A interlocutora relata que esse jeito de demonstrar amor do companheiro figurava na mesma intensidade – o amor e o ciúme. Em algumas situações, segundo Roland Barthes (2007, p. 47), é possível que o ciumento vivencie situações distintas: “[...] como ciumento sofro quatro vezes: porque sou ciumento, porque me reprovo de sê-lo, porque temo que meu ciúme machuque o outro, porque me deixo dominar por uma banalidade, sofro por ser excluído, por ser agressivo, por ser louco e por ser comum”.

É possível fazer a confluência entre a citação acima com a fala de Jasmim em relação ao companheiro aprisionado. O ciúme aparece como o maior entrave do relacionamento dos dois, embora com outro agravante: a prisão. Mas a referência da interlocutora sinaliza que terminará o relacionamento caso não ocorra mudanças. Ela cumpre o que havia prometido e ele numa carta fala dos sonhos desfeitos e de objetivos que havia sonhado para os dois. Dessa forma, revela Jasmim:

[...] eu dizia para ele que se ele não mudasse quando saísse da cadeia eu não ia mais querer ele, porque mulher eu vou visitar ele preso e faço o maior sacrifício, mas ele continua com esse ciúme besta, e achando que vou arranjar outro e se ele continuar assim, pronto arrumo e daí. Ele inventa as coisas, diz que eu tô com outro, mas nada disso e verdade e ainda me deseja boa sorte, só porque tá preso, queria ver mesmo se tivesse solto. Sei lá o que ele era capaz de fazer.

Há na escrita uma afirmação de que a mulher está com outro homem e vivendo uma relação que ele alega não ter sido possível com ele, mas apela que ela não realize com outro os objetivos que os dois traçaram para viver, como o desejo de ter uma filha. Entretanto,

mesmo achando que ela vai embora com outro, ele diz que lutará por ela. E se estivesse fora da cadeia não deixaria que ela fosse. Em carta entregue a Jasmim, seu companheiro escreveu: “[...] mais é assim mesmo, mas quem sabe se lá você melhora ou piora, mais eu tô torcendo por você”.

A carta aparece como parte de um jogo de comoção. Uma escrita de amor apelativo, contudo, não há confirmação que a mulher está vivendo outro relacionamento. Há na narrativa da interlocutora a afirmação de que seu companheiro apresenta cenas de ciúme: “[...] ele inventa cada coisa, é doente, sempre foi de ciúme”.

Por tratar-se de sentimentos e emoções há uma abstração no que se fala, como aduz Emmanuel Tourinho (2009, p.126) “[...] com a aquisição do complemento verbal é que as emoções enquanto fenômenos experimentados pelo indivíduo na relação consigo mesmo, isto é, as emoções enquanto fenômenos que incluem o responder verbal sob controle do próprio corpo passa a existir”.

Na escrita, o companheiro de Jasmim exterioriza o sentimento de amor e ciúme, contudo, não há receptividade por parte de Jasmim: “[...] nem ligo, pode escrever, eu nem respondo”. O amor tragado pelo ciúme do companheiro, o desgaste da relação devido a separação, o descontentamento e inconveniência das revistas íntimas, como foi tratado anteriormente, são elementos que enfraqueceram o relacionamento, sinalizando para sua finitude. Pedidos que não são realizados e cartas que não possuíam mais respostas se configuram como o imperativo de Roland Barthes (2007, p. 48): “[...] como o desejo, a carta de amor espera sua resposta, ela impõe implicitamente ao outro de responder, sem que a imagem dele se altera”.

Assim é o outro lado do amor, que na prisão, é o amor que se espera com intensa saudade, com desalento, porque os muros da prisão afastam, separam, segregam até corações apaixonados, como se a espera se tornasse vã. Para o amor, estas emoções levantam-se como uma armadilha para atentar contra as labaredas da paixão e do desejo, de um desejo que não é vivido a dois, navega em mão única, perdendo-se na desesperança, embalado por soluços das noites frias ou quentes das celas da prisão.

A partir de então, reviravolta: já que o outro sofre sem mim, por que sofrer no lugar dele? Sua infelicidade o leva para longe de mim, se eu ficar correndo atrás dele só vou perder o fôlego, sem nunca poder alcançá-lo, coincidir com ele. Afasto-me então um pouco, façamos o aprendizado de certa distância (BARTHES, 2007, p. 49).

Essa revira volta se deu na vida de Tulipa após a prisão do companheiro. Nessa velocidade dos acontecimentos, nos desencontros, a vida parecia mais como uma gangorra frenética, em que as emoções viviam em constante altos e baixos. Tulipa sinaliza na narrativa abaixo a sua insatisfação:

[...] minha vida virou de cabeça pra baixo desde o dia da prisão dele, como a gente ia viver junto, se ele agora tava preso e eu nem fazia ideia do dia que ele ia se soltar e se ia se soltar, a vida era sofrimento para ele e para mim, mais eu não sei porque quanto tempo eu ia aguentar, como não aguentei. Você já pensou um home ciumento daquele jeito, não tinha condição da gente continuar.

Há um sofrimento compartilhado como fala a entrevistada, mas um sofrimento vivido pelos dois, e que não havia como deixar de sentir, já que ambos estavam separados pela prisão. Em seguida, Tulipa relatou o que a deixava naquele estado de sofrimento: “[...] olhe, eu já disse a ele que o que eu queria era ser feliz, e podia ser com ele na cadeia mesmo [...] mas como, né? Para mim era felicidade e para ele nunca podia ser”. Por que a felicidade não poderia ser compartilhada entre os dois? Trago a reflexão a respeito da felicidade, de Stuart Walton (2007, p. 379):

De todas as nossas emoções, a felicidade é talvez a mais estranha, sujeita a uma gama muito maior de estímulos do que aqueles que convencionalmente associamos com os sentimentos negativos, mas é também a mais frágil. É a única emoção que não adquire um senso próprio em seu esvaecimento [...] quando a felicidade diminui, só podemos nos voltar para mais essa espera vã [...] O que deve nos ajudar a continuar é a ideia de que, apesar de o desejo pela felicidade parecer irreal, permanece sua expectativa [...] Um dia melhor virá, ou poderá vir, enquanto no interim os destroços passam).

A busca pela felicidade deixou para trás o amor de Tulipa, numa cela solitária na cadeia de Araruna. Ele, um pássaro engaiolado. Ela, andorinha solta que vai em busca do sonho da felicidade num mundo onde é possível sonhar. Tulipa desejava para si o que, segundo Stuart Walton (2007, p. 380), pode ser “[...] um mundo cintilante de alegria é um mundo que facilmente pode existir sem medo sem raiva, desgosto ou ciúme, e um mundo que pode existir sem isso é um mundo em que vale a pena viver”.

Esse mundo era sonhado por Tulipa, mas os caminhos percorridos por ela e seu companheiro seguiram rumos diferentes. Como um barco em tempestade, sustentar-se naquele relacionamento fugia às suas condições de resistência e o amor naufragou, ficando tão somente as lembranças do que foi vivido.

O tempo para o amor vivido pelas mulheres desse estudo é um tempo do presente e, por isso, assim como Penélope, a vida é espera, é tecer de fios de dia e que se desfaz nas noites seguintes. O amor é a eterna espera, ao menos para os separados pelo cárcere!

Capítulo III

As relações de poder no espaço prisional: resistência e prática indisciplinar das mulheres

“[...] eu não gostava de ser vigiada. E nem podia nem estar em todos os cantos, porque o povo comentava ‘isso é a mulher do homem, é mulher de vagabundo’; era complicado. Aí eu botei aquilo ali na cabeça, que aquilo tava fazendo mal pra mim, e pra isso eu tive que arrumar um novo amor, e eu arrumei no caminho do presídio”.

(Tulipa, 2016)

31. “Mulher de bandido?”: metáforas da resistência

[...] qualquer poder que possam ter estas reflexões pode ter sido conquistado por meio de uma recusa politicamente interessada em levar ao extremo as pressuposições fundamentais de meus desejos, até onde estejam no meu alcance.

(SPIVAK, 2010, p. 19).

Da epígrafe acima, retirada de um escrito de Gayatri Spivak (2010, p. 19), faço a trilogia de poder, desejo e interesse para a escrita desse texto. Ao que me parece, ao longo dessa pesquisa, as relações de poder estão presentes em toda sua extensão, como aponta Guacira Lopes Louro (2008, p. 37):

Deve-se supor que o poder é exercido pelos sujeitos e que tem efeitos sobre suas ações. Torna-se central pensar no exercício do poder, exercício que se constitui por “manobras”, “técnicas”, disposições, as quais são por sua vez, revestidas e contestadas, respondidas, aceitas ou transformadas.

O desejo de dialogar com a problemática que se refere ao poder que circula nas relações do espaço carcerário tem sido o grande interesse que motivou essa pesquisa. Tenho encontrado nos estudos foucaultianos a compreensão de que o poder está presente em todas as relações. Conforme Michel Foucault (1988, p. 91): “[...] lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor por si mesmo), este nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. Ainda a respeito de relações de poder, na perspectiva de que onde há poder, há resistência, as estratégias de resistência das mulheres dos apenados estão presentes nas múltiplas relações vivenciadas no mundo carcerário, daí a importância de focá-las, destacando sua importância sem, no entanto, perder de vista os gestos, as saídas, analisando os desdobramentos infinitos e como são articulados. Nesse sentido, é possível vislumbrar que o poder não está concentrado numa única pessoa ou num grupo.

O poder não é dado a uns ou a outros. Procurei estabelecer confluência com Giles Deleuze (2002, p. 271) ao perceber que “[...] ninguém é seu titular, onde há poder, ele se exerce, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro, não se sabe ao certo quem o detém, mas se sabe quem não o possui”. Partindo dessa premissa, privilegio essa análise pontuando quatro relações de poder dentro do universo prisional, por se apresentarem em constante conflito e num embate de forças, entretanto, é importante ressaltar que outras relações de poder, embora mais sutis, também estão presentes no espaço prisional.

São esses eixos de poder que configuram as relações das mulheres dos apenados no espaço prisional: o *poder institucional*; o *poder do fundo da cadeia*¹⁴; o *poder do homem sobre a mulher* e o *poder da mulher*. Entretanto, esses poderes não agem isoladamente ou obedecem a uma hierarquia. Por isso, me debruço sobre essa relação, em que a mulher do apenado, no território carcerário, é protagonista dessas relações e a apropriação poderá operar num campo de múltiplas possibilidades de resistência, como disserta Michel Foucault (1979, p. 248):

Tomar as formas de resistência aos diferentes tipos de poder como ponto de partida ou ainda utilizar essa resistência como um catalizador que permita colocar em evidencia as relações de poder de onde elas se inscrevem, de descobrir os seus pontos de aplicação e os métodos que eles utilizam.

As mulheres entrevistadas, em sua maioria, relatam que as ações de controle de poder da Instituição Prisional sobre seu corpo, circulam por todos os espaços que elas transitam, dentro e fora do espaço carcerário. Façamos a leitura do depoimento de Tulipa:

[...] quando eu chegava da visita, tinha polícia me olhando, gostava de revistar a moto, perguntava se a bolsa tinha revolver e se eu tava levando alguma coisa [...] eu dizia fique à vontade [...] eu não gostava era disso, porque eu era vigiada e não podia estar em todos os cantos, porque o povo comentava: isso é a mulher do homem, é mulher de vagabundo, era complicado.

Essa constante exposição ao desconforto de uma vigilância devotada, segundo a interlocutora, influenciou para o desgaste da relação com seu companheiro: “[...] só que depois eu vi que cansei, aí eu pensei, não vai dar certo para mim [...] aí depois que ele foi preso, eu só passei seis meses com ele, aí eu deixei ele, porque arrumei outro parceiro, aí de lá pra cá a gente não teve mais contato”. Tulipa fala desse relacionamento, diz de sua tristeza, do que viveu durante o tempo que manteve o relacionamento com um apenado. Segundo a interlocutora, não havia o que esperar de quem vivia no mundo do crime. A vida era de incertezas e de espera. Desse modo, ela finalizou dizendo que ele foi morto, mas caso estivesse vivo também não permaneceria com ele: “[...] quando eu chegava e comentava com minha família, aí é que tinha preconceito, eles diziam ‘menina tu é louca, sai fora desse homem, não tem o que dar, estás perdendo seu tempo’. Aí com aquilo dali fui abrindo o olho [...], mas eu tenho certeza que mesmo se ele tivesse vivo hoje, eu não estava com ele”. É

¹⁴ “Fundo da Cadeia” são formas de controle sutis camuflados pelos grupos de poder informal que fazem parte de uma rede de micro poderes prisionais (GUINDANI, 2001 apud GROSSI, 2012, p.180).

possível vislumbrar que há ações indisciplinadas da mulher com relação à família, sociedade, quando esta se relaciona com um homem apenado, como evidencia Rosa: “[...] se eu abandonar ele hoje, que tipo de pessoa sou eu? Não abandonei ele até hoje, porque tô esperando mudança nele”.

A decisão de ficar com o companheiro esperando que ele mudasse tinha um caráter de decisão unilateral, a mulher conduz a relação e tem o controle de permanecer ou não. Nessa relação, pode-se vislumbrar que ela goza de certa liberdade e por isso não se submeteu ao controle do companheiro. Nesse sentido, o poder da mulher opera como um catalizador de resistência. Contudo, esse gozo de liberdade é constantemente ameaçado pelo poder paralelo que determina as normas e procedimentos no espaço prisional, o *Poder do Fundo da Cadeia*, uma tipologia de poder que vai além dos muros da cadeia, fazendo valer sua lei. Em alguns casos, ex-presidiários são mortos a mando das organizações criminosas e as mulheres de apenados são obrigadas a conduzirem objetos proibidos ou não, a pedido desses apenados.

Esse tipo de investida à mulher do apenado evidencia uma forma coercitiva de poder e incide numa forma de violência. Para Ângela Davis e Gina Dent (2003, p. 27) “[...] a estrutura de gênero em prisões masculinas equipara a violência com a masculinidade. Esta violência não só é esperada, como também produz relações envolvendo os prisioneiros entre si, bem como, entre estes e os guardas”. A autora se refere a um estudo realizado na Prisão Estadual de Calipatria, na Califórnia, e em outros presídios dos Estados Unidos. Entretanto, essa também é uma realidade nas instituições prisionais do Brasil e a cadeia de Araruna não fogia desta regra.

A mulher do apenado transitava nesse espaço e estava sujeita a subjetivação de uma conduta passível de criminalidade. A suspeita recaía sobre a mulher, porque é ela quem intermedia e carrega, de certa forma, um estigma - de ser associada à prática criminosa, por manter relações com um possível criminoso. Não havia por parte dos agentes penitenciários um saber a respeito do comportamento transgressor da mulher, nesse sentido, a prática de vigilância é aplicada, sem, no entanto, ter uma base concreta que justificasse a eficácia ou necessidade de tal aplicação. Por outro lado, essa não era a única forma de controle no espaço carcerário. No universo prisional as relações de poder eram múltiplas e de competências distintas, e, portanto, havia constante embate de forças. O poder paralelo também impunha suas exigências e a mulher se submetia a esse poder de mando por temer represálias ao companheiro que se encontrava encarcerado. Assim descreveu Violeta:

[...] porque geralmente quando a gente vai para lá, eles ficam pedindo coisas ao marido da gente, e a gente tem que levar dinheiro, cigarro [...] eles pedem e a gente tem que levar pra dar a eles. Quando um preso diz assim que quer uma coisa daqui você tem que levar [...] se não quem vai pagar é seu marido.

A fala de Violeta é enfática quando se refere a um poder que circula no presídio e que não deixa de incidir sobre ela e, por isso, ela desperta a visibilidade e controle do poder da instituição, que articula a vida da mulher ao companheiro e uma possível cumplicidade ao crime. Os encontros entre eles são momentos de trocas, idas e vindas do mundo extra muro. E a vida da mulher não deixava de ser uma experiência ligada a esses poderes. Nesse sentido, me remeto a Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2004, p. 92):

A experiência não é dado concreto, coisa, a experiência e relação fugidia entre ação, fala, engrenagem e poder. Ela está documentada em cada cicatriz que marca nossos corpos, em cada sinal, em cada tatuagem, em cada escarificação, em cada dor que se alojou em nossas peles ou em nossas entranhas.

A experiência pode ser comparada ao que o autor se refere e marcou a vida dessa mulher. A emoção, na fala de Violeta, torna isso perceptível:

[...] terrível [...] eu nunca gozei lá dentro e depois que ele sai fiquei com aquele medo, não confiava mais nele, e eu tinha medo de tudo depois que ele chegou em casa. Eu fiquei com medo e vergonha. Se não fosse isso hoje eu ainda continuaria com ele.

A fala de Violeta, como de outras entrevistadas nesta pesquisa, demonstra uma ruptura com o relacionamento depois que o marido saiu da prisão. Mesmo enfrentando o medo, porque o homem que vai para prisão, mesmo após sua saída, é outro sujeito, um sujeito recriado pelo sistema. Como aduz Michel Foucault (2014, p. 248), o correlativo da justiça penal é o próprio infrator, mas o aparelho penitenciário, é outra pessoa, é o delinquente, unidade biográfica, núcleo de periculosidade, representa um tipo de anomalia. A prisão produziu um personagem a mais que se meteu entre aquele que a lei condena e aquela que executa essa lei.

Na narrativa de Violeta, esse “outro”, viver com um apenado, era terrível, pois “[...] a mulher que aceitava isso vai viver a vida dela toda de sofrimento, para ela, para os filhos, para família”. E desfazer-se da relação tinha um caráter de insubordinação, de romper com o casamento, mesmo tendo que enfrentar esse sujeito do crime e com todos os riscos possíveis. Tulipa reforçou a fala de Violeta:

[...] no começo eu tinha esperança, depois eu fui me desenganando. Eu achava que ele não ia sair, porque foi feito as audiências e foi ficando difícil. Aí eu abri o olho dele e dizia pra ele que tinha certeza que ele não ia sair fácil...Mas eu mesma arrumei um novo companheiro, aí o novo companheiro passou a me dá conselho para eu terminar. Como comecei a gostar do outro, aí acabei deixando, só que doeu muito, mas tive que deixar.

Quando analiso a fala dessas mulheres percebo o conflito delas em viver uma relação com um apenado. Não há aceitação, ao contrário, há um embate de conflitos que são travados consigo e o enfrentamento de indecisões de aceitar a condição de mulher de apenado ou terminar o relacionamento, em alguns casos, à custa de sofrimento. No caso de Tulipa, a separação era a única saída para um relacionamento prazeroso, mas o que havia de se esperar de um homem do crime? Seguiu relatando que: “[...] comigo ele nunca foi violento, eu só morei com ele um ano e três meses. Uma pessoa boa assim porque não judiava, era carinhoso, mas somente. Ele não era um homem para trabalhar”.

Há nessa fala uma cobrança da mulher que vai além de sentimentos. Não bastava para ela apenas o gostar, esse homem precisava ter um trabalho. Estudar essas relações articulando como relações de poder vai ao encontro da fala de Heleieth Saffioti (2011, p.18):

A identidade social da mulher, assim como a do homem é construída através de contribuições de distintos papéis, que a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode apenas a mulher, da forma como escolhe os terrenos que pode atuar.

Romper com um relacionamento quando a condição do homem é inferior à da mulher, considerando o estar livre e o estar preso, desconstrói o lugar que historicamente a mulher ocupou.

Quando ocupa a posição de marido, companheiro, namorado, cabe-lhe segundo a ideologia dominante, a função de caçador. Deve perseguir o objeto de seu desejo, da mesma forma que o caçador persegue o animal que deseja amar. Para o poderoso macho importa em primeiro lugar o seu desejo, comporta-se, pois como sujeito desejante em busca de sua presa. Esta é o objeto de seu desejo. Para o macho importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto (SAFFIOTI, 2001, p.18).

É possível vislumbrar na fala de Violeta a sujeição que era imposta por seu companheiro: “[...] fazia por fazer. E geralmente eu ia porque as pessoas pediam pra mim ir porque vontade mesmo eu nunca tive de ir. Eu já sabia que era pra aquilo. Então eu não desejaria isso pra nenhuma mulher porque é terrível”.

A visita íntima no espaço prisional para Violeta obedecia a dois critérios: um pela cobrança das pessoas para que ela fosse até o seu companheiro, outro, para satisfazê-lo. “[...] o homem gozava, com eles sempre acontece, mas eu nunca gozei”. Quando ela fala que ele gozava, enquanto ela não, evidencia uma relação de poder desigual, e esse exercício de poder do homem sobre a mulher, é um exercício de um poder e de um efeito de posição diferenciada dos sujeitos. Como pontua Michel Foucault (2003, p. 232):

As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante a possibilidade de uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência.

As práticas de resistências das mulheres dessa pesquisa se dão de diferentes formas, a exemplo da narrativa de Tulipa:

[...] eu não gostava de ser vigiada. E nem podia nem estar em todos os cantos, porque o povo comentava “isso é a mulher do homem, é mulher de vagabundo”, era complicado. Aí eu botei aquilo ali na cabeça, que aquilo tava fazendo mal pra mim, e pra isso eu tive que arrumar um novo amor, e eu arrumei no caminho do presídio. Tulipa! Rompe a relação com o seu companheiro.

A resistência ao domínio da relação se dá numa travessia entre caminhos, entre a ida para o presídio. Ela conhece um novo amor e esse novo amor quebra as amarras que a ligava ao seu companheiro apenado, mesmo que isso tenha lhe causado descontentamento: “[...] acabei deixando, só que doeu muito, mas tive que deixar”.

Essas lutas de enfrentamento das mulheres de apenados são constantes e apresentam campos de possibilidades para resistências. Na narrativa abaixo é possível vislumbrar os diversos caminhos que Margarida percorreu:

[...] é verdade. Aí eu não me interessei mais por ninguém não. Não quis mais ninguém não, de jeito nenhum. Por mim eu não procuro, não quero me relacionar com ninguém mais. Foi o meu primeiro namorado, hoje tô com 43 anos, quando casei com ele tinha 15 e ele 16 [...] Ele foi condenado há trinta anos de prisão, mas só passou sete, ele entrou com 22 anos e faleceu com 29, mataram ele lá dentro. A cada dia vou vencendo as coisas da vida [...] Meu marido é Jesus Cristo e pronto.

Margarida se fechou para o mundo. Afirmou que nunca mais se interessou por ninguém e preferiu viver com sua crença, fechada num mundo de pertencimento, de identificação. Disse que tornou-se evangélica, ainda quando o marido estava preso e numa

tentativa de fuga foi ferido: “[...] eu falei pra Deus assim: se ele curasse meu marido, eu nunca mais saía do evangelho, nunca mais deixaria a palavra de Jesus, ia servir a ele até o fim de minha vida. Aí ele fez assim como pedi, ele me atendeu, e eu só em pensamento, aí do mesmo jeito aconteceu [...] o Senhor curou ele e ele ficou bom”.

A narrativa dessa mulher expressava emoção, ela falava, gesticulava mostrava um jardim bem cuidado que fazia contraste com a sua residência, uma casa de aspecto triste, paredes cinzentas, um cheiro forte de mofo, moveis bastante usados, um cachorro que latia o tempo todo, criava um cenário de melancolia, interrompido pela fala, que trazia as lembranças daquela mulher que misturava suas lembranças com sua crença e a desesperança. Ainda conforme Margarida, “[...] a gente sabia que ele não ia sair, não. Porque já tinham avisado ao pai dele. Que eles iam fazer por onde pra que ele não saísse de lá. E se ele conseguisse sair, de todo jeito eles matavam ele”.

Para Margarida, havia um poder que decidia sobre a vida e a morte. Ela buscou nesse poder uma forma de resistência para a vida:

[...] Deus já vinha falando que ia guardar ele. Porque ele não ia obedecer. Ele aceitou Jesus lá, fazia dois anos que ele era evangélico, só que Deus falou que ia guardar porque sabia que ele não ia obedecer a palavra dele, aí a gente tava certa que Deus ia guardar ele [...] Guardar é que ele ia morrer. A gente sabia. Aí por isso que a gente assim. Foi culpa do fulano, foi culpa de cicrano, foi não! Isso tudo foi permissão de Deus.

A narrativa incide para um campo de saber voltado para a crença, para uma fé que tem alimentado essa mulher. A sua fala é voltada para essa crença em uma divindade que decidiu sobre o destino de seu companheiro e que ela aceita com resignação:

[...] ele era evangélico. Só que Deus vê além da gente né? Aí sabia que ele não ia permanecer. Igual tem muitos que aceitam e saí né? Porque é pesado. Não é fácil você servir a Deus não. De todo jeito é fácil, mas servir a Deus de verdade não é fácil não, porque você tem que suportar muita coisa.

É possível vislumbrar na fala de Margarida que ela diz de uma verdade, de um conhecimento suposto advindo de uma relação com um Deus que ela goza de uma intimidade e sabe o que irá acontecer com seu marido. Nesse sentido, fomentado por uma verdade. Para Michel Foucault (2006, p. 233):

Entendo por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde procedimento pelos

quais se pode chegar a enunciar as verdades [...] os efeitos de verdade ligados ao sistema de informações.

Para Margarida essas verdades são anunciadas pelos discursos religiosos, pelas leituras e interpretações que ela fez de informações que recebera nas doutrinações de sua religião e, portanto, para ela são essas verdades que a fazem compreender o processo que passou seu marido, durante o tempo em que esteve preso. A narrativa de Margarida é cheia de interrupções e a sua fala dá ênfase, quando se refere ao espaço prisional, como um lugar de tentativas constantes de quebra da disciplina, que seja nas tentativas de fugas, de mortes: “[...] às vezes eu chegava lá e ele diziam [...] mataram um agora. Deram cinquenta facadas. Eles conseguem tudo lá dentro”. Entretanto, como afirma essa mulher, embora nem sempre seja a mulher que conduz armas para dentro do presídio, em alguns casos, são as mulheres que levam a pedido dos maridos:

[...] algumas mulheres são da pesada mesmo, gosta de levar drogas, essas coisas, que eu já vi muitas lá sendo presas, senhoras de idade, senhorinhas que você não dá nada por elas, os filhos mandam elas levar, aí elas levam. Se eles pedem, você leva. Meu marido mesmo tomava remédio controlado e o medicamento ficava com o agente penitenciário, porque senão os presos tomavam dele para tomar, porque é desses remédios fortes, Gardenal, Rivotril.

Essa subordinação da mulher ao pedido do homem apenas nem sempre é espontânea, é resultado desses conflitos de poderes no espaço prisional, como já foi mencionado anteriormente.

Nesse sentido, a mulher sofria dessa violência mascarada, que imputa medo e corrobora para a submissão da mulher a esse poder invisível, mas que se faz presente nas ações de mando, que seja do companheiro, ou cumprindo determinações de outros apenados. Segundo Tulipa, “[...] ele dizia que era para eu ficar com ele, porque homem sem mulher os outros presos não respeitava e se precisasse de alguma coisa daqui de fora não tinha a quem pedir”. Como pontua Fernanda Bassani (2011, p. 270):

Na subcultura prisional, o fato de possuir uma companheira, uma namorada, ou simplesmente uma visita íntima amplia o status do homem, que tem sua imagem fortalecida pela capacidade de “conquista”, e ou “manter” uma visita, isto é, uma parceira.

Essas relações de poder são jogos estratégicos de sobrevivência no mundo prisional, como pontua Michel Foucault (2004, p. 285):

[...] o poder são jogos estratégicos. Sabe-se muito bem que o poder não é o mal, considerem por exemplo, as relações sexuais ou amorosas: exerce o poder sobre o outro em uma espécie de jogo estratégico aberto, em que as coisas poderão se inverter, não é o mal, isso faz parte do amor, da paixão, do prazer sexual.

Assim, também, em certos momentos a mulher exercia esse poder na relação com o apenado, considerando que ela gozava da liberdade de transitar entre muros, enquanto o companheiro estava preso.

Nesse sentido, o poder do homem era fortalecido pela presença da mulher, pela assiduidade dos encontros amorosos. Entretanto, esse poder da mulher sofria influência do poder do mundo prisional: “[...] o homem que não recebe visita é considerado fraco, e que foi abandonado, as mulheres dos outros presos também falam mal da mulher que não visita seu marido”, afirmou Tulipa. A visita ao mundo carcerário se tornou uma obrigação, uma satisfação que a mulher precisa dar às regras do sistema de poder paralelo, existente no espaço carcerário. Se relacionar com um apenado incide em produzir vínculos com as diversas relações de poder, como já foi anteriormente citado. Na fala de Tulipa é possível perceber como essas relações de poder estão presentes: “[...] a gente entra para visitar o marido e os outros presos não olham pra gente, tem o maior respeito”.

Como descreve Fernanda Bassani (2004, p. 269):

Uma das regras mais fortes entre os criminosos é o respeito com a família dos colegas. Nessas oportunidades, o sinal de respeito requerido entre os apenados é claro: baixar a cabeça ou virar de costas para a parede até quando a mulher ou a namorada de um preso passar.

Esses mecanismos adotados como regras do poder paralelo são postos com o intuito de manter o poder entre eles. Contudo, por tratar-se de uma Unidade prisional pequena, a presença do poder paralelo é insignificante comparando aos grandes presídios, como destaca Yuri Dutra (2008, p. 99):

Em pesquisa realizada por Richard Sparks, sobre uma penitenciária de Segurança Máxima na Escócia, verificou-se que uma das características das prisões é que o isolamento cria solidariedade quando os grupos de prisioneiros são pequenos e quando é grande cria ciúmes, facções e dominações por bandos.

É possível vislumbrar na fala de Lavanda que na unidade prisional de Araruna a relação de solidariedade se dá entre presos e suas companheiras com as outras mulheres: “[...] a gente sabe que tudo é muito difícil, fica com vergonha, mais sabe que as outras mulheres

também tão na mesma situação da gente, uma dar força para outra”. Nesse contexto, destaco a assertiva de Yuri Dutra (2008, p. 90):

A rede de solidariedade criada pelas mulheres também desempenha o papel psicológico da família, pois mulheres que possuem familiares reclusos demonstram entre si companheirismo, por vivenciarem as mesmas situações dentro da prisão e sentirem o preconceito e a estimacão sofrida pela sociedade em geral.

As mulheres dessa pesquisa também relatam as dificuldades que passavam na comunidade onde viviam, a hostilização por parte da vizinhança após a prisão dos companheiros. Vejamos a fala de Jasmim:

[...] muito difícil, os vizinhos ficam perguntando, vem na casa da gente saber do marido da gente, mais a gente sabe que é só curiosidade e de sair falando por aí. Sei que quem sabe do que tô passando é uma amiga minha que om marido está preso também.

Essa rede de solidariedade se estende nos dias de visitas, quando se encontram nas imediações da Cadeia, relata Lavanda:

[...] eu saio logo cedo de casa, vou de ônibus ou de carona, as vez não tenho dinheiro para o transporte, e sempre tenho que levar uma comidinha diferente. No dia que encontro uma mulher, que vai visitar o marido e vai de moto, ela me dá carona, mas nem quero que ela me deixe em casa, para os vizinhos não falar.

É possível vislumbrar esses gestos de solidariedade entre as mulheres de apenados, entretanto, não há solidariedade com a vizinhança. O enunciado dessas mulheres retrata o preconceito que é atribuído à mulher que tem o companheiro na prisão. Conforme Jasmim:

[...] a gente anda se escondendo de todo mundo. Mesmo assim a gente ver que tão olhando, cochichando, sei lá pra que, penso logo que é para entregar a pessoa pra polícia. Não sei porque o povo pensa que toda mulher que tem marido preso é mulher de bandido. Já perdi até amigas depois que meu marido está preso.

Esse olhar que procura vestígios de algo que denuncie o comportamento da mulher, vai mais além de uma possibilidade de encontrar algo que seja comparado a uma conduta ilícita, como pontua Fernanda Bruno (2013, p. 78):

O olhar do outro assume aqui uma forma superegoica, um olhar que encara a lei, do qual ninguém se furta plenamente, posto que, segundo o diagrama moderno, não há indivíduo e subjetividade que se construam fora desse olhar. Mas, ao mesmo tempo, é preciso lembrar, exatamente por tudo isso que ele

encara e representa, que o olho superegoico é também algo com o qual se entra em conflito.

O enfrentamento a esse olhar de vigilância que incide sobre o corpo da mulher, sobre a sua vida, de um lado, objetiva o controle, mas, por outro, possibilita a resistência. A fala de Jasmim reafirma essa acepção: “[...] tadinhos, quanto mais eles me vigia, mais eu disfarço”. É possível vislumbrar um ato de resistência e de insubordinação da mulher, quando ela diz que “disfarço”. Desfazer, nesse sentido, é desconstruir o lugar dado como certo para ela, o lugar de “mulher de bandido”.

3.2 A invenção e reinvenção da vida: A (des)obediência da mulher

Viver um relacionamento amoroso duradouro nos dias atuais parece ser um grande desafio, uma maratona, em que não se tem fôlego de chegar a ser finalista, muitos tentam, mas são poucos o que obtém êxito.

E quando esse relacionamento é entre apenados, as chances são menores ainda, conforme foi narrado por mulheres nesta pesquisa. Assim nos esclarece Zygmunt Bauman (2004, p. 24):

Amar significa estar a serviço, colocar-se à disposição, aguardar a ordem. Mas também pode significar expropriar e assumir a responsabilidade. Domínio mediante renúncia, sacrifício resultando em exaltação. O amor é irmão xifópagos da sede de poder-nenhum dos dois sobreviveria à separação.

A fala de Margarida corrobora com o pensamento do autor:

[...] a minha vida sempre foi de renúncia e sacrifício, eu nunca vivi para mim, vivia para ele, porque eu sempre amei demais, foi meu primeiro e único amor. Eu nunca ia me separar dele, mais a prisão, foi uma ida sem volta, mais por mim eu nunca ia me separar, porque quem ama não deixa de jeito nenhum.

A separação não foi uma decisão dessa mulher, o poder de punir, que incidiu sobre a vida, a vida dos dois. Esse poder de punir, que também é o poder sobre as vidas, como pontua Guilherme Branco (2015, p. 100):

A cumplicidade da medicina com o direito, que se reflete diretamente nas instituições psiquiátricas, nas prisões, nas famílias, escolas, etc., é fato constitutivo da era de governamentalidade e da gestão biopolítica das populações. E isso merece um olhar advertido, alerta, e quando necessário, denuncia.

Margarida continuou a crítica à instituição, ao poder prisional:

[...] eles sabiam que ele era doente, tomava remédio controlado, não podia ficar ali junto com os outros presos, eles sabiam, eu sei, pedi até ajuda a um deputado, mas ninguém fez nada [...] mataram ele ali na cadeia e nada também foi feito [...] eu, quem sou eu? Não pude e nem posso fazer nada [...] Mais eu sei que mataram ele.

Há explicitamente nessa fala, o vislumbrar do embate de forças entre poderes distintos, a mulher enfatiza que o poder institucional sabia que o marido dela era um apenado diferente dos outros, e como já foi citado anteriormente, indivíduos que são inimputáveis não são condenados, cumprem medidas de segurança em instituição penal diferenciada. Entretanto, o companheiro de Margarida não gozou dessa prerrogativa. Sobre esse choque de poderes, Margarida admitiu que sua força se sucumbia diante de outras forças. Como fruto dessa disputa de poder, a interlocutora foi enfática ao afirmar que sabe e que tem “[...] certeza que ele [seu marido] foi assassinado na Cadeia”. Nesse sentido, é possível perceber que nesse jogo de forças, mesmo resistindo, em determinados momentos há perdas, e para essa mulher que teve seu marido morto na cadeia, não restou mais nada a fazer, a não ser, como ela afirma: “[...] eu sei que mataram ele!”.

3.3 Poderosa? Bandida?: Rosa que desabrocha e perfuma o jardim da existência

Dentre as mulheres desse estudo, Rosa narrou sua história de vida com uma força criadora, que se renovou: “Sei que me dei mal, me envolvendo com ele, mais eu estava era buscando a felicidade, sou lá mulher de não ser feliz”. Falar a respeito de Rosa é trazer à baila as lembranças de uma mulher deslumbrante, com um rosto muito bonito e expressivo, e que segundo Stuart Walton (2007, p. 379):

De todas as nossas emoções, a felicidade é talvez a mais estranha [...] é também a mais frágil. Quando a felicidade diminui, só podemos nos voltar para mais essa espera vã. Sua partida com frequência parece zombar das circunstâncias que a produziram e ela tem pelo menos isto em comum com as emoções negativas - seu desaparecimento faz com que sua causa pareça irreal.

Esse desejo de felicidade fez da vida de Rosa uma aventureira, uma viajante aventureira, solitária, exilada, sem destino. Cada partida de um amante era a despedida da felicidade e a chegada do sofrimento:

[...] eu estava sofrida com o fim do meu último relacionamento, quando conheci um rapaz muito bonito, mais novo do que eu uns dez anos, no começo fiquei indecisa, porque achei que ele não ia me querer, mais não foi o que ele me disse: quero você, para ficar comigo, para morar junto, tô apaixonado - minha filha fique doida, não porque eu tava amando, mas porque tinha conquistado, eita danado vou é ser feliz, porque é isso que me importa.

Para essa mulher, a felicidade e a conquista eram sintomas de vitória, ostentava como um troféu. A respeito do poder da felicidade para quem espera, destaca Stuart Walton (2007, p. 380):

Ele recompensa aquele que guardou com a notícia de que a espera não foi em vão e exerce sua própria vitória triunfante sobre as outras emoções. Um mundo cintilante de alegria é um mundo que facilmente pode existir sem medo, sem raiva, desgosto ou ciúme, e um mundo que pode existir sem isso é um mundo em que vale a pena viver.

Contudo, a felicidade que veio com o companheiro de Rosa, logo se esvaiu e em seu lugar ficou a melancolia junto às lembranças do tempo de felicidade que viveu, antes da prisão. Nesse sentido, a interlocutora revelou:

[...] eu era feliz com ele, e muito a gente saía para beber, se divertir, o sexo era maravilhoso, acho que o que mais eu gostava era das aventuras, quantas vezes a gente ia namorar nas noites de lua, nos lajeiros, no mato, era um fogo tão grande que eu pensava que ia queimar tudo, tu sabe como é, paixão doida... Ele tinha um jeito de fazer amor muito parecido com um ex meu que gostei muito, eu escutava aquele barulho, aquele negócio, isso me fazia apegar mais a ele.

Rosa descreveu o que sentia pelo companheiro com emoção, deixava se levar por suas lembranças e retomou a fala:

[...] mas tudo acabou no dia que ele foi preso, parecia um pesadelo e eu custava a acreditar, como preso? Ele era um rapaz trabalhador, viajava para trabalhar fora e me mandava dinheiro, sempre tão bom para mim, mais agora foi preso, no começo senti muita raiva por ele ter me enganado, mas hoje só sinto desgosto, eu acho que ele não me enganou, mais eu que me enganei com ele.

A fala da interlocutora a respeito da raiva que passou a sentir do companheiro, por acreditar que foi enganada, vai de encontro ao pensamento de Stuart Walton (2007, p.139), que atribuiu o sentimento de desgosto advindo de outra motivação:

O que complica o desgosto como uma reação moral é que ele é quase sempre impelido pela raiva. Às vezes essa raiva se origina de uma sensação dolorosa de nossa impotência diante da provocação, e às vezes a própria raiva se

transforma em desgosto conosco mesmos por continuarmos a tolerar o que quer que tenha nos enraivecido, em vezes de procurarmos uma forma de corrigir.

A luta de Rosa em aceitar a sua condição de mulher de apenado foi evidenciada em toda sua fala, como algo que fugia ao seu controle: “[...] eu tenho muita raiva dele por ter me jogado num mundo desse, mais também não posso deixar ele sozinho. Não sei o que fazer, vivo angustiada e não sei até quando vou resistir”. Nesse sentido, é possível vislumbrar que a partir da prisão de seu companheiro, sua vida passou a ter outro significado, pela exigência dos elementos que passaram a fazer parte do seu mundo:

[...] eu passei a viver um mundo novo, o mundo que eu não sabia como era, minha vida era de uma dona de casa, só trabalhei uns dias fora de casa, mais a maior parte do tempo foi de cuidar da minha casa e da minha mãe, da minha família, agora me vejo num mundo, de presos, policia, justiça, advogado, as vezes fico sem saber o que fazer, misturo tudo e me perco.

Tais relações de convivência com diversos atores não deixam de ser relações de poderes. O que é novo é a entrada desses sujeitos no cotidiano de Rosa, em que, de acordo com Michel Foucault (1994, p. 374):

Aquilo ao qual estou atento é o fato de que toda relação humana é, num certo sentido, uma relação de poder. Nós nos movimentamos num mundo de relações estratégias perpetuas. Nenhuma relação de poder é má nela mesma, mas é um fato que comporta perigos sempre.

As mudanças na vida de Rosa com a prisão do companheiro trouxeram novos desafios que foram encarados por ela. Eram novas descobertas que passaram a ser encaradas como lições de aprendizagem:

[...] eu, nunca desconfiei que um rapaz de família decente como ele era envolvido com coisas de crime, quando ele viajou para o Sul ainda era quase um garoto, depois chegou com dinheiro, e parecia esbanjar, comprou carro e vivia de farras, sei não, mais era para eu ter suspeitado que tinha alguma coisa errada. Mas você sabe né, a gente nunca conhece ninguém e eu doida que botei para morar comigo, mas ficou a lição, vivendo é que se aprende, eu que sempre vivi como queria e agora tô presa e presa a um homem preso.

Nessa narrativa, é possível vislumbrar a reflexão a respeito das escolhas que Rosa fez. Ela enfatizou que era dona de si, de suas decisões e presa por sua liberdade, entretanto, a liberdade não é uma conquista ou um estado permanente de estar no mundo, como pontua Guilherme Branco (2015 p. 113):

A liberdade é uma força de extrema plasticidade, que pode se manifestar abertamente, mas que também pode adormecer, entrar em desuso, converter-se a tal ponto que vira uma força a serviço da dominação do poder. A força da liberdade sempre pode emergir e tornar autônomo quem antes foi menor e assujeitado, criando uma livre relação do indivíduo consigo mesmo com os demais, e marcando a ascendência e superioridade dos indivíduos que carregam em si mesmos a exuberância da vida.

A relação estabelecida entre Rosa e seu companheiro tiveram ações de fugas e estratégias de saídas do estado de aprisionamento da relação e do espaço da prisão:

[..] minha filha, eu aqui fora dou meus pulos, saio, vou a festas, churrasco, até namorei um cara, mas o bicho é casado e não faz questão de mostrar que tá comigo, é político, e de uma igreja evangélica, é o tipo que gosto safado, mais eu queria era que os outros ficasse sabendo, mais sei que não sou doida e falar, porque tenho um companheiro, que é mesmo que ser casada, porque fiz união estável. Sabe que não é tão ruim assim? Eu me divirto com a situação, engano todo mundo menos eu que não me engano mais, vou vivendo assim, dando meus pulos o que não posso deixar é me abater e se não der de um jeito da de outro.

O modo de vida, longe de ser o desejado por Rosa, buscava dar outros significados, com o que lhe era oferecido em cada momento. Nesse mundo, as razões de existir eram diversas e sujeitas a um campo de forças. Assim, Guilherme Branco (2015, p. 44) defendeu a inexistência de um mundo sem forças, o mundo em que estamos é feito de forças advindas dos corpos e do encontro entre corpos. Fazendo com que as relações de poder decorressem de um mundo de forças em afrontamento, de contraste e, quiçá, combate entre campos de intensidades diferentes. Experimentar viver uma relação com um homem apenado aprisionava Rosa, que tinha a liberdade como o desafio de sua e vida:

[...] eu sinto necessidade de dizer que sou livre, que não aguento viver amarrada a ninguém, acho que é por isso que os homem que tive até hoje me deixou, olha que meu primeiro marido eu só tinha 17 anos, sabe gosto de viver, gosto de festa, gosta de bar, tu ta vendo que coisa mais doida agora tô com dois homem, um preso e outro que não pode se mostrar comigo, já sei o que vou fazer, arranjar outro [...]oh confusão danada.

Para a interlocutora a vida é considerada uma aventura, um festim de liberdade e sem amarras ou limites. Com relação a limites, Michel Foucault (1994, p. 92) disserta que “[...] o trabalho sobre nossos limites, isto é, um labor paciente que dá forma a impaciência da liberdade”. Nesse sentido, não aceitar limites e buscar incessantemente a liberdade para essa mulher era um ato de insubordinação, de resistência ao seu lugar e à condição de mulher de apenado. Ela subverteu esse papel que foi imposto pelo poder institucional a exigir a

legalização do relacionamento, através da união estável, quando permite viver outros relacionamentos.

“[...] estou como se fosse casada, mas quem disse que levo isso a sério? É só para entrar na cadeia e para dar satisfação a algumas pessoas, mas fora disso sou eu, sou a dona da minha vida e faço o que me dá na cabeça”, afirmou Rosa. Essa consciência de viver uma relação que lhe aprisiona também abriu possibilidades para fugas e reinvenção de novos significados, como pontua Michel Foucault (1994, p. 93) ao dizer que acreditava “[...] que há mil coisas para fazer, para inventar, para forjar, em especial para aqueles que, percebendo as relações de poder nos quais estão implicados, decidiram resistir ou escapar”. A fala de Rosa corrobora com o pensamento acima mencionado:

[...] eu nunca disse que ia fazer isso ou aquilo, mais quando percebi que ele queria que eu ficasse presa a ele, só fizesse o que ele queria e até levar algumas besteirinhas para cadeia eu fiquei calada, mais pensei comigo mesmo, deixe estar, vou fazer o que quero e deixar ele pensar que tô fazendo o que ele quer.

Tal imperativo fornece uma referência à insubordinação, à medida que ela deixava de colaborar com o companheiro apenado, ela passava a ter um domínio de suas ações e, portanto, subvertia o poder de mando que seja do poder do marido ou do poder do fundo de cadeia. Há um jogo entre o que ela diz que faz ou o que ele pensa que ela faz, ou até mesmo no silêncio.

Esses empreendimentos agem como estratégia nas relações de poder vividas pela narradora. Entretanto, são sutis e são utilizadas como saídas, como ela relata: “[...] eu tenho que pensar muito, toda hora penso uma coisa, mais sei que não posso é me dar mal, já que tô com um bandido, e ali todos são bandido, você sabe que em cadeia não tem ninguém santo, sei lá do que pode armar contra mim”. A narrativa acima sinaliza para a compreensão que a interlocutora calcula minuciosamente o seu comportamento e forma de agir no espaço carcerário e com o seu companheiro:

[...] eu hoje não sei mais se acredito nele, eu achava que ele era inocente, mais agora não sei e nesse caso é melhor ir me saindo aos pouco, a gente sabe lá o que se passa na cabeça de gente e vivendo junto com aquela bandidagem toda, sei lá, é viver sabendo que tem perigo por toda lugar, só Deus.

Destarte, é possível correlacionar a fala de Rosa com o pensamento de Mary Douglas (2010, p. 7):

A ordem ideal da sociedade é mantida graças aos perigos que ameaçam os transgressores. Estes pretensos perigos são uma ameaça que permite a um homem exercer sobre o outro o poder de coerção. Mas aquele que o exerce recai também, expor-se a eles se acaso se afastar do bom caminho. Linguagem de exortação mútua.

Nos códigos do mundo prisional, os poderes eram uma ameaça e essas forças estavam em constante atrito expressas sob diversas formas, como já mencionado, vigilância, normas vexatórias, exigência do poder paralelo para a condução de objetos proibidos pelo poder oficial e outras demandas de acordo com a necessidade que venha acontecer: “[...] a minha vida tem sido uma loucura, não sei mais o que fazer, o que esperar, nada mais está no lugar, tudo desorganizado, nem sei como me organizar para viver como uma pessoa normal, mais quem sempre viveu como eu, nada é impossível”.

Ouvindo essa narrativa a respeito da desordem, é compreensível perceber o desgaste causado pela prisão do seu companheiro, entretanto, com relação à desordem, Mary Douglas (2010, p. 80), pontua que:

[...] se é verdade que a desordem destrói o arranjo dos elementos, não é menos verdade que lhe fornece os seus materiais. Quem diz ordem intuição, seleção dos materiais disponíveis, utilização de um conjunto limitado de todas as relações possíveis. Ao invés, a desordem é, por implicação ilimitada, não exprime nenhum arranjo, mas é capaz de gera-los indefinidamente. É por isto que aspirando a criação da ordem, não condenamos pura e simplesmente a desordem. Admitimos que esta destrói os arranjos existentes, mas também tem potencialidade. A desordem é pois ao mesmo tempo símbolo de perigo e poder.

Esta potência de poder que advém da vida de uma mulher de apenado parece como uma força de poder criador: “[...] em nenhum dia da minha vida acho que perdi a batalha”.

Mulheres como Rosa não abandonam a luta, quer seja aprisionada numa relação com um apenado, quer seja nas múltiplas armadilhas da vida. Essa inquietação na sua fala, essa pressa de dizer de sua insatisfação, do olhar para a porta para ver se estamos sós, me instiga a entrar nesse barco, mesmo correndo o risco de naufragar, viver das incertezas é também descobrir que, apesar dos riscos, vale a pena viver. Jogando, driblando, renascendo como a fênix e levantando voo como uma águia, porque viver é perder-se e achar-se, num constante vai e vem, muitas vezes, perder é melhor que ganhar, porque é desconstruir certezas, é potência, é poder!

Considerações finais

Longe de poder acalmar-se levando em conjunto o gosto pelas obras passadas e a defesa das obras modernas num belo movimento dialético de síntese nunca é mais do que uma ‘contradição viva’. Um sujeito clivado que frui ao mesmo tempo, através do texto, da consistência de seu ego e de sua queda.

(BARTES, 1996, p.30)

Chego ao final da escrita desta dissertação com a sensação de inquietude, diferentemente do que imaginei quando me propus a fazê-la. Entretanto, sobre esse enfado, sobre esse desejo de sentir prazer, vai de encontro ao que pensa a respeito do prazer do texto: “[...] o enfado não está longe da fruição: é a fruição vista das margens do prazer” (BARTES, 1996, p. 36). Durante a trajetória deste trabalho ocorreram entraves e estes se transformavam em grandes obstáculos, era um fazer e desfazer, sempre recomeçando. O tempo sinalizava para uma corrida, enquanto eu conseguia apenas dar pequenos passos. Mas, enfim, fecho um parêntese, deixando aberto para outros textos, outros momentos de criação.

Ao problematizar a história de mulheres de apenados, tive em mente refletir a respeito das prisões e ir ao encontro do que Michel Foucault (2014, p. 302), que dissertou que as noções de instituição, de repressão, de eliminação, de exclusão, de marginalização, não são adequadas para descrever, no próprio centro da cidade carcerária, a formação das atenuações insidiosas, das maldades pouco confessáveis, das pequenas espertezas, dos procedimentos calculados, das técnicas das “ciências”, enfim, que permitem a fabricação do indivíduo disciplinar. Nessa humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de “encarceramento”, objetos para discursos que são, eles mesmos, elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo de batalha.

Nesse sentido, ao refletir a respeito das relações das mulheres com seus companheiros no espaço prisional, foi possível vislumbrar como as práticas de normatização da instituição prisional incidia de forma coercitiva nas visitas ao espaço prisional, com a exigência da revista vexatória em que o corpo da mulher era exposto à nudez e ao constrangimento, sob a alegação do regulamento institucional. Entretanto, é sabido que existe uma lei no Estado da Paraíba que proíbe esse tipo de revista aos corpos, mas que não é cumprida na maioria das Unidades prisionais e em Araruna. Também não há nenhum dispositivo eletrônico para revista dos corpos das mulheres de apenados para entrada na unidade prisional.

Ainda a respeito das normas da unidade prisional, as visitas são reguladas e há uma exigência para a mulher visitar o companheiro: ser civilmente casada e ter filhos ou fazer uma união estável e legalizar em cartório a relação. Tal medida é um meio de controle que corrobora para a oficialização dos relacionamentos, e, excludente, porque nem sempre a mulher tem um relacionamento com um homem solteiro. Caso o companheiro seja casado com outra mulher e não seja separado judicialmente, é vetada a entrada da companheira ao espaço prisional. Em alguns casos, o apenado fica sem direito à visita íntima, nesse tipo de situação, a mulher e o homem são privados de um relacionamento íntimo por não se inscreverem no regimento da instituição. Ainda com relação à permissão à visita íntima, só é permitida ao apenado que cumpra as regras de disciplinarização, em caso de desrespeito, o sujeito poderá ser privado do encontro íntimo, ou seja, percebe-se que há um acordo de convivência e disciplinar. Nesse sentido, a visita íntima não é um direito, mas um prêmio, uma recompensa àqueles que apresentam bom comportamento.

O tempo para visitas íntimas é determinado pela instituição, com dia e hora marcada. Para as mulheres desta pesquisa, esse regulamento é considerado como o “tempo para amar”, e esse tempo também é regulado, controlado, o que causa em algumas mulheres certo constrangimento, por se referir a um tempo destinado ao encontro íntimo, como um mecanismo de controle e que indis põe sobre o desejo individual, ou seja, torna público o que deveria ser uma ação de privacidade. Isso considerando que, além de se dar o encontro num local público, existir uma cela reservada no espaço carcerário destinada ao encontro de vários casais, separados apenas por lençóis improvisados por eles próprios. Isso foi relatado pelas mulheres como um momento de constrangimento e desconforto.

Vislumbro as relações de poder que acontecem dentro do espaço carcerário, considerando a multiplicidade das relações existentes dentro do mundo prisional, essas relações envolvem os diversos atores dessa sociedade entre muros. Segundo Michel Foucault (2006, p. 208), todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros-breves, incisivos, com frequência enigmáticos - a partir do momento de seu contato instantâneo como o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como pareciam ser “em estado livre”, só podendo balizá-las tomadas nas declarações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele.

Nesse sentido, é possível reconhecer que há relações de poder diferenciadas no espaço prisional, como o poder institucional, o poder dos apenados, identificados como um poder paralelo, bem como o poder do homem no seu relacionamentos amoroso. Entretanto, foi possível vislumbrar que algumas mulheres desta pesquisa também se reconheciam como detentoras de poder, quando num jogo driblavam a relação, ou deixavam o homem na insegurança de manter ou deixar o companheiro, considerando a situação de adversidade e de incertezas. A prisão do homem, nos relatos de suas companheiras, abriu uma cratera nos relacionamentos devido aos vários fatores, alguns de natureza prática a respeito das questões de sobrevivência, já que as mulheres dessa pesquisa eram dependentes de seus companheiros e com a prisão elas tiveram que arranjar outros meios de sobreviver sem o apoio financeiro deles. Entretanto, não apenas aos meios de sobrevivência, elas também deram um significado à sua existência, algumas romperam com o relacionamento, mesmo sob ameaça. Algumas mulheres ainda aguardavam a saída deles da prisão, ainda mantendo o compromisso, mas abrindo outras possibilidades para outros relacionamentos, usando como afronta, mesmo que silenciosas. Essa escrita foi ao encontro de mulheres que tiveram outros rumos na vida após a prisão de seus companheiros. Um exemplo claro: uma delas, que teve o marido assassinado na prisão, com ele enterrou seus sonhos de uma vida feliz, ao resignar-se apenas à vida dos filhos, colocando uma finitude aos relacionamentos amorosos.

Enfim, essa pesquisa tem sua importância no que foi escrito, porque possibilitou dialogar com experiências de vida de mulheres, como pontua Michel Foucault (2006, p. 208), é importante dar ouvido a essas mulheres, escutá-las, analisar suas falas. Entender o que elas foram em sua violência ou em sua desgraça, nos restou qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças. Essa provocação, essa inquietação é produtiva porque acredito que as relações de poder estão presentes em nossas vidas e a luta é uma forma de resistência e de poder.

Uma história de mulheres de apenados. Que se entregaram por amor. Que se submeteram a um tipo de prisão por paixão. Mulheres que foram retiradas do silêncio, do esconderijo, da margem. Histórias problematizadas. Histórias que não foram fechadas. Muito ainda há por dizer. Muito por ouvir. Histórias que, noutra oportunidade, contarei.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 106 p. (ISBN 85-225-0477-6).

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: Itinerário de uma Pesquisa. **Tempo Social**. São Paulo, v. 3, n. 1-2, p.7-40, 1991.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.19-100, jan/dez. 2014.

_____. Amores que não têm tempo: Michel Foucault e as reflexões acerca de uma estética da existência homossexual. **Revista Aulas**, Campinas, v. 1, n. 7, p.41-58, 2010. Org. Margareth Rago.

_____. **História**: a arte de inventar o passado. São Paulo: Edusc, 2007.

_____. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ARAÚJO, Eronides Câmara de. **“Fazer de algumas passagens, quadros e quem sabe um dia, você possa Assinar”**: homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor. 2011. 295 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. **Sobre a história do tempo presente**: Entrevista com o historiador Henry Rousso. 2009. Disponível em: <<http://md.intaead.com.br/geral/historia-moderna/pdf/705-1167-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um Discurso Amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar.

BASSANI, Fernanda. Amor bandido: Cartografia da mulher no universo prisional masculino. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [s. L.], v. 4, n. 2, p.261-280, jun. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade das relações humanas. Rio de Janeiro: Zahr, 2004. 191 p. (ISBN: 978857110795-3).

BRANCO, Guilherme Castelo. **Michel Foucault**: filosofia e biopolítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 119 p. (978-85-8217-474-6).

BENJAMIN, Walter. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense,

1994, p. 221.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p. (ISBN 978-85-286-0705-5). Tradução de: La domination masculine.

BRASIL. Constituição (1988). Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Lei Nº 8.072, de 25 de Julho de 1990**. Brasília, 25 jul. 1990.

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de outubro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm> Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. **Código Penal Brasileiro**. Brasília.

_____. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui A Lei de Execução Penal**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm>. Acesso em: 11 set. 2016.

_____. Lei 6.081, de 18 de abril de 2000. **Sistema de Revista nos estabelecimentos penais no Estado da Paraíba**. João Pessoa, Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/05/LEI-ESTADUAL-SISTEMA-DE-REVISTA-NA-PARAIBA.pdf>.

_____. **Resolução N.º 01, de 30 de Março de 1999**, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Brasília, Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/40/ato_normativo_federal_resol-01.pdf>. Acesso em 10 ago. 2016.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013. 190 p. (ISBN: 978-85-205-0682-0).

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 160 p. (ISBN 978-85-8217-467-8).

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002. 88 p. (ISBN 85-7402-350-7).

CAVALHO FILHO, Milton Júlio de. **Do cárcere à rua:: um estudo sobre homens que saem da prisão**. 2006. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Puc Sp, São Paulo, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. As práticas amorosas na contemporaneidade. **Psychê**. Rio de Janeiro, ano 3, n.3, p. 21-28, 1999.

_____. **Sem fraude nem favor**. Estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.523-531, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2003000200011>.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. 342 p.

DOTTI, René Ariel. **Casos criminais célebres**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. 430 p. (ISBN 85-2032-356-1).

DUARTE, Thais Lemos. Amor, fidelidade e compaixão: "sucata" para os presos. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 06, p.621-641, 15 abr. 2013.

DUTRA, Yuri Frederico. **Como se estivesse morrendo**: A prisão e a revista íntima em familiares de reclusos em Florianópolis. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito, Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ELMANTO JÚNIOR, Roberto. **Código Penal Comentado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 1195 p. (85-0209-506-4).

FERREIRA, Maneta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. 204 p. (ISBN 85-85676-84-1). Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégia poder-saber. Trad. de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, 396 p.

_____. A vida dos homens infames. In: **O que é um autor?** 6 Ed. Tradução de Antônio Fernando Caiscais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Nova Veja, 2006b. p. 89-128.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002. 160 p. (ISBN 859364837). (Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais).

_____. **Em Defesa da Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010. 269 p. (978-85-7827-300-2). (Coleção Obras de Michel Foucault).

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 279 p. Organização e tradução de Roberto Machado.

_____. **Os anormais.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 332 p. (ISBN: 788578273361). Tradução de Eduardo Brandão.

_____. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 301 p. (ISBN: 9788532605085). Tradução de Raquel Ramallete.

GANITO, Carla; MAURÍCIO, Ana Fabíola. **Entrevista a Gilles Lipovetsky. Comunicação e cultura**, Lisboa, n. 9, 2010, p. 155-16. Disponível em: <http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/09.-Entrevista-a-Lipovetsky.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

GROSSI, Patrícia Krieger. **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber.** 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2012. 226 p.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano et al. Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p.48-54, dez. 2006.

HOLANDA, Francisco Buarque de.; BOAL, Augusto Pinto. In: **Meus caros amigos.** Rio de Janeiro: Philips, 1976. 1. CD. Faixa 2 (Lado A).

HOLANDA, Francisco Buarque de.; SANTOS FILHO, Milton Lima dos. Angélica. In: **Almanaque.** Rio de Janeiro: Ariola/Philips, 1981. 1. CD. Faixa 3 (Lado B).

IBGE. **Histórico do Município.** 2007. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=250100>>. Acesso em: 10 maio 2016. Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 360 p. (ISBN: 9788575261132).

LEAL, Paulo Cesar de Barros. Um direito do preso: visita íntima. **Revista Jurídica Consulex** nº 41, Brasília, 2000.

LIMA, Márcia de. **Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional.** 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Saúde Pública, Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres.** 2. ed.rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 170 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 11ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução penal: comentários à lei n. 7.210, de 11-7-1984.** São Paulo: Atlas, 2007. 874 p. (ISBN 9788522438549).

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p.15-38, 2010.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Encontros e Despedidas. In: **Encontros e Despedidas**. Rio de Janeiro: Philips, 1985. 1. CD. Faixa 1 (Lado B).

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 1087 p. (ISBN: 9788520343647).

PAZ, Octávio. A dupla chama: amor e erotismo. São Paulo: Siciliano, 1994. 196 p.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRETTO, Zuleica; MAHEIRIE, Kátia; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Um olhar sobre o amor no ocidente. **Psicologia em Estudo** [s.l.], v. 14, n. 2, p.395-403, jun. 2009.

ROUGEMONT, Denis. **A história do amor no Ocidente**. São Paulo: Ediouro, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 120 p. (Coleção Polêmica).

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. V. 16, n. 2, Jul/Dez 1990. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre.

RAGO, Margarete. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

SILVA, Vanuza Souza. **O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem?:** uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000). 2014. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Cap. 1

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 368 p. (9788571648975).

_____. Drauzio. **Solidão bandida:** Perder o companheiro enquanto cumprem pena é o destino aceito pelas prisioneiras. 2008. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1602200829.htm>>. Acesso em: 10 out. 2016.

WALTON, Stuart. **Uma história das emoções**. Rio de Janeiro: Record, 2007. 416 p. (978-85-01-07187-3). Tradução de Rita Vinagre.

ZAGO, Adriano Volnei. **Um Estudo sobre a Escolha Amorosa de Mulheres por Homens na Condição de Presidiário.**2011. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.